



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

ALICE RIBEIRO DIONIZIO

**COOPERAÇÃO, COMPARTILHAMENTO DE INTENCIONALIDADE E
AMBIGUIDADE:
REFLEXÕES SOBRE O COMPORTAMENTO LINGÜÍSTICO**

**CHAPECÓ
2019**

ALICE RIBEIRO DIONIZIO

**COOPERAÇÃO, COMPARTILHAMENTO DE INTENCIONALIDADE
E AMBIGUIDADE:
REFLEXÕES SOBRE O COMPORTAMENTO LINGUÍSTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profª. Dra. Morgana Fabiola Cambrussi.

**CHAPECÓ
2019**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E

CEP 89802-112

Caixa Postal 181

Bairro Centro, Chapecó, SC – Brasil

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Dionizio, Alice Ribeiro

Cooperação, compartilhamento de intencionalidade e
ambiguidade: reflexões sobre o comportamento
linguístico / Alice Ribeiro Dionizio. -- 2019.
107 f.:il.

Orientadora: Doutora Morgana Fabiola Cambrussi.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos-PPGEL, Chapecó, SC , 2019.

1. Linguística Cognitivo-Funcional. 2.
Sociocognitivismo. 3. Compartilhamento de
Intencionalidade. 4. Comunicação Humana Cooperativa. I.
Cambrussi, Morgana Fabiola, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ALICE RBEIRO DIONIZIO


**COOPERAÇÃO, COMPARTILHAMENTO DE INTENCIONALIDADE E
AMBIGUIDADE:
REFLEXÕES SOBRE O COMPORTAMENTO LINGUÍSTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS para a obtenção do título de Mestre em
Estudos Linguísticos defendida em banca examinadora em 26/02/2019.

Orientadora: Profa. Dra. Morgana Fabiola Cambrussi

Aprovado em: 26 / 02 / 2019.

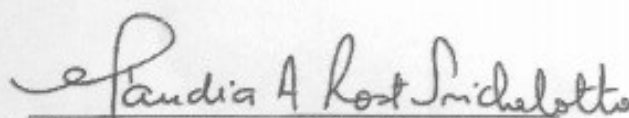
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Morgana Fabiola Cambrussi - UFFS
Orientadora



Prof.ª Dr.ª Leticia Lemos Gritti – UTFPR
Membro externo



Prof.ª Cláudia Andrea Rost Snichelotto – UFFS
Membro interno

*À minha mãe, dona Ilza, que mesmo não sabendo o que é uma
dissertação, é coautora da minha;*

*A todos que vieram antes de mim, cujo sangue – quilombola,
indígena, caboclo, brasileiro – corre por minhas veias.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente – e de forma muito especial – à professora Morgana por todos os ensinamentos, paciência, cuidado e humanidade de sempre;

Agradeço também a todas as políticas públicas que me ajudaram a chegar aqui, em particular à CAPES e à FAPESC pelo apoio financeiro nesta empreitada;

Agradeço à minha mãe pela paciência de quase-sempre;

Agradeço a todos os professores-mestres com os quais pude contar durante toda a minha vida escolar e acadêmica;

Agradeço à minha querida Elisete, uma irmã de coração, por todo o apoio e suporte nessa vida;

Agradeço ao meu querido Jociel pelo companheirismo e suporte, sem os quais o caminho teria sido ainda mais difícil;

Agradeço à cidade de Chapecó, ou melhor, a todos aqueles que conheci em Chapecó e que fizeram meu coração transbordar alegria por tantas amizades;

Enfim, agradeço à vida pela oportunidade!

*You may shoot me with your words,
You may cut me with your eyes,
You may kill me with your hatefulness,
But still, like air, I'll rise.
[...]
Leaving behind nights of terror and fear
I rise
Into a daybreak that's wondrously clear
I rise
Bringing the gifts that my ancestors gave,
I am the dream and the hope of the slave.
I rise
I rise
I rise.
(Maya Angelou)*

Identidade

*foi uma mulher negra e escritora
de pele e alma como a minha
que me ensinou
sobre os vulcões e as rédeas e os freios
sobre os tumultos dentro do peito
e sobre a importância de ser protagonista
nunca segundo plano*

*se você encostar a mão entre os seios
vai sentir os rastros de nossas ancestrais*

*somos continuidade
das que vieram antes de nós
(Ryane Leão)*

RESUMO

Esta pesquisa investiga a relação entre o compartilhamento de intencionalidade (TOMASELLO, 1999, 2008) – um mecanismo da cognição dos primatas humanos –, a comunicação humana cooperativa e o comportamento linguístico, mais especificamente o processo interpretativo de sentenças estruturalmente ambíguas. Além disso, busca-se estabelecer uma interface de diálogo entre os estudos de Michael Tomasello – sob uma perspectiva sociocognitivista da linguagem – e os estudos da Linguística Cognitivo-Funcional, ou Linguística Funcional Centrada no Uso (TOMASELLO, 2008; BYBEE, 2004, 2010), de modo a possibilitar a utilização dessa aproximação teórica em análises de investigação linguística. De modo a exemplificar essa possibilidade de aproximação teórica-analítica, propõe-se a releitura de dados de duas pesquisas anteriores (GRAVINA; DIONIZIO, 2016; DIONIZIO, 2016) com vistas a aplicar a interface teórica construída no decorrer da pesquisa. A investigação possibilitou a compreensão de que a comunicação humana cooperativa viabiliza a construção de um terreno conceitual comum, ao passo que a intenção compartilhada direciona a interpretação para o campo colaborativo, ou seja, interpreta-se conforme o que se acredita ser o esperado para situações linguísticas específicas, uma vez que o desejo de colaborar com outros falantes em atividades comunicativas é fundamental para que a comunicação se efetive de fato. Conclui-se que pesquisas assim caracterizadas são exequíveis, o que demonstra a necessidade de um alargamento dessa transposição teórica inicial para que seja possível estudar outros fenômenos linguísticos do Português Brasileiro (e de outras línguas) sob esse prisma conceitual.

Palavras-chave: Compartilhamento de Intencionalidade. Linguística Cognitivo-Funcional. Ambiguidade Estrutural. Reanálise Interpretativa.

ABSTRACT

This research investigates the relation between the sharing of intentionality (TOMASELLO, 1999, 2008) – a mechanism of human primates' cognition –, cooperative human communication and linguistic behavior, more specifically the interpretative process of structurally ambiguous sentences. In addition, it seeks to establish a dialog interface between the studies of Michael Tomasello - from a socio-cognitive perspective of the language - and the studies of Cognitive-Functional Linguistics, or Functional-Centered Functional Linguistics (TOMASELLO, 2008; BYBEE, 2004, 2010), in order to allow the use of this theoretical approach in linguistic research analyzes. In order to exemplify this possibility of theoretical-analytical approach, it is proposed to re-read data from two previous researches (GRAVINA; DIONIZIO, 2016; DIONIZIO, 2016) in order to apply the theoretical interface constructed during the research. The investigation made possible the understanding that the cooperative human communication allows the construction of a common conceptual ground, whereas the shared intention directs the interpretation to the collaborative field, that is, it is interpreted according to what is believed to be the expected situation as the desire to collaborate with other speakers in communicative activities is fundamental for effective communication. It is concluded that research thus characterized is feasible, which demonstrates the need for an extension of this initial theoretical transposition so that it is possible to study other linguistic phenomena of Brazilian Portuguese (and other languages) under this conceptual prism.

Keywords: Intentionality Sharing. Cognitive-Functional Linguistics. Structural Ambiguity. Interpretive Reanalysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escala Gradativa de (1ab).....	21
Figura 2 - Dimensão vertical e horizontal das categorias	30
Figura 3 – Categoria AVE.....	32
Figura 4 - Organização/composição da comunicação humana (GIVÓN, 2012a).....	40
Figura 5 – Escala gradativa do primeiro par de sentenças	91
Figura 6 – Escala gradativa do segundo par de sentenças.....	93
Figura 7 – Escala gradativa do terceiro par de sentenças.....	94
Figura 8 – Escala geral das sentenças	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados estatísticos dos julgamentos interpretativos	20
Tabela 2 – Sentenças que se comportaram conforme estudos de Finger e Zimmer (2005) – dados de Gravina e Dionizio (2016).....	85
Tabela 3 – Exemplo de análise comparativa de Gravina e Dionizio (2016)	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Características de membros aspirantes à categoria AVE	32
Quadro 2 – Modelo complexo para o conceito da categoria MÃE	38
Quadro 3 – Sentenças utilizadas na pesquisa de Gravina e Dionizio (2016)	84
Quadro 4 – Paráfrases do primeiro par de sentenças	90
Quadro 5 - Paráfrases do segundo par de sentenças	90
Quadro 6 - Paráfrases do segundo par de sentenças	90

LISTA DE ABREVIATURAS

LC	Linguística Cognitiva
LF	Linguística Funcional
SN	Sintagma Nominal
MCI	Modelos Cognitivos Idealizados
PB	Português Brasileiro
SF	Semântica de <i>Frames</i>
LFCU	Linguística Funcional Centrada no Uso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Pergunta norteadora, objetivos e hipótese: delineando os caminhos da pesquisa.....	16
1.1.1 Objetivos do trabalho.....	17
1.1.2 Hipótese.....	18
1.2 Metodologia de pesquisa.....	18
2 A LINGUÍSTICA COGNITIVO-FUNCIONAL E SUA COMPATIBILIDADE COM A VISÃO SOCIOCOGNITIVISTA DA LINGUAGEM.....	23
2.1 A Linguística Cognitiva.....	23
2.1.1 Processos de categorização: como construímos as categorias prototípicas?.....	27
2.1.2 A teoria dos protótipos - Eleanor Rosch (1978).....	29
2.1.3 Os Modelos Cognitivos Idealizados - Lakoff (1987).....	34
2.2 Linguística Funcional.....	38
2.3 A Linguística Cognitivo-Funcional e o Cognitivism Social de Michael Tomasello: uma introdução de diálogo.....	44
2.4 Fechando o capítulo.....	49
3 O SOCIOCOGNITIVISMO DE MICHAEL TOMASELLO E O COMPORTAMENTO LINGUÍSTICO.....	51
3.1 O desenvolvimento da cognição humana.....	51
3.2 A cooperação humana como resultado evolutivo.....	57
3.3 A comunicação humana cooperativa.....	63
3.4 Implicações possíveis da cooperação e do compartilhamento de intencionalidade para a predefinição do comportamento linguístico.....	72
3.5 Fechando o capítulo.....	78
4 A INVESTIGAÇÃO LINGUÍSTICA SOB O A ÓTICA DA COOPERAÇÃO E DO COMPARTILHAMENTO DE INTENCIONALIDADE: UMA RELEITURA DE DADOS.....	80
4.1 Algumas observações iniciais sobre o processo interpretativo de sentenças.....	80
4.2 A pesquisa de Gravina e Dionizio (2016).....	83
4.3 A pesquisa de Dionizio (2016).....	89
4.4 Fechando o capítulo e abrindo novos caminhos.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	102

1 INTRODUÇÃO

A língua é algo “natural”, “biológico” e “fisiológico” ou “social”, “cultural”? O ser humano é naturalmente “bom” ou esse comportamento é resultado das relações que estabelece durante sua vida? Como o *Homo sapiens* se tornou o que é hoje (especialmente do ponto de vista linguístico)? Ainda que este trabalho não tenha condições de responder a essas perguntas, nem mesmo se propõe a isso, tais indagações também fazem parte da constituição da pesquisa, uma vez que desejamos construir discussões que se relacionam, ainda que indiretamente, a esses questionamentos.

É importante situar o leitor de que nossa posição referente a essas indagações iniciais não se aloca dentro de um dualismo biológico/social, pois acreditamos ser a língua resultado de aspectos fisiológicos que permitem que os seres humanos desenvolvam suas capacidades linguísticas ao mesmo passo que é resultado de aspectos sociais e interacionais entre os indivíduos. Em outras palavras, nossa visão sobre as línguas é sociocognitivista, ou seja, trata-se de uma visão que busca estabelecer uma ponte entre os estudos “sociais” e “cognitivos”, considerando a importância de cada aspecto.

Diante disso, este trabalho tenciona apresentar uma pesquisa que tem por temática a relação entre o compartilhamento de intencionalidade (TOMASELLO, 2008, 2009), um mecanismo da cognição e da comunicação humana cooperativa, e o comportamento linguístico, mais especificamente o processo interpretativo de sentenças relativas estruturalmente ambíguas. Neste sentido, buscaremos oferecer reflexões conceituais, construindo uma espécie de transposição teórica, além de desenvolver análises a partir desse deslocamento da teoria investigativa. Importante mencionar, ainda que rapidamente, que o que chamamos aqui de compartilhamento de intencionalidade trata-se de um princípio da cognição social humana que permite que compartilhem com os outros animais de nossa espécie a intencionalidade em diversas atividades, inclusive as comunicativas. Nesse sentido, é um mecanismo ao mesmo tempo biológico e social, além de estar presente unicamente no *homo sapiens*. (TOMASELLO, 2008).

Os resultados dos estudos de Michael Tomasello¹, até o momento, pelas informações que temos, têm sido empregados, principalmente, com o objetivo de entender processos envolvidos na aquisição da linguagem e no desenvolvimento humano. Dessa forma, este estudo se demonstra relevante ao apontar um caminho diferenciado do que se realizou até aqui, uma

¹ Michael Tomasello é um psicólogo que desenvolve pesquisas dentro da área de cognição e cultura, e o capítulo 3 deste trabalho aborda essas pesquisas com mais aprofundamento.

vez que pretende empregar as contribuições de Tomasello como embasamento teórico para compreender um fenômeno linguístico específico: o processo interpretativo de sentenças relativas estruturalmente ambíguas.

Tal proposição é desafiadora, pois demanda uma construção sólida de pesquisa, recorrendo sempre aos estudos de Tomasello para estabelecer com eles um diálogo conceitual, ao mesmo tempo que é instigante por seu caráter inovador. Além disso, consideramos nesta investigação que a Linguística Cognitivo-Funcional se configura como um percurso investigativo que possibilita uma interface teórica com os estudos sobre a comunicação cooperativa e o compartilhamento de intencionalidade. Ou seja, buscaremos construir um diálogo entre os estudos de Michael Tomasello e a Linguística Cognitivo-Funcional e este trajeto é traduzido na construção da própria dissertação.

Faz-se importante salientar que as motivações que nos levam a empreender tal investigação estão situadas no desejo de contribuir com a área de Linguística Cognitivo-Funcional, pois, caso consigamos estabelecer uma interface relevante desta com os estudos de Michael Tomasello – para compreender o processo interpretativo de sentenças que compõem o *corpus* da pesquisa –, acreditamos ser possível que outros estudos acerca de diferentes fenômenos linguísticos possam ser desenvolvidos com base nessa interface teórica.

Como o leitor perceberá, foi necessária uma abordagem interdisciplinar, uma vez que recorreremos a aspectos do desenvolvimento histórico e evolutivo da espécie – Revolução Cognitiva tratada por Harari (2011) e Evolução Acumulativa Cultural, tratada por Tomasello (2008, 2009) –, até aspectos linguísticos mais específicos – como é o caso dos processos de categorização (ROSCH, 1978; LAKOFF, 1987) dentro da Linguística Cognitiva –, além do funcionalismo linguístico, mais especificamente os estudos de Givón (2009, 2012a, 2012b) e Bybee (2004, 2010) – teoria linguística baseada no uso.

A seguir apresentamos, ainda nesta introdução, aspectos da construção do processo investigativo, desde a pergunta de pesquisa até questões de ordem metodológica. Essa dinâmica tem como objetivo situar o leitor desde o início de sua leitura, encaminhando-o para que compreenda nossas escolhas nesta investigação.

1.1 Pergunta norteadora, objetivos e hipótese: delineando os caminhos da pesquisa

As ciências cognitivas, de maneira geral, possuem nos aparatos biológicos da espécie humana (e de outros animais mais próximos de nós) suas grandes fontes de pesquisa e estudos. Por outro lado, as ciências ditas “sociais”, ou ainda “humanidades”, centram seus esforços no

que é “externo” ao ser humano, não como uma parte de seu corpo, mas como algo que age sobre ele e influencia suas práticas.

Nesses termos, onde se encaixa a Linguística? Para Tomasello (2005), localiza-se entre esses dois polos, uma vez que se apresenta como uma ponte entre essas duas perspectivas. Diante disso, esta investigação parte do seguinte questionamento: “O processo interpretativo de sentenças relativas ambíguas pode ser compreendido sob o viés cognitivo do compartilhamento de intencionalidade e da comunicação humana cooperativa?”. Buscaremos, a partir da construção do trabalho, apresentar possíveis respostas para essa pergunta.

1.1.1 Objetivos do trabalho

O objetivo geral desta pesquisa pode ser assim definido:

Investigar a influência do compartilhamento de intencionalidade, um princípio da cognição social, no processo interpretativo de sentenças estruturalmente ambíguas.

Já os objetivos específicos são os seguintes:

- (i) Estudar possibilidades de articulação entre duas perspectivas de descrição linguística de cunho cognitivo e funcional, ou baseado no uso – Linguística Cognitiva e Linguística Funcional – e o cognitivismo social de Michael Tomasello;
- (ii) Averiguar quais são os modos como o compartilhamento de intencionalidade, um dos pilares do princípio de cooperação humana, pode incidir sobre o comportamento linguístico, em especial sobre os processos de interpretação;
- (iii) Propor uma releitura dos dados de duas pesquisas acerca do processamento e interpretação de sentenças estruturalmente ambíguas, com base nas possibilidades de articulação entre os estudos funcionais e os estudos de cognição social levantadas pela pesquisa.

Importante mencionar também que esses objetivos nos ajudaram a construir a própria estrutura dissertativa, uma vez que cada um dos capítulos subsequentes deste trabalho é construído com vistas a responder e concretizar um dos objetivos específicos. O objetivo geral, por sua vez, está presente na construção do trabalho como um todo, além de estar diretamente conectado com a pergunta norteadora.

1.1.2 Hipótese

A principal hipótese desta investigação diz respeito à possibilidade de influência do compartilhamento de intencionalidade no processo interpretativo de sentenças sintaticamente ambíguas. Dito de outra forma, consideramos pertinente investigar se o compartilhamento de intencionalidade, entendido como um princípio da comunicação humana cooperativa, poderia nos auxiliar a compreender e a explicar a atividade linguística envolvida no processamento de sentenças relativas ambíguas, com foco na interpretação dessas sentenças e na percepção ou não de ambiguidade pelo falante.

1.2 Metodologia de pesquisa

A construção deste trabalho parte de algumas discussões teóricas envolvendo os principais postulados da Linguística Cognitiva (doravante LC) e Linguística Funcional (doravante LF), bem como da Linguística Cognitivo-Funcional sob uma perspectiva sociocognitivista da linguagem. Dessa forma, a construção do trabalho tem por início a apresentação dessas reflexões para, na sequência, direcionar-se ao campo de estudo de Michael Tomasello.

Podemos caracterizar esta investigação como teórico-analítica, uma vez que reflete aspectos conceituais sobre determinada teoria, relacionando-os ao objeto de análise. As análises desta pesquisa compõem uma resenha crítica acerca de duas pesquisas anteriormente realizadas: a primeira trata-se da pesquisa de Gravina e Dionizio (2016), a qual tinha como objetivo analisar e compreender o processamento de sentenças relativas estruturalmente ambíguas por falantes nativos do português brasileiro (PB). Essa pesquisa se enquadra na área de estudo de Processamento de Sentenças dentro da Psicolinguística, e objetivava entender o funcionamento do processamento anterior (*Early Closure*) e processamento tardio (*Late Closure*).

Já a segunda investigação é de Dionizio (2016). A pesquisadora buscou analisar a interpretação de sentenças relativas estruturalmente ambíguas a partir da Semântica de *Frames*, construindo escalas gradativas de ambiguidade a partir de seis sentenças relativas (com núcleo) e consideradas sintaticamente ambíguas. As sentenças que deram origem a essas escalas haviam sido construídas e estudadas por Gravina e Dionizio (2016), sendo que as respostas dadas pelos participantes da pesquisa foram convertidas em dados estatísticos e, posteriormente, foram utilizados por Dionizio para a construção das escalas. Em outras palavras, há uma relação intrínseca entre as duas investigações a serem resenhadas no capítulo 4 deste trabalho.

A opção por estruturar a análise em torno dessas duas pesquisas levou em conta dois critérios: o primeiro diz respeito à relação entre as duas investigações, uma vez que estão associadas sob uma ótica sequencial e colaborativa, pois a primeira investigação forneceu dados para a construção da segunda; o segundo critério, por sua vez, corresponde ao fato de se tratarem de estudos realizados pela atual pesquisadora desta investigação, o que possibilita uma releitura de seus próprios dados sob uma ótica teórica diferenciada.

As sentenças criadas por Gravina e Dionizio (2016) foram pensadas de modo a possibilitarem o entendimento acerca do processamento do *parser*, considerando as possibilidades de fechamento anterior e fechamento tardio. O objetivo de Dionizio (2016), por outro lado, estava mais direcionado ao processo interpretativo que envolve aspectos culturais² e, segundo a autora, à evocação de *frames* e à *(não)identificação de ambiguidade* nessas sentenças. No capítulo 4 apresentaremos ao leitor todas as construções utilizadas na pesquisa de Gravina e Dionizio (2016), mas neste momento trazemos à baila somente as seis sentenças criadas por essas pesquisadoras e que foram também utilizadas para a construção das escalas gradativas por Dionizio (2016).

(1)

- a. Esta tarde vi o médico da menina [que atende a domicílio].
- b. Esta tarde vi a paciente do médico que [atende a domicílio às terças e quartas].

(2)

- a. Conversamos com o professor do aluno [que ensina muito bem].
- b. Conversamos com o filho do professor [que ensina muito bem].

(3)

² Sabemos que o conceito de *Cultura* é bastante complexo e engendra muitas variantes que estão além dos limites deste texto. Contudo, acreditamos ser necessário, ao menos, uma referência a essa conceitualização, pois assim como o conceito de língua, trata-se de uma definição primordial. Na esfera antropológica, por exemplo, o caminho em busca desse entendimento é antigo e envolve muitos nomes importantes, como é o caso de Lévi-Strauss, Leslie White, Alfred Kroeber entre outros (LARAIA, 2011), sendo que a discussão ainda não se encerrou e segue viva. Dessa forma, tomamos aqui cultura em seu sentido amplo, considerando os conhecimentos, as crenças, as artes, a moral, as leis etc. que são obtidos pelo homem graças à vida em sociedade (TAYLOR, 1871 apud BURKE, 2008). Consideramos também que dentro desses “artefatos” culturais está a própria língua (não como esfera essencialmente cultural/social, mas também), juntamente com algumas definições do comportamento linguístico que levam em conta certos aspectos culturais. Além disso, não podemos desconsiderar que, ao abordamos a cultura de tal modo, optamos por uma visão generalista, mas sabemos que a depender da comunidade – como é o caso das comunidades tradicionais – aspectos como a dinâmica, os graus de importância e as características disso que denominamos cultura vão se apresentar também de maneira bastante diversificada (SANTOS, 2006).

- a. Saulo acenou para o padre do povo [que rezava].
 b. Matheus acenou para o povo do padre [que rezava fervorosamente na igreja].

O leitor pode perceber que, no caso de 2a, é possível que alguém interprete que o *aluno ensina muito bem*, ainda que tal prática não seja tão corriqueira. No caso de 2b, é igualmente possível a interpretação de que *o filho, cujo pai é professor, ensina muito bem*. Tais interpretações, ainda que se localizem principalmente no campo estrutural e sintático, são possíveis.

Os dados estatísticos mencionados anteriormente podem ser visualizados na Tabela 1, a seguir, construída por Dionizio (2016) com base nos estudos de Gravina e Dionizio (2016).

Tabela 1 – Dados estatísticos dos julgamentos interpretativos

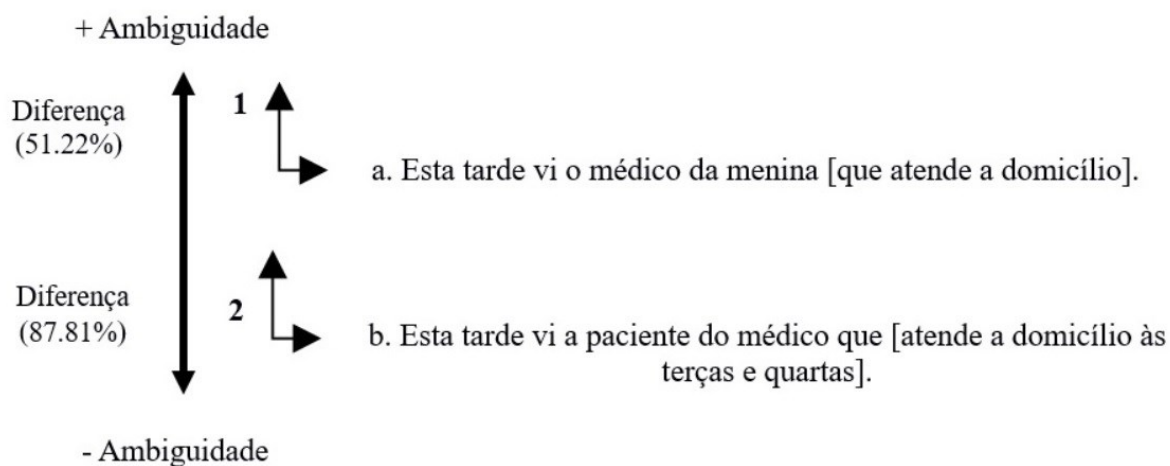
Sentença	SN1 (%)	SN2 (%)	Outros (%)
(1a) Esta tarde vi o médico da menina que atende a domicílio.	75.61%	24.39%	-
(1b) Esta tarde vi a paciente do médico que atende a domicílio às terças e quartas.	6.09%	93.9%	-
(2a) Conversamos com o professor do aluno que ensina muito bem.	70.73%	29.26%	-
(2b) Conversamos com o filho do professor que ensina muito bem.	17.07%	82.93%	-
(3a) Saulo acenou para o padre do povo que rezava.	29.27%	70.73%	-
(3b) Matheus acenou para o povo do padre que rezava fervorosamente na igreja.	42.7%	54.9%	2.4

Fonte: Dionizio (2016), adaptada.

Com base nesses dados percentuais, a autora realizou um cálculo simples para a construção das escalas. Dessa forma, utilizou-se a diferença entre os percentuais de preferência de cada antecedente. Se tomarmos o exemplo de 1a, temos 75.61% de preferência por *médico* – tratado na pesquisa como SN1, ou seja, Sintagma Nominal 1 – e 24.39% de preferência por *menina*, ou SN2. A diferença entre esses dois valores é de 51.22% (75.61-24.39). No caso da sentença (1b), por outro lado, o cálculo resulta em uma diferença de 87.81%. Dessa forma, a sentença 1a foi considerada mais ambígua do que a sentença 1b, pois se entendeu que quanto maior a diferença entre os percentuais de cada antecedente, menos ambígua é sentença.

A Figura 1, abaixo, é um exemplo de escala construída por Dionizio (2016).

Figura 1 – Escala Gradativa de (1ab)



Fonte: Dionizio (2016).

Além disso, é importante destacar também que as sentenças que compõem o *corpus* das duas pesquisas discutidas no Capítulo 4 são caracterizadas como sentenças relativas com núcleo, ou sentenças relativas com cabeça (RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2009), uma vez que estão encaixadas à sentença matriz através do núcleo nominal e, como define Marchesan (2012, p. 22), “[...] o núcleo nominal é o constituinte semanticamente compartilhado pela sentença matriz e a sentença encaixada”. Nesse caso, a ambiguidade estrutural é resultado da incerteza acerca do sujeito da sentença encaixada, pois, sintaticamente, os dois antecedentes em competição podem corresponder a essa função, mesmo que essa possibilidade não seja considerada no momento em que os falantes interpretam a sentença.

Diante disso, esta pesquisa se propõe a analisar como esses dados podem refletir aspectos do cognitivismo social humano, ou melhor, como essa (*não*)identificação de ambiguidade pode estar relacionada ao fato de o ser humano utilizar-se do compartilhamento de intencionalidade para estruturar suas atividades de comunicação que, como menciona Tomasello (2008), com base nos estudos de Paul Grice³, são essencialmente cooperativas.

Dessa forma, discutimos, no próximo capítulo, *A Linguística Cognitivo-Funcional e sua compatibilidade com a visão sociocognitivista da linguagem*, algumas questões acerca da

³ Tomasello menciona a influência de Paul Grice em seus estudos ao tratar do aspecto cooperativo da comunicação humana, ou melhor, do Princípio da Cooperação. Nesse sentido, para Grice, a comunicação é efetivada porque os falantes estabelecem uma cooperação no momento da comunicação, o que passa também pelo que chamamos hoje de “Máximas de Grice”, ou máximas conversacionais. São elas: máxima da quantidade, máxima da qualidade, máxima da relação e máxima de modo. Para mais informações, o leitor pode consultar Grice (1991), capítulo 2.

Linguística Cognitiva, da Linguística Funcional e, na sequência, a união dessas duas áreas de estudo, repercutindo na Linguística Cognitivo-Funcional, de modo a construir um diálogo com os estudos sociocognitivistas de Michael Tomasello.

Na sequência, os estudos de Michael Tomasello são abordados no capítulo intitulado *O sociocognitivismo de Michael Tomasello e o comportamento linguístico*, no qual se busca apresentar a possibilidade, como mencionado em momento anterior, de utilizar esses estudos para compreender o processo interpretativo de sentenças relativas estruturalmente ambíguas. É neste capítulo, portanto, que o leitor vai encontrar reflexões acerca da Evolução Cultural Cumulativa, do compartilhamento de intencionalidade e, claro, da comunicação humana cooperativa. No capítulo 4, intitulado *A investigação linguística sob o a ótica da cooperação e do compartilhamento de intencionalidade: uma releitura de dados*, buscaremos resenhar as duas pesquisas já mencionadas nesta introdução, para, na sequência, apresentarmos uma possibilidade de análise linguística que leve em conta os pressupostos de Michael Tomasello e do compartilhamento de intencionalidade.

2 A LINGÜÍSTICA COGNITIVO-FUNCIONAL E SUA COMPATIBILIDADE COM A VISÃO SOCIOCOGNITIVISTA DA LINGUAGEM

Este capítulo é dedicado à discussão de princípios basilares pertencentes à Linguística Cognitiva e à Linguística Funcional, perpassando os processos de categorização e eleição de protótipos, bem como a teoria da gramaticalização e a gramática das construções. Ou seja, discutimos alguns pontos de interseção entre essas duas áreas de saber, os quais auxiliam na formulação da chamada Linguística Cognitivo-Funcional que está diretamente relacionada a uma concepção sociocognitivista da linguagem. Com isso, o objetivo que pretendemos alcançar neste capítulo é, além de revisitar essa interface já conhecida e amplamente discutida, apresentar uma nova possibilidade de aproximação teórica, relacionando essa visão cognitiva-funcional da linguagem ao cognitivismo social de Michael Tomasello.

2.1 A Linguística Cognitiva

A Linguística Cognitiva se apresenta como uma posição teórica de pesquisa que busca entender os fenômenos linguísticos a partir do processo cognitivo e da influência cultural. Nesse sentido, segundo Tomasello (1992), com as pesquisas relacionadas à Linguística Funcional e à Linguística Cognitiva, há uma mudança na maneira de entender a linguagem, uma vez que esta deixa de ser vista apenas sob o viés da teoria formal e passa a ser considerada também como um produto cultural resultante de processos cognitivos, sociais e comunicativos que estão a ela associados. Nesse sentido, a Linguística Cognitiva descreve os aspectos linguísticos a partir dos termos básicos do processamento psicológico, ou seja, a cognição e a cognição-social.

A importância da Linguística Cognitiva, para Tomasello, está no fato de que

Ela permite que os pesquisadores busquem aspectos gerais do processo da estrutura cognitiva em outros domínios do desenvolvimento da cognição. Essa abordagem ajuda a determinar as competências naturais das crianças nos níveis de desenvolvimento e fornece uma "restrição" adicional sobre a língua das crianças. Em segundo lugar, os conceitos prototipicamente organizados e as categorias da LC são muito mais abertos para as possibilidades de desenvolvimento real de mudanças. Categorias que não possuem propriedades essenciais podem envolver-se naturalmente e gradualmente, algumas vezes em diferentes entidades. Isso permite aos pesquisadores a reconstrução de algumas habilidades intermediárias complexas necessárias e envolvidas na comunicação linguística. (TOMASELLO, 1992, p. 5).⁴

⁴ Tradução livre, no original: "First, it relies on general cognitive structures and process that allow investigators to consult research in other domains of cognitive development. This approach helps to determinate the nature of the child's competences at particular development levels and provides an additional "constraint", if you will, on

O termo Linguística Cognitiva (LC), segundo Ferrari (2016), começou a ser utilizado ainda em 1960. Contudo, a designação dessa nova área de estudo ocorreu efetivamente a partir de 1980 com autores como Lakoff, Langacker, Talmy, Fillmore e Fauconnier, os quais se destacavam em suas pesquisas dentro da semântica gerativa. Em linhas gerais, esses autores buscavam investigar as relações entre a sintaxe e a semântica, enfatizando as correlações entre forma e significado⁵.

Importante salientar que o significado para a LC não é uma mera reflexão do mundo, mas sim “[...] uma construção cognitiva através da qual o mundo é apreendido e experienciado.” (FERRARI, 2016, p. 14). No entanto, assim como outras áreas do saber, a LC é heterogênea, o que possibilita que os estudos apresentem diferentes caminhos, ao mesmo passo que apresenta postulados compartilhados por um número considerável de pesquisadores, como, por exemplo, a compreensão da linguagem não como um sistema autônomo, mas como um mecanismo pelo qual as informações de ordem semântica e pragmática são organizadas, processadas e, conseqüentemente, transmitidas.

Em conformidade com Ferrari, Castilho (2012, p. 37) relembra também que “Os linguistas cognitivos evitam cuidadosamente o estabelecimento de relação de causa e efeito entre os processos cognitivos e as propriedades linguísticas”, uma vez que é muito difícil “provar” essa relação direta. Por isso, esses pesquisadores geralmente utilizam predicadores como “interação”, “paralelismo”, “reflexo”, “representação” nesses casos (CASTILHO, 2012).

Dessa forma, Castilho (2012, p. 36), com base em Silva (1997, p. 61), defende que a LC é definida, muitas vezes, pelo que não é, uma vez que não concorda com

- (i) “a existência de um nível estrutural ou sistêmico de significação linguística [...] distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas linguísticas”; (ii) a arbitrariedade do signo; (iii) a afirmação de que as categorias linguísticas são discretas e homogêneas; (iv) “a ideia de que a linguagem é gerada por regras lógicas e por traços semânticos ‘objetivos’”; (v) a autonomia e não motivação semântica e conceptual da sintaxe.

children’s early language. Second, and moreover, the prototypically organized concept and categories of Cognitive Linguistics are much open to the possibility of true development change. Categories that do not have essential properties can involve naturally and gradually, sometimes into very different entities. This provides researchers with the possibility of reconstructing the many intermediate steps required in the acquisition skills as complex as those involved in linguistic communication.” (TOMASELLO, 1992, p. 5).

⁵ Ainda que concordassem com os pressupostos gerativistas, os novos linguistas cognitivistas propunham algumas reflexões diferenciadas para entender os processos linguísticos. Dessa forma, como aponta Ferrari (2016), buscavam uma perspectiva não modular e que contemplasse os princípios cognitivos gerais da linguagem aliados a outras capacidades também cognitivas, considerando as relações entre todos os módulos.

Em outras palavras, não é possível ignorar o mundo no qual as formas linguísticas estão condicionadas, nem considerar o signo como algo arbitrário, alheio, desmotivado. Além disso, a LC não concebe que as categorias linguísticas sejam homogêneas, uma vez que existem princípios mais ou menos prototípicos que agem sobre elas. Ademais, não concordam com a autonomia da sintaxe e defendem uma perspectiva não modular, não ignorando, claro, a existência dos níveis de análise dentro da língua (semântica, sintaxe, morfologia e fonologia).

Para a LC, o conceito de experiência é muito caro, uma vez que esta área de saber adota uma perspectiva empirista, centralizando a experiência e o corpo nesse entremeio. Dito de outra forma, “[...] a investigação humana não pode ser separada do corpo, de modo que a experiência, a cognição e a realidade são concebidas a partir de uma ancoragem corporal” (FERRARI, 2016, p. 15). Normalmente, os exemplos utilizados para elucidar essa questão são dados a partir da percepção das cores: nosso sistema biológico é diferenciado de outros animais, o que repercute em uma conceptualização diferenciada dessas cores. Ou seja, nossa capacidade visual de percepção das cores é o que define a natureza de nossa experiência com elas.

Além disso, a LC possui, nos termos de Ferrari (2016), um *compromisso interdisciplinar*, ou seja, encarrega-se de verificar a compatibilidade de seus achados com as pesquisas realizadas em outras áreas, como a Filosofia, a Psicologia, a Inteligência Artificial, entre outras. A esse respeito, é interessante mencionar que esse princípio é muito importante para a construção deste trabalho, pois o leitor perceberá que buscamos uma aproximação com outras áreas do saber, como é o caso da Filosofia, da Psicologia Social, da Antropologia etc.

Em LC, o processo de categorização é muito importante, pois engloba a maneira pela qual agrupamos pessoas, objetos e entidades semelhantes em determinados grupos. Essa prática de classificação e agrupamento permeia as práticas cotidianas nas mais diversas culturas, e toma posicionamento diferenciado conforme o grupo, inclusive nas escolhas linguísticas. Dessa forma, Ferrari defende que “Com relação à linguagem, o processo de categorização é, de fato, essencial.” (FERRARI, 2016, p. 31).

É interessante considerar também que a nossa capacidade de categorizar as coisas do e no mundo passa pelo crivo de nossa memória. Linguagem e memória, aliás, mantêm uma relação de proximidade muito interessante, pois

sendo a linguagem uma forma de cognição, mantém com outros processos (como a memória) uma relação dialética a qual figura – por suas propriedades formais e discursivas – como a mais radical expressão e nossa apreensão (sócio-cognitiva) da realidade. Nessa relação dinâmica que envolve interioridade-exterioridade, a

linguagem encontra na significação – essa ‘inferência prática no mundo’ –, sua função precípua. (MORATO, 2005, p. 80).

Segundo Izquierdo (2002), a memória pode ser entendida como a capacidade cognitiva envolvida nos processos de formação, aquisição, conservação e evocação de informações, configurando-se como uma atividade crucial para os seres humanos, pois, segundo o autor, a nossa constituição como seres individuais define-se pelo que podemos recordar e por aquilo que esquecemos, uma vez que a atividade de esquecimento também é ativa. Em outras palavras, o cérebro humano lembra o que gostaríamos de esquecer e aloca essas lembranças em espaços de difícil acesso. No tocante ao processo de categorização, por sua vez, a memória possibilita o acesso a essas categorias.

A definição de memória apontada por Izquierdo (2002, p. 9) repousa em quatro eixos definidores. Nesse sentido, “‘Memória’ é a aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informações” e “A aquisição é também chamada de aprendizagem: só se ‘grava’ aquilo que foi *aprendido*. A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação. Só *lembramos* aquilo que gravamos, aquilo que foi aprendido.” (IZQUIERDO, 2002, p. 9, grifos do autor). A formação, por sua vez, possui uma relação muito particular com os tipos de memória, uma vez que existem vários – como é o caso da memória de trabalho, de longa duração etc. – ao mesmo passo que compartilha uma característica fundamental com a conservação e a evocação: a dependência das sinapses que estão a elas subjacentes. Em outras palavras, “as memórias estão nas sinapses.” (IZQUIERDO et al., 2013, p. 11).

Ao tratar também sobre a memória, Sternberg (2010) defende que usualmente se trata de memória, na literatura da psicologia cognitiva, a partir de três operações usuais: codificação, armazenamento e recuperação.

Cada operação representa um estágio do processamento da memória. Na codificação você transforma dados sensoriais em uma forma de representação mental. No armazenamento você mantém as informações codificadas na memória. Na recuperação você acessa ou usa as informações armazenadas na memória. (STERNBERG, 2010, p. 153).

É possível que o leitor já tenha percebido, mas é importante salientar que podemos relacionar essas duas maneiras de conceitualizar a memória, pois os conceitos de formação e recuperação de Sternberg são próximos aos de aquisição e evocação de Izquierdo. Em termos fisiológicos/biológicos, a memória é possível graças às células nervosas que compõem o cérebro humano (neurônios). Dessa forma, a memória é armazenada em redes e, posteriormente, evocada por essas mesmas redes neurais ou por outras (IZQUIERDO, 2002).

Além disso, o autor prefere falar em *memórias* e não *memória*, uma vez que são resultado das experiências vivenciadas pelos indivíduos.

Tal fato corrobora a relação entre a memória e os processos linguísticos/cognitivos, pois a forma com a qual conceptualizamos o mundo, a partir das formas linguísticas, necessita ser memorizada. Não podemos criar a cada dia uma conceptualização ou categorização diferente para o que vemos e experienciamos. Pelo contrário, é necessário que as memorizemos e, de forma cultural e coletiva, internalizemo-las para a posterior evocação. A seguir apresentamos algumas reflexões sobre esses processos de categorização que são memorizados e evocados (recuperados) pelo falante.

2.1.1 Processos de categorização: como construímos as categorias prototípicas?

Como mencionado na seção anterior, o processo de categorização é fundamental para as relações humanas, seja no campo linguístico, seja na vida cotidiana. A todo o momento, categorizamos pessoas, objetos, cores etc. No caso de pessoas, por exemplo, é comum que as categorizemos como *organizadas*, *gentis*, *preguiçosas* a partir de um conjunto de características que permitem que aloquemos mentalmente essas pessoas baseados nos conceitos associados a esses adjetivos. Da mesma forma, organizamos grupos de objetos a partir de características que os constituem, como é o caso dos utensílios domésticos, eletroeletrônicos etc. As lojas de departamento são, em essência, espaços em que é visível a capacidade que possuímos de categorizar.

No campo linguístico não é diferente. Ao tratar do tema, Ferrari (2016) defende que, no tocante à linguagem, a categorização é processo elementar. Dessa forma, para que um objeto pertença a determinada categoria, deve possuir todas as características e atributos que estão contidos nela, sendo que há as condições necessárias e suficientes para avaliar esse pertencimento. Diante disso, Katz e Fodor (1963) propuseram o que ficou conhecido como sistema de traços, ou modelo clássico de categorização, no qual se utiliza a configuração de ordem semântica para avaliar os itens lexicais (FERRARI, 2016).

Katz e Fodor (1963) tinham como objetivo a estruturação de uma teoria semântica de modo a contemplar os fatos semânticos a partir de uma pesquisa de caráter descritivo. Desse modo, salientavam que os aspectos de ordem semântica acabavam por influenciar outros campos de estudo, como é o caso da filosofia, da psicologia entre outros. Daí decorreria, portanto, a importância de uma teoria semântica (KATZ; FODOR, 1963).

Para entender melhor o que propunham, utilizemos um de seus próprios exemplos: a expressão **spinster insecticide*, **inseticida solteirona*. Por que um falante nativo do inglês estranharia uma expressão assim estruturada? Por que ela não faz sentido? Katz e Fodor (1963) argumentam que essa expressão seria interpretada como anômala para os falantes de inglês porque o traço [+humano] não pertence ao universo total da expressão, apenas ao de *solteirona*. Dessa forma, a forma linguística *inseticida* seria [-humano] enquanto *solteirona* seria [+humano], resultando em uma incompatibilidade de traços.

Contudo, no caso do português brasileiro, podemos encontrar um exemplo que possui uma incompatibilidade de traços ao mesmo tempo em que apresenta funcionalidade semântica: é o caso de *criado-mudo* – mesa pequena localizada, geralmente, ao lado da cama. A origem do nome do objeto retoma sua função: auxiliar. Dessa forma, *criado* refere-se à ideia de *mordomo*, *ser servil*, ou seja, de forma mais pejorativa, ao criado (trabalhador). Envolve, portanto, o traço [+HUMANO]. O adjetivo *mudo* faz alusão, por sua vez, ao fato de o objeto não possuir vida, ser inanimado. Contudo, a ideia de *mudo* retoma, também, os traços [+HUMANO] e [+ANIMADO], pois se aplica a indivíduos cuja fala é inviabilizada por alguma patologia. Diante disso, há uma dupla incompatibilidade de traços, pois o objeto é inanimado, logo, não é humano e, ainda assim, recebe um nome a que se atribuem traços contrários a suas características básicas. Contudo, não se trata de uma anormalidade semântica, já que os falantes de português empregam essa expressão e a entendem.

Por outro lado, sabe-se que o uso atual da expressão *criado-mudo* pelos falantes do PB não tem a função de retomar a ideia de *criado* mais *mudo*, ou de um criado (ser servil, funcionário etc.) que é mudo, mas sim de um objeto inanimado, não humano; é justamente por não retomar essa ideia inicial, que os traços “contraditórios” são neutralizados. Em outras palavras, os traços humanos de *criado* e *mudo* nesse caso não são trazidos à baila pelo falante quando usa essa expressão, por isso o entendimento do significado do todo (*criado-mudo* como objeto) não passa por entendimentos intermediários das partes (*criado* e *mudo*). Tal fenômeno semântico não pode ser explicado apenas pela teoria dos traços, por isso a importância de se considerarem as mudanças semânticas no uso efetivo das línguas, repercutindo na formulação de outras teorias, além da teoria clássica de categorização por traços.

Outro exemplo para elucidar esse modelo clássico é a diferenciação entre HOMEM, MULHER e CRIANÇA. Quando analisamos a relação entre HOMEM [+HUMANO], [+ADULTO], [+MACHO] e MULHER [+HUMANO], [+ADULTO], [-MACHO], percebemos que o traço diferenciador é o sexo biológico, ou seja, [+MACHO] para o primeiro e [-MACHO] para o segundo; por outro lado, se analisamos os itens lexicais CRIANÇA e MULHER, entendemos que o traço diferenciador

recai na característica de desenvolvimento cronológico/biológico, pois à forma linguística CRIANÇA [+HUMANO], [-ADULTO] atribui-se uma interpretação que corresponde ao período da infância, ou seja, o período que antecede a vida adulta.

No entanto, esse modelo vem recebendo muitos questionamentos, pois se propõe a apresentar um reflexo direto do mundo a partir de limites bem definidos entre as categorias. Dito de outra forma, esse modelo de categorização considera que todas as categorias possuem delimitações muito específicas e intransponíveis, ou seja, para essa teoria, ou se é macho ou fêmea (definição baseada na diferenciação de órgãos sexuais); ou se é ave ou mamífero; ou se é isso ou aquilo. Contudo, sabemos que essa separação tão delimitada não ocorre em todos os campos, tanto é assim que, na espécie humana e em outras, é possível encontrar casos de seres hermafroditas; ou ainda, há animais, como os morcegos e os ornitorrincos, que não parecem se enquadrar totalmente nas categorias de aves/mamíferos. Contudo, importante salientar que não discutimos essas questões sob o ponto de vista da biologia, mas sim sob a perspectiva linguística de categorização.

Diante do exposto, apresentaremos, a seguir, duas propostas distintas dessa no que concerne à categorização, a primeira baseada em Rosch (1978), para quem a categorização é motivada e resulta na criação de categorias mais ou menos prototípicas; e a segunda em Lakof (1987), que considera que o processo de categorizar ocorre de maneira coletiva e agrupada, ou seja, categorizamos tendo em vista as características comuns e compartilhadas dos objetos.

2.1.2 A teoria dos protótipos - Eleanor Rosch (1978)

A LC está interessada em descrever e explicar quais mecanismos são empregados pelo falante e como são empregados quando entra em jogo a atividade de categorização do mundo. Sobre essa questão, Rosch (1978, p.27) argumenta que “[...] a categorização humana não pode ser considerada como um produto arbitrário ou historicamente acidental, mas sim resultado de princípios psicológicos de categorização, os quais são passíveis de investigação”⁶. Dessa forma, propõe dois princípios a serem observados quando o objeto de estudo for a categorização.

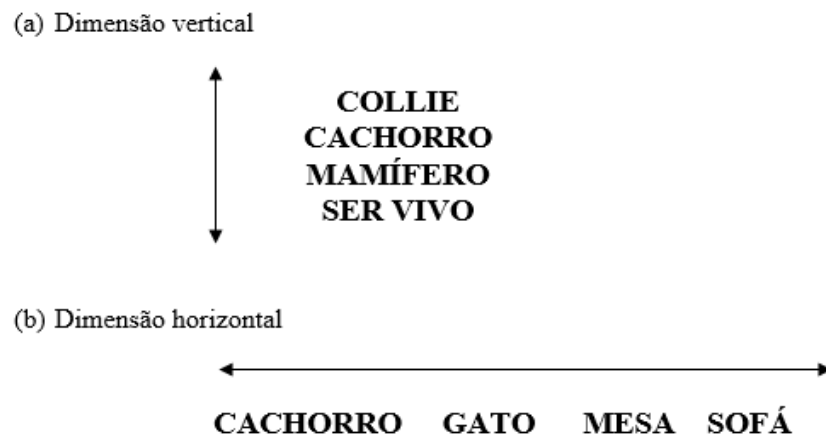
O primeiro pode assim ser resumido: “[...] tem a ver com o sistema de categorização e afirma que a tarefa do sistema [...] é providenciar o máximo de informação com o menor esforço

⁶ Tradução livre, no original: “[...] human categorization should not be considered the arbitrary product of historical accident or of whim but rather the result of psychological principles of categorization, which are subject to investigation.” (ROSCH, 1978, p.27).

cognitivo.⁷ (ROSCH, 1978, p. 28). Ou seja, trata-se de uma economia cognitiva a partir da qual se busca o maior número de informações preservando-se os recursos. O segundo princípio, por outro lado, versa sobre o fato de a percepção do mundo começar pela estrutura informacional, e não apenas a partir dos atributos arbitrários ou inesperados. Desse modo, tem-se o modelo de percepção da estrutura do mundo.

Rosch (1978) aponta também que os dois princípios básicos de categorização – a economia cognitiva e a estrutura de percepção do mundo – acarretam implicações no nível de abstração das categorias criadas pela cultura. Nesse segmento, há duas dimensões que comportam esses dois princípios: a dimensão vertical e a dimensão horizontal. A dimensão vertical, por exemplo, diz respeito à inclusão da categoria, ou seja, é nesse nível que termos como *collie*, *cachorro*, *mamífero*, *animal* variam; por outro lado, a dimensão horizontal compreende termos como *cachorro*, *gato*, *cadeira*, *sofá*, ou seja, trata-se da segmentação de categorias no mesmo nível de inclusão. A seguir, apresentamos a Figura 1 que ilustra essas relações.

Figura 2 - Dimensão vertical e horizontal das categorias



Fonte: elaborada pela autora com base em Rosch (1978).

A dimensão vertical diz respeito aos níveis básicos dos objetos, e a implicação dos dois princípios nessa dimensão acaba por tornar possível que nem todos os níveis de categorização sejam considerados bons ou úteis, “[...] em vez disso, nível mais básico de categorização será o nível mais inclusivo (abstrato) no qual as categorias podem refletir a estrutura dos atributos

⁷ Tradução livre, no original: “[...] has to do with the function of category systems and asserts that the task of category systems is to provide maximum information with the least cognitive effort.” (ROSCH, 1978, p. 28).

percebidos no mundo”⁸ (ROSCH, 1978 p. 30). No exemplo da Figura 2, o nível mais básico e mais inclusivo é *ser vivo*: ser vivo>mamífero>cachorro>*collie*. Por outro lado, no que concerne à dimensão horizontal, os dois princípios acabam por resultar em um aumento na distinção e na flexibilidade das categorias, sendo que elas “[...] tendem a se tornar definidas em termos de *protótipos* ou *instâncias prototípicas* que contenham os atributos mais representativos dos itens de dentro e menos representativos dos itens de fora da categoria”⁹ (ROSCH, 1978, p. 30, grifos nossos).

A definição de um protótipo ocorre, portanto, na dimensão horizontal. Além disso, a autora argumenta que há uma delimitação por adesão, ou seja, define-se operacionalmente quais são os itens mais recorrentes para determinadas categorias, considerando-se, principalmente, o julgamento das pessoas acerca da qualidade dessa aglutinação (ROSCH, 1978). Em outras palavras, para que um elemento seja considerado prototípico, deve-se considerar a percepção e o “julgamento” das pessoas quanto ao atendimento das características necessárias para o pertencimento à categoria.

Outra questão salientada por essa teoria diz respeito à necessidade de se considerar que a formação de protótipos de determinada categoria deve estar em consonância com a sua própria formação. Nesse sentido, “A hipótese razoável é a de que os protótipos se desenvolvem através dos mesmos princípios que a maximização da referência válida e que a maximização de proximidade categorial, ou seja, como os princípios que regem a formação das próprias categorias.”¹⁰ (ROSCH, 1978, p. 37).

A harmonia entre os princípios constitutivos de um protótipo e sua categoria pode ser entendida a partir do exemplo da categoria AVE. Quais são os animais que podem compor essa categoria? Existem certas características que definem esse pertencimento como, por exemplo, a presença de penas, bico, capacidade de voar, colocar ovos etc. Diante disso, a configuração de um protótipo dentro da categoria corresponderá ao animal que mais características possuir. A partir desse delineamento, resultará a definição de membros mais ou menos prototípicos, além daqueles que podem ser entendidos como intermediários.

⁸ Tradução livre, no original: “[...] rather, the most basic level of categorization will be the most inclusive (abstract) level at which the categories can mirror the structure of attributes perceived in the world” (ROSCH, 1978 p.30).

⁹ Tradução livre, no original: “[...] tend to become defined in terms of prototypes or prototypical instances that contain the attributes most representative of items inside and least representative of items outside the category.” (ROSCH, 1978, p.30).

¹⁰ Tradução livre, no original: “[...] a reasonable hypothesis is that prototypes develop through the same principles such as maximization of cue validity and maximization of category resemblance as those principles governing the formation of the categories themselves”. (ROSCH, 1978, p. 37).

A seguir, apresentamos o Quadro 1 que, sistematicamente, organiza a presença e/ou ausência de características de certos animais aspirantes a membros da categoria em questão. Os postulantes são: *bem-te-vi*, *avestruz* e *morcego*.

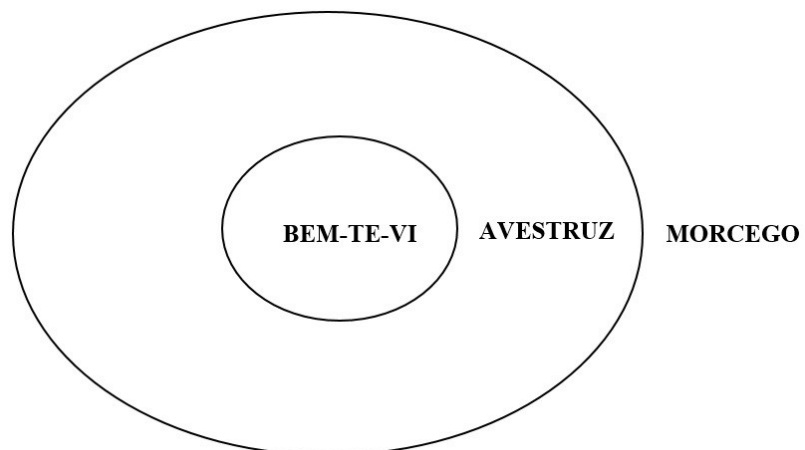
Quadro 1- Características de membros aspirantes à categoria AVE

	BEM-TE-VI	AVESTRUZ	MORCEGO
AVE	Tem bico	Tem bico	Tem duas asas
	Põe ovos	Põe ovos	Pode voar
	Tem duas asas	Tem duas asas	
	Tem penas	Tem penas	
	Pode voar		

Fonte: elaborado pela autora com base em Ferrari (2016).

Diante disso, verifica-se que, entre esses três membros, é o *bem-te-vi* que ocupa a posição mais prototípica, ou seja, o animal que possui o maior número de características consideradas comuns à categoria AVE. Por outro lado, *morcego* é o membro mais periférico. A Figura 2 sintetiza essas relações.

Figura 3 – Categoria AVE



Fonte: elaborada pela autora com base em Ferrari (2016).

Como se observa na imagem, nessa relação, o animal mais prototípico da categoria AVE é o *bem-te-vi* (em um contexto como o Brasil), enquanto o *morcego* nem chega a pertencer

à categoria, pois não possui características suficientes para justificar esse pertencimento. No que concerne ao campo linguístico, poderíamos dizer que há uma relação de dependência entre a definição de categorias e protótipos – que ocorre no âmbito cognitivo e cultural – e o próprio uso das formas linguísticas.

A categoria aqui explicitada com esses exemplos é facilitada pelo fato de estarmos localizados em um país tropical que possui uma ampla fauna, contemplando animais desde o *bem-te-vi* até *morcegos*, tornando possível uma experiência mais significativa com esses animais e, por consequência, escolhas linguísticas que correspondem a esse contato e à experiência. O próprio nome *bem-te-vi*, por exemplo, não pode ser considerado como aleatório e/ou arbitrário, uma vez que provém da experiência com o cantar desse animal que, para os brasileiros¹¹, corresponde a essa expressão. A eleição de *bem-te-vi* como o membro mais prototípico da categoria AVE passa, como já salientamos, pela percepção empírica, pela experiência daqueles que o elegem como tal.

Contudo, há mais dois fatores que auxiliam nessa escolha, a saber: (i) compartilhamento de características com os animais da mesma categoria (semelhanças com o avestruz); (ii) diferenças com os membros de categorias *concorrentes* (ou seja, diferenças com o morcego). Em outras palavras, a prototipicidade de *bem-te-vi*, no exemplo apresentado, justifica-se por suas semelhanças com os membros da mesma categoria ao passo que é reforçada pelos contrastes com membros que estão fora dela (ROSCH, 1978). Dessa forma, pode-se entender que a definição de uma categoria em termos cognitivos e/ou culturais influencia diretamente a experiência linguística, pois o entendimento e definição de um protótipo, por exemplo, passa, inclusive, pela denominação/nomeação linguística.

Bybee (2008, p. 158) nos ajuda a compreender essa dinamicidade no tocante à formação de categorias, considerando elementos prototípicos e periféricos. Segundo a autora,

A possibilidade de adicionar novos membros periféricos a uma categoria permite produtividade e mudança. Novos itens podem ser usados em uma construção se eles forem percebidos como similares de alguma forma aos membros existentes. Mudanças acumuladas no número de membros levarão a mudanças no que é considerado central e o que é considerado periférico¹².

¹¹ O bem-te-vi é uma das aves mais comuns em território brasileiro, podendo ser encontrada em todas as regiões do país. Mas não só: é possível encontrarmos essa ave em outros países da América Latina, Central e até em alguns lugares da América do Norte, como o estado do Texas nos EUA. Assim como no Brasil, recebe nomes onomatopéicos em outras línguas: *great kiskadee* em inglês (EUA), *benteveo* ou *bichofeo* em espanhol (Argentina). Para mais informações: <<http://misionesonline.net/2013/02/11/la-leyenda-del-inocente-pitog-el-p-jaro-llamado-benteveo-o-bichofeo/>>; <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/animais/bem-te-vi>>.

¹² Tradução livre, no original: “The possibility of adding new peripheral members to a category allows productivity and change. New items can be used in a construction if they are perceived as similar in some way to existing

Um pesquisador brasileiro que parece concordar com esse posicionamento de Bybee é Marcushi (2007), para quem as categorias são sensíveis à cultura, ou seja, os elementos ditos prototípicos seriam um reflexo do segmento cultural dos falantes que os elegem como tal. Além disso, “Com base nessas posições, pode-se defender a tese de que *não existem categorias naturais* porque não existe um mundo naturalmente categorizado [...]” (MARCUSCHI, 2007, p. 89, grifos do autor). O que existe é a experiência humana em ação, construída a partir de “[...] um esforço coletivo de um trabalho social e histórico que resultará na produção da cultura humana” (MARCUSCHI, 2007, p. 85).

2.1.3 Os Modelos Cognitivos Idealizados - Lakoff (1987)

Além de Rosch, os estudos acerca dos processos de categorização têm em Lakoff (1987) um nome importante. Esse autor defende que o ato de categorizar coisas ocorre de maneira conjunta (categorizamos as coisas de forma agrupada), ou ainda, a partir de características compartilhadas. Dessa forma, segundo o autor,

A noção clássica de categorias baseada em propriedades compartilhadas não está inteiramente equivocada. Nós, muitas vezes, categorizamos coisas com base nisso. Contudo, isso é apenas uma pequena parte da história. Nos últimos anos, ficou mais claro que a categorização é mais complexa do que isso. A nova história da categorização, chamada de *teoria dos protótipos*, emergiu¹³. (LAKOFF, 1987, p. 5, grifos do autor).

Como salientamos em momento anterior, as atividades humanas são categorizadas por diversas frentes: categorizamos os livros, os utensílios, as roupas etc. No entanto, como defende Lakoff (1987, p. 6), “[...] grande parte de nossas categorias não são relacionadas a coisas, mas sim a entidades abstratas¹⁴”. Dito de outra forma, as categorizações que realizamos são, na

members. Accumulated change in membership will lead to change in what is considered central and what is considered peripheral.” (BYBEE, 2008, p. 158).

¹³ Tradução livre, no original: “The classical view that categories are based on shared properties is not entirely wrong. We often do categorize things on that basis. But that is only a small party of the history. In recent years it has become that categorization is far more complex than. A new theory of the categorization, called *prototype theory*, has emerged.” LAKOFF, 1987, p. 5).

¹⁴ Tradução livre, no original: “But a large proportion of our categories are not categories of *things*; they are categories of abstract entities” (LAKOFF, 1987, p.6).

maioria das vezes, relacionadas a conceitos abstratos: emoções, relacionamentos profissionais e pessoais etc.

Segundo Lakoff (1987), a teoria clássica de categorização por traços (KATZ; FODOR, 1963) não é baseada em um estudo empírico, mas é resultado de uma posição filosófica baseada na especulação. Por outro lado, a teoria contemporânea de categorização utiliza pesquisas empíricas relacionadas também à antropologia, à linguística e a própria psicologia. É a partir dessa teoria contemporânea que Lakoff desenvolve seu trabalho.

Uma das propostas mais inovadoras diz respeito aos *Modelos Cognitivos Idealizados*. Nas palavras do autor, “[...] nós organizamos nosso conhecimento por meio de estruturas chamadas de *modelos cognitivos idealizados*, ou ICM, e as estruturas categoriais e efeitos prototípicos são subprodutos de nossa organização.”¹⁵ (LAKOFF, 1987, p. 68, grifos do autor). O desenvolvimento do MCI (sigla traduzida ao português) foi possível, segundo o linguista, a partir dos estudos que já vinham sendo empreendidos dentro da LC acerca da temática da categorização. Um exemplo desses estudos é o desenvolvimento da Semântica de *Frames* de Fillmore (1982, 1985), a qual dá suporte direto para o desenvolvimento dos estudos de Lakoff. Dessa forma, Lakoff (1987) define que um MCI é um composto de *frames* diversos mais complexos.

Um *frame*, por sua vez, pode ser entendido como um conjunto de conceitos que se relacionam entre si. Dessa forma, o entendimento de um *frame* necessita da compreensão de outros conceitos que estão de alguma maneira a ele relacionados (FILLMORE, 1982). Dito de outra forma, um *frame* é entendido a partir dos conceitos que ele mobiliza e dos conceitos de outros *frames* que a ele se relacionam. Essa relação pode ser de concordância, complementação ou mesmo de oposição. Além disso, a compreensão de um *frame* está condicionada ao compartilhamento de aspectos culturais, pois o contexto influencia na construção, no entendimento e na evocação de um *frame*.

Tomemos como exemplo o *frame* de *café da manhã*: ainda que haja uma diferenciação entre os alimentos mais ou menos prototípicos a serem consumidos nessa refeição – resultado de aspectos culturais – *café da manhã* diz respeito à primeira refeição realizada depois de uma noite de sono, considerando um universo ideal de três refeições ao dia, independentemente do horário em que acontece. Ou seja, o *café da manhã* de um indivíduo pode realizar-se às nove da manhã ou às duas da tarde, isso porque o que faz *café da manhã* ser entendido como tal não

¹⁵ Tradução livre, no original: “[...] we organize our knowledge by means of structures called *idealized cognitive models*, or IMC, and the category structures and prototype effects are by-products of that organization” (LAKOFF, 1987, p.68).

é o horário da refeição, mas sim a maneira como a sociedade concebe esse momento – primeira refeição do dia, o desjejum.

Diante disso, a construção, o entendimento ou mesmo a evocação de um *frame* é, como já mencionado, carregado de motivação cultural e contextual, pois é necessário que haja um compartilhamento cultural para que o *frame* seja efetivamente compreendido. Uma cultura, por exemplo, que não comunga do hábito de diferenciar as refeições realizadas durante o dia, dificilmente reconhecerá um *frame* como o de *café da manhã*.

Alinhavado ao conceito de *frame*, temos, como já mencionado anteriormente, os Modelos Cognitivos Idealizados, sendo que cada MCI é dependente de três princípios básicos de estruturação:

- (i) Estrutura proposicional, ou seja, há uma estrutura semelhante à de *frame* (FERRARI, 2016, p. 52). Por exemplo, a palavra *terça-feira* pode ser entendida a partir de um modelo relativo e idealizado que compreende o ciclo natural resultante do movimento do sol, além do entendimento de que, após o fim de um dia, inicia-se o outro, caracterizando-se assim o ciclo de sete dias que compõe a semana. Diante disso, segundo Lakoff (1987, p. 68), no modelo idealizado, a semana é um todo dividido em sete partes organizadas em sequência linear; cada uma dessas partes é chamada de dia. Além disso, o autor chama a atenção para o fato de se tratar de um modelo *idealizado*, quer dizer, “Nosso modelo de semana é idealizado. Sete dias da semana não existem objetivamente na natureza. Eles foram criados pelos seres humanos”¹⁶, sendo que nem todas as culturas concebem a semana dessa forma;
- (ii) esquemas imagéticos que funcionam de modo a respaldar a organização conceitual, ou seja, assim como acontece com os *frames*, os MCI permitem a construção de representações imagéticas que possibilitam a visualização de sua estrutura;
- (iii) mecanismos metafóricos e metonímicos, pois o processo de conceptualização inerente aos MCI está relacionado à possibilidade de compreender recursos linguísticos como as metáforas e metonímias.

¹⁶ Tradução livre, no original: “Our model of week is idealized. Seven-days week do not exist objectively in nature. They are created by humans beings.” (LAKOFF, 1987, p.69).

Além desses princípios de estruturação, os MCI apresentam dois tipos de efeitos prototípicos que são tratados por Lakoff como: efeitos prototípicos mais simples (*the simplest prototype effects*) e mais complexos, ou *cluster models*. Para ilustrar o primeiro, o autor utiliza o exemplo clássico de Fillmore, o *frame solteiro, bachelor*; para o segundo, lança mão de uma explicação em torno do uso da palavra *mãe, mother*.

No caso de efeitos prototípicos mais simples, Lakoff (1987) aponta que, no geral, “[...] alguns elementos de um modelo cognitivo podem corresponder a uma categoria conceitual”¹⁷ (LAKOFF, 1987, p. 69). Diante disso, propõe que se considere uma teoria de esquemas, com base em Rumelhart (1975), a partir da qual cada esquema pode ser considerado resultado de uma rede de nós e *links*, sendo que o todo do sistema pode corresponder a uma categoria conceitual, tendo como propriedades alguns fatores, como a função do nó no esquema, bem como a interação deste com outros nós e do esquema com outros esquemas e, por fim, do esquema com outros sistemas conceptuais. Ou seja, nó no esquema/ nó com outros nós/ esquema com outros esquemas/ esquema com sistemas conceptuais.

Diante do exposto, contudo, o autor defende que essa teoria de esquemas não dá conta dos MCI, uma vez que “[...] mesmo que se estabeleça a teoria de esquemas como a teoria dos MCI, e mesmo que as categorias definidas nesses esquemas fossem categorias clássicas, ainda haveria efeitos prototípicos – efeitos que poderiam surgir a partir da interação do esquema com outros esquemas do sistema”¹⁸ (LAKOFF, 1987, p.70). No caso de *solteiro*, por exemplo, é preciso considerar que existe uma sociedade que presa pelo casamento (monogâmico) ao passo que define certos limites de idade para essa união. Dessa forma, um solteiro é um homem adulto que não se casou (LAKOFF, 1987). Contudo, esse modelo idealizado não considera solteirões, por exemplo, os padres, os monges, ou mesmo um personagem como Tarzan.

Por outro lado, em um efeito prototípico complexo, a situação é diferente. O caso utilizado pelo autor é da categoria MÃE. Caso se tratasse de um efeito prototípico simples, tratar-se-ia de uma *mulher que dá à luz a uma criança*. Contudo, como se sabe, esse não é o único entendimento que se tem para *mãe*, pois MÃE é uma categoria cujo conceito está baseado em um modelo complexo, no qual alguns modelos cognitivos individuais se combinam, formando um *cluster model* (LAKOFF, 1987).

¹⁷ Tradução livre, no original: “[...] any element of a cognitive model can correspond to a conceptual category” (LAKOFF, 1987, p.69).

¹⁸ Tradução livre, no original: “[...] even if one set up schema theory as one’s theory of ICM’s, and even if one defined in those schemas were classical categories, there would still be prototype effects – effects that would arise from the interaction of the given with other schemas in the system” (LAKOFF, 1987, p.70).

O Quadro 2, a seguir, apresenta esse modelo complexo a partir dos modelos cognitivos individuais.

Quadro 2 – Modelo complexo para o conceito da categoria MÃE

Título do modelo cognitivo individual	Descrição
Modelo de nascimento	A pessoa que dá à luz a uma criança.
Modelo genético	A mulher que contribui com o material genético.
Modelo de criação ¹⁹	A pessoa que cria e alimenta a criança.
Modelo marital	A mulher do pai.
Modelo genealógico	A ancestral mais próxima.

Fonte: elaborado pela autora com base em Lakoff (1987, p. 74).

O Quadro 2 ilustra, em realidade, como os modelos cognitivos individuais se ocupam de determinados fenômenos prototípicos e, juntos, organizam um modelo cognitivo idealizado complexo. Apenas o modelo de nascimento, por exemplo, não dá conta da diversidade de possibilidades culturais para conceber a categoria MÃE, pois, se fosse o caso, as práticas de adoção não estariam contempladas. Como salienta Ferrari (2016), a escolha por um dos modelos como o “real”, contudo, é resultado de uma escolha contextual e de vivência, ou seja, será baseada em uma escolha individual.

A partir do que temos discutido nesta seção, é possível perceber que a categorização do pensamento, da percepção, da ação e da fala são processos bastante substanciais. Já na seção subsequente, vamos ver como esses elementos podem ser relacionados à frente de investigação linguística que considera que o uso das formas linguísticas pode moldar o seu próprio processamento cognitivo, como é caso, por exemplo, da teoria baseada no uso (BYBEE, 2004; 2010).

2.2 Linguística Funcional

¹⁹ Nesse caso, é possível que pensemos também no papel da própria sobrevivência da criança, uma vez que sem os cuidados e alimentação, isso não é possível. Dito de outra forma, poder-se-ia ainda pensar nesse modelo como relacionado à sobrevivência, ao cuidado material, à proteção etc.

Assim com a LC, anteriormente abordada, a Linguística Funcional²⁰ apresenta-se como uma perspectiva diferenciada da formalista para conceber a linguagem e os fatos linguísticos. Nesse sentido, Kato (1998) defende que, na linguística moderna (entendida como aquela desenvolvida a partir do século XX), é possível identificar duas formas diferentes de abordar a linguagem. São elas:

- (a) perspectiva formal;
- (b) perspectiva funcional.

Tal divisão é corroborada por Martelotta e Kenedy (2015), os quais acrescentam que o polo formalista tem sua preocupação centrada na forma linguística, enquanto o funcionalista preocupa-se com a função que a forma desempenha no ato comunicativo. Martelotta e Kenedy (2015) traçam uma espécie de “levantamento histórico” para explicitar o que eles chamam de “visão funcionalista da linguagem” durante o desenrolar do século XX. Para tanto, defendem a tese, baseados em Dirven e Fried (1987), de que “[...] três noções básicas passaram a caracterizar a evolução linguística no século XX: *sistema, estrutura e função*” (MARTELOTTA; KENEDY, 2015, p.11, grifos dos autores).

No que diz respeito à noção de sistema, é inevitável voltar a Saussure, já que foi a partir dos estudos do linguista suíço que a valorização da língua como sistema se desenvolveu. Por outro lado, a noção de sistema foi, posteriormente, substituída por estrutura, uma vez que, se a língua é concebida como um sistema, é necessário que se analise a sua estrutura. Por fim, a ideia de função foi introduzida dentro do próprio estruturalismo, resultado, segundo Martelotta e Kenedy (2015), da influência da teoria da Gestalt, principalmente do psicólogo alemão Karl Bühler sobre a Escola de Praga.

Como consequência, como apontam os autores baseados em Fontaine (1978), a Escola de Praga acabou por atribuir à linguística um rosto distinto dos quais até então se via nas escolas estruturalistas europeias. Segundo Martelotta e Kenedy (2015, p. 12), o linguista Kar Bühler, em especial, “[...] via a função como um elemento essencial à linguagem [...]”, o que não pode ser percebido em Saussure.

A respeito da concepção de estrutura, Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2015, p. 21) afirmam que “[...] a estrutura é uma variável dependente, pois os usos da língua, ao longo do

²⁰ Consideramos para a construção deste trabalho a Linguística Funcional de vertente norte-americana, não ignorando, claro, a existência de outras perspectivas funcionais em linguística, como é o caso da Linguística Sistemico-Funcional, fruto dos estudos de Halliday entre as décadas de 1960 e 1970.

tempo, é que dão forma ao sistema”. Como consequência, os linguistas funcionalistas advogam que a estrutura da língua espelha, em alguma proporção, as experiências, bem como as propriedades de conceptualização humana²¹.

É interessante observar também a maneira como a LF concebe a língua. Givón (2009) argumenta que a língua corresponde a uma das características diferenciadoras do *Homo sapiens*, uma vez que sua presença é observada em inúmeros contextos como a interação social, a transmissão cultural, a educação etc. Além disso, o autor ressalta que existem duas funções básicas de adaptação: a representação mental e a comunicação de informações.

A comunicação de informações – já representadas mentalmente – ocorre a partir de uma “troca” entre duas mentes (pessoas), ou ainda a partir de uma “negociação” e construção conjunta (GIVÓN, 2009), e a LF ocupa-se dessa troca, considerando também aspectos externos, como a cultura, contexto, função etc. Givón (2012a) discute também acerca da composição da comunicação humana, defendendo que ela pode ser dividida em dois subsistemas: (i) o sistema de representação cognitiva e (ii) o sistema de códigos de comunicação. Esses dois subsistemas, por sua vez, possuem suas próprias divisões e organizações. A Figura 3, a seguir, sintetiza essas relações.

Figura 4 - Organização/composição da comunicação humana (GIVÓN, 2012a)



Fonte: a autora com base em Givón (2012a, p. 7-13).

²¹ Esse pressuposto é compartilhado com os linguistas cognitivos, o que permite uma aproximação, sobre a qual discutiremos à frente, entre a Linguística Cognitiva e a Funcional.

O *vocabulário conceitual* se configura como um repositório *temporalmente estável*, ou seja, ainda que haja a possibilidade de mudanças graduais nos significados, estas não ocorrem em um fluxo tão rápido; ele é também *socialmente compartilhado*, pois quando um falante lança mão da comunicação, utilizará palavras que possuam um significado comum para ele e para grupo/indivíduo com o qual se comunica; por fim, é *bem codificado*, uma vez que cada parte do conhecimento lexical armazenado é mais ou menos exclusivo, ou fortemente associado ao seu próprio código de percepção (GIVÓN, 2012a).

Quanto à *informação proposicional*, o autor defende que nós podemos combinar conceitos (palavras), resultando em informações proposicionais (orações) sobre estados ou eventos dos quais participamos. Já o *discurso multi-proposicional* diz respeito à combinação possível de ser realizada entre essas orações sobre o estado e eventos, resultando em um discurso coerente (GIVÓN, 2012a).

Por outro lado, os *códigos periféricos de ordem sensório-motora* da linguagem, segundo Givón (2012a), constituem-se como assuntos para três campos da ciência linguística – fonética, fonologia e neurociência – sendo que a preocupação recai sobre a produção, codificação e representação mental de tais códigos; o *código gramatical*, por sua vez, é uma esfera muito mais abstrata e complexa, compreendendo a morfologia, a entonação, o ritmo e a ordem sequencial das palavras e dos morfemas.

A preocupação com essa relação entre a representação mental e o uso, considerando-se os aspectos comunicativos, está presente também em Bybee (2004), para quem a frequência com a qual certos padrões linguísticos são aplicados e repetidos nas línguas pode interferir na própria representação mental ou em aspectos mais particulares, como a fonética.

Outro ponto de divergência entre a linguística estruturalista e a funcional é a defesa do princípio de arbitrariedade linguística, proposto por Saussure, segundo o qual não existiria relação motivada entre o significante (imagem acústica) e o significado (conceito), e a correlação natural entre forma e função, ou seja, entre o código linguístico (expressão) e seu *designatum* (conteúdo), que é chamada de *iconicidade* (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2015). Diante disso, o funcionalismo, mais especificamente a LF, apresenta um novo olhar para conceber a relação entre o significante e o significado, introduzindo nessa relação o falante e as suas motivações, bem como os usos da língua. Givón (2012b, p. 14) relembra também que o funcionalismo em linguística deve ser validado por meio da “[...] prática, pela descoberta de como ele ilumina o vasto leque de fatos da linguagem humana.”

Para Castilho (2012, p. 19-20), a diferenciação entre o formalismo e o funcionalismo se localiza, especialmente, na maneira de abordar o fenômeno linguístico, além da maneira de

abordagem da Semântica, da Gramática e do Discurso, entendidos como módulos constituintes da linguagem. Segundo o autor, “[...] o formalismo contextualiza a língua nela mesma [...]”, o que acaba por refletir em uma opção pela Gramática como eixo central. Dessa forma, a Semântica e o Discurso acabam por não serem considerados com tanta importância dentro da vertente formalista.

Por outro lado,

O funcionalismo contextualiza a língua na situação social em que se dá a interação verbal, cujas representações estruturais são então estudadas. Para captar a ‘situação social’, diferentes metodologias são propostas, com grandes ênfases na Teoria da Variação. O funcionalismo tem em comum eleger ora o discurso, ora a Semântica como componentes centrais de uma língua, indagando continuamente como a língua funciona nesses ambientes. (CASTILHO, 2012, p. 20).

Bybee (2004, p. 2) também aborda as influências do estruturalismo linguístico (perspectiva formal) para os estudos em linguística. Segundo a autora, graças ao estruturalismo, cria-se uma hierarquia entre os níveis da gramática. No entanto, a perspectiva funcionalista acredita que o estudo estrutural necessita ser complementado com mais dois aspectos importantes: o conteúdo material (ou substância) e o uso da língua. O que a autora chama de *substância* refere-se, em realidade, aos “polos” da *semântica* e da *fonética*, a partir dos quais a estrutura linguística é moldada; o *uso*, por sua vez, corresponde não somente ao processamento da linguagem, mas principalmente aos usos *sociais* e *interacionais* da língua.

Desse modo, a formulação da estrutura linguística pode ser entendida como o resultado da relação entre o que é *substância* da língua e o *uso* que se faz dela. Dito de outra forma, a estrutura linguística é composta pelo conteúdo material ao mesmo passo que resulta dos usos que os falantes fazem da própria estrutura. A autora defende, portanto, que “É certamente possível que a forma como a língua é utilizada afete a forma como ela é representada cognitivamente e, portanto, como ela está estruturada” (BYBEE, 2004, p. 5).

A consciência de que a língua é utilizada para a interação social corrobora o que salientamos em momento anterior, ou seja, a visão funcionalista da língua e dos fatos linguísticos inclui o falante nesse processo. Dessa forma, a comunicação resultante do uso é primordial, além das funções desenvolvidas pelas formas linguísticas empregadas. Ao considerar o falante como sujeito ativo, reconhece-o como um ser consciente do uso de sua língua.

Ainda, segundo Castilho (2012), mesmo que os funcionalistas orientem seus estudos nas mais diversas direções, existem três postulados que unem as pesquisas. São eles: (a) a língua

é uma competência comunicativa; (b) as estruturas linguísticas não são objetos autônomos; (c) a explicação linguística deve ser procurada nos usos linguísticos e numa visão *pancrônica* da língua (CASTILHO, 2012, p. 22).

Conceber a língua como competência comunicativa significa desprender-se de uma visão focada na estrutura por si mesma, considerando as relações estabelecidas entre os aspectos internos da língua (estrutura/substância) e aqueles que lhe são externos, ou extralinguísticos, e que com ela se relacionam. Além disso, uma visão *pancrônica* resulta em uma necessidade de acabar com a divisão tão marcada entre *sincronia* e *diacronia*, uma vez que a língua (sistema) é um produto de transformações históricas que não podem ser ignoradas.

Ao tratar da abordagem funcionalista, Neves (1994) defende que, mesmo existindo diferenças no modo de conceber essa abordagem em linguística, um possível ponto de encontro é a definição do objeto de estudo como o modo pelo qual os falantes logram efetivar a comunicação pela língua. Dessa forma, “Qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente” (NEVES, 1994, p. 109, grifos nossos). Em outras palavras, a visão funcionalista da linguagem busca averiguar a competência comunicativa dos falantes, a qual confere à língua um *status* comunicativo. Esse é, de fato, o primeiro postulado apresentado por Castilho (2012) em concordância com Neves (1994), configurando-se como premissa basilar nos estudos da LF.

No que se refere ao segundo postulado, Dik (1987, p. 81-82 apud NEVES, 1994, p. 114) ressalta que, para o funcionalismo, a língua não é composta de formas linguísticas autônomas e arbitrárias, conforme postulados do panorama formalista. Como consequência, concebe-se que as estruturas linguísticas possuem propriedades ofertadas por determinantes pragmáticos que são, em essência, frutos da interação verbal humana. O terceiro e último postulado, por sua vez, configura-se como certa inversão na direção dos estudos linguísticos, pois o funcionalismo busca entender a língua a partir dos sentidos contextualizados em direção às formas. Portanto, “[...] postula-se que a língua exista não porque disponha de uma estrutura, mas sim que sua estrutura existe em vista da necessidade de cumprir certas funções” (CASTILHO, 2012, p. 24).

Em outras palavras, trata-se de compreender as estruturas linguísticas como mecanismos utilizados pelos usuários, de forma funcional, com vistas a gerar determinados sentidos e significados. Reconhece-se, portanto, que se deve estudar a língua ultrapassando as fronteiras da *estrutura* para adentrar nas fronteiras dos *usos*, *funcionalidades* e *aplicabilidades* das formas linguísticas pelos maiores interessados, ou seja, os falantes.

Na subseção que segue, apresentaremos algumas reflexões acerca das proximidades entre a LC e a LF, bem como desdobramentos teóricos e metodológicos resultantes dessa confinidade.

2.3 A Linguística Cognitivo-Funcional e o Cognitivismo Social de Michael Tomasello: uma introdução de diálogo

Diante do caminho que percorremos até aqui, parece-nos acertada a afirmação de Castilho (2012, p. 37) ao argumentar que “A reunião do funcionalismo ao cognitivismo era inevitável, tantos são os pontos comuns na agenda desses movimentos científicos”. Martelotta e Alonso (2012) aprofundam as nuances dessa união, argumentando que a chamada linguística centrada no uso²², ou linguística cognitivo-funcional, é resultado de uma aproximação teórica entre pesquisadores de vertente funcionalista (principalmente no que diz respeito à teoria da gramaticalização) e estudiosos de vertente cognitiva (com ênfase na teoria da gramática das construções). Ao tratar das diversas possibilidades de perspectivas analíticas dentro da LF e da LC, Salomão (1997, p. 24, grifos da autora) defende que “Por muito discrepantes que sejam estas tendências, é fato que todas elas se comprometem a estudar a *sensibilidade da expressão linguística (e, particularmente, da gramática) às pressões do uso*”.

O uso linguístico é um elo fundante entre essas vertentes teóricas, pois tanto a LC quanto a LF consideram a língua sensível ao uso que os falantes fazem dela. Trata-se, portanto, de uma visão que não trata a gramática *a priori*, mas sim como um fenômeno que surge do uso real dos falantes durante as atividades comunicativas. Essa visão sobre a gramática é a que origina a chamada Teoria da Gramaticalização, uma perspectiva de investigação da linguagem que, como aponta Bybee (2010), concebe a gramática como um fenômeno dinâmico, aberto e dependente, repercutindo em um sistema complexo que pode ser alterado, modificado pelo próprio uso que se faz da linguagem. Depois que a gramaticalização inicia seu curso, torna-se unidirecional e, de certo modo, previsível, pois, normalmente, as formas livres são as que se tornam mais fixas, ou, como no caso dos verbos, são eles que se tornam preposições, auxiliares etc. (BYBEE, 2008).

²² Breve nota sobre as nomenclaturas: o termo *linguística cognitivo-funcional* é resultado da tradução de Michael Tomasello (1998), *functional-cognitive linguistics*; na literatura em língua portuguesa, contudo, encontramos os termos *linguística centrada no uso* (*Used-Based Linguistics*), *teoria baseada no uso* e *linguística funcional centrada no uso* (sigla LFCU). Diante disso, o leitor perceberá que todos esses termos serão tratados neste trabalho como sinônimos.

Nesse sentido, uma questão importante quando pensamos nos processos de gramaticalização tem a ver com a frequência e, por consequência, com a automatização do uso das construções gramaticalizadas. Segundo Bybee (2008, p. 153),

Com a repetição, sequências de unidades que eram anteriormente independentes passam a ser processadas como uma única unidade ou bloco. Esse reempacotamento tem duas consequências: a identidade das unidades de componentes é gradualmente perdida, e todo o pedaço começa a diminuir de forma²³.

Ou seja, graças à frequência de uso de algumas construções, a significação individual dos componentes às vezes nem chega a ser reconhecida pelos usuários da língua.

Outro ponto defendido pela autora é que muitos dos mecanismos que constituem os processos cognitivos e de gramaticalização não são exclusivos da linguagem. Dito de outra forma, os princípios cognitivos e psicológicos que governam os processos linguísticos não são exclusivos da linguagem, pois, em geral, estão presentes em outros aspectos da cognição humana e do comportamento social (BYBEE, 2010). Diante do exposto, percebe-se que, ao contrário do que defendiam os primeiros cognitivistas, os linguistas cognitivos-funcionais não acreditam em engrenagens cognitivas específicas para o processamento das línguas.

Além da Teoria da Gramaticalização, há uma outra perspectiva de investigação linguística que também é muito importante dentro da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU): a Gramática das Construções. Ela “[...] pode ser considerada como uma *teoria* de gramática em sintonia com os pressupostos sociocognitivos enfeixados pela Linguística Cognitiva” (MACHADO, 2015, p. 22, grifos nossos). Atualmente existem distintos modelos de Gramática de Construções sendo desenvolvidos, mas todos estão conectados a partir de consensos teóricos como, por exemplo, a noção de *construção* como unidade básica da língua (MACHADO, 2015).

O desenvolvimento da Gramática das Construções está atrelado à Gramática de Casos, apresentada inicialmente por Fillmore e outros pesquisadores durante a segunda metade do século XX. Essa teoria propunha que se considerassem os *papéis de casos*, ou *papéis temáticos*, alargando o rol de análise que anteriormente utilizava apenas as funções sintáticas, como *sujeito*, *objeto* etc. (MACHADO, 2015).

²³ Tradução livre, no original: “With repetition, sequences of units that were previously independent come to be processed as a single unit or chunk. This repackaging has two consequences: The identity of the component units is gradually lost, and the whole chunk begins to reduce in form.” (BYBEE, 2008, p. 153).

Ainda acerca desse casamento teórico, é importante mencionar que existem alguns pressupostos acerca da teoria e da metodologia que são comuns a essas duas abordagens, o que possibilita a aproximação entre elas. Entre esses pressupostos podemos citar a recusa acerca da autonomia da sintaxe, bem como a utilização da semântica e da pragmática nas análises. Além disso, a Linguística Cognitivo-Funcional não concorda com a divisão já consagrada em outras perspectivas teóricas entre o léxico e a gramática, ao passo que considera valiosa a relação entre a estrutura linguística e o uso que os falantes fazem dela (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013).

Ao abordar a perspectiva da LFCU, Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013) tratam de alguns conceitos-chave, como é o caso de *língua, linguagem, cognição e gramática*. Para a LFCU, a língua pode ser entendida como um sistema complexo, detentor de certa regularidade ao mesmo tempo que possui padrões que sofrem influência de processos cognitivos e comunicacionais; a linguagem, por sua vez, é concebida como resultado de processos de ordem cognitiva, social, interacional e cultural. No que diz respeito à cognição, a LFCU a concebe como um “[...] processo neurorracional de construção do conhecimento humano a partir da interação do organismo com o meio.” (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 18). Já a gramática é composta por recursos e padrões simbólicos utilizados para a construção de discursos coerentes. Dessa forma, é possível perceber padrões mais regulares assim como outros mais suscetíveis à mudança a partir do contato interacional (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013).

Ao tratar de cognição, Koch (2005) relembra a estreita relação desta com a linguagem. Segundo a pesquisadora,

O tipo de relação que se estabelece entre linguagem e cognição é estreito, interno, de mútua constitutividade, na medida em que supõe que não há possibilidades integrais de pensamento ou domínios cognitivos fora da linguagem, nem possibilidade de linguagem fora de processos interativos humanos. (KOCH, 2007, p. 100).

Uma preocupação recorrente nos estudos em Linguística, herança, segundo Martellota e Alonso (2012), dos primeiros filósofos gregos, é a relação entre a forma e o sentido. Segundo os autores, a concepção cognitiva-funcionalista concebe que o sentido é construído por meio de referenciais históricos e sociais e, portanto, a alternativa para entender essa relação é concebê-la a partir da instabilidade do significado atrelado à forma (diferentemente do que propunham os estruturalistas que admitiam a relação direta entre *significante* e *significado*). Portanto,

Nesse sentido, parece que tanto as análises funcionalistas quanto as abordagens ditas cognitivas decorrem de perspectivas comuns, uma vez que ambas se colocam no panorama geral das teorias que preconizam a instabilidade do significado atrelado à forma linguística. E ambas fazem dessa instabilidade a base para a construção do suporte teórico que as caracteriza. (MARTELOTA; ALONSO, 2012, p. 93).

Outro fator importante para essa corrente teórica é a relação entre língua e cultura. Assim, como recordam Martellota e Alonso (2012), tanto para o funcionalismo quanto para o cognitivismo, ou melhor, tanto para a LF quanto para a LC, é preciso levar em conta que a maneira pela qual processamos e armazenamos as informações, inclusive linguísticas, está relacionada com os elementos que se encontram ao nosso redor, com os elementos do mundo. Portanto, trata-se de uma relação determinada por aspectos sociais, históricos e culturais, mas não só: os mecanismos cognitivos também se fazem presentes. Por isso, poderíamos pensar em um sociocognitivismo linguístico, pois há influência das questões culturais (sociais) bem como do aparato cognitivo/biológico da espécie humana (resultado de uma adaptação genética, cognitiva e cultural).

Salomão (1997) reitera que muitos aspectos relevantes para o entendimento das dinâmicas linguísticas foram negligenciados pelos estudos estruturalistas/formalistas. Além disso, a autora corrobora com uma visão cognitiva e social da linguagem ao definir que “[...] a interpretação é tanto um *ato cognitivo como ato social*.” (SALOMÃO, 1997, p. 33, grifos da autora). Tal entendimento parece-nos muito relevante para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que se buscará discutir posteriormente a relação entre aspectos cognitivos e sociais no processo interpretativo de sentenças de estrutura ambígua.

Essa visão sociocognitivista da linguagem defendida por Salomão (1999), baseada em Fauconnier (1997), concebe a linguagem como “[...] um dispositivo para a construção do conhecimento.” (SALOMÃO, 1999, p. 75). A autora também leva em conta os aparatos biológicos e evolutivos que incidem sobre a espécie humana, permitindo-lhe que as informações possam ser difundidas e transmitidas. Nas palavras da autora,

Acreditamos que em decorrência do processo evolutivo, um número limitado de estruturas (codificáveis pelo som, pelo gesto, pela escrita) sirva à projeção, difusão e transformação de informações em situações objetivamente as mais dissimilares. A aquisição desta capacidade requer que cada criança nasça dotada de poderosos recursos cognitivos embora não necessariamente de uma faculdade da linguagem autônoma, infensa à experiência comunicativa, cultural e histórica. (SALOMÃO, 1999, p. 75).

Gostaríamos de retomar aqui a metáfora que utilizamos em momento anterior acerca da possibilidade de se estabelecer uma ponte entre os estudos considerados *biológicos/cognitivos*

e os estudos de ordem *social/cultural*. A abordagem que propomos neste trabalho aponta para um caminho que logre unir esses dois polos, facilitando o entendimento acerca do processo dinâmico que subjaz às línguas e à linguagem. Em certa medida, esse é também o posicionamento que defendem Salomão (1999) e Tomasello (2005), pois, ao passo que aquela argumenta ser no campo da Linguística o espaço possível para o lançamento de uma “ponte” para que as convicções sociocognitivistas possam ter voz, este defende ser a própria Linguística a ciência que se localiza entre os campos das *humanidades* e das *ciências comportamentais-cognitivas*.

Diante disso, nosso trabalho propõe a possibilidade de intensificarmos a aproximação entre a LFCU e os postulados de Michael Tomasello. Não ignoramos, no entanto, que o próprio Tomasello inicia esse acercamento, mas acreditamos que uma otimização dessa interface seja importante, uma vez que a preocupação fundamental do pesquisador está alocada na aquisição e desenvolvimento linguístico das crianças, não se aprofundando no comportamento linguístico de adultos, por exemplo. Por esse motivo, é importante a construção de uma transposição teórica cuidadosa, a qual pretendemos iniciar neste trabalho.

Nesse sentido, Tomasello (1992, p. 5) tem nos processos de categorização e prototipicidade, estudados pela LC, fortes aliados para seu estudo de caso publicado no ano de 1992. O próprio pesquisador textualiza a justificativa para o uso da LC por acreditar que “Ela permite que os pesquisadores busquem aspectos gerais do processo da estrutura cognitiva em outros domínios do desenvolvimento da cognição²⁴”, fato que já mencionamos também neste trabalho. Além disso, o pesquisador menciona que “os conceitos prototipicamente organizados e as categorias da LC são muito mais abertos para as possibilidades de desenvolvimento real de mudanças²⁵”.

Essa característica “flexível” das categorias é, em geral, analisada pela Linguística Cognitivo-Funcional como resultado de particularidades culturais, como já mencionamos também. Nesse sentido, gostaríamos de propor uma ampliação desse entendimento sob o viés do compartilhamento de intencionalidade. Como o leitor perceberá no decorrer deste trabalho, defenderemos, com base nos estudos de Michael Tomasello, que muitos fenômenos linguísticos

²⁴ Tradução livre, no original: “it relies on general cognitive structures and processes that allow investigators to consult research in other domains of cognitive development.” (TOMASELLO, 1992, p. 5).

²⁵ Tradução livre, no original: “the prototypically organized concepts and categories of Cognitive Linguistics are much more open to the possibility of true developmental change.” (TOMASELLO, 1992, p. 5).

(aqui em especial o processo interpretativo e de reanálise de sentenças estruturalmente ambíguas) podem ser analisados sob o viés da intenção compartilhada.

No caso da construção/mudança de categorias, podemos pensar em uma influência desse compartilhamento, pois um conceito/membro de uma categoria só poderá ser assim caracterizado se houver uma intenção direcionada – nos termos de Searle (2002) – e compartilhada pelos falantes. Dito de outra forma, uma aproximação possível de ser aprofundada é a influência do compartilhamento de intencionalidade nos processos de categorização. Outra questão interessante e possível de relação é a própria gramaticalização, uma vez que é fruto do uso efetivo da língua. E sendo esse uso permeado pelas escolhas e acordos entre os falantes, é possível considerar a presença da própria intenção compartilhada como um catalizador dessas usos e (re)formulações.

Diante do exposto, o capítulo 3, a seguir, sintetiza alguns postulados desse sociocognitivismo, especialmente na perspectiva dos estudos de Michael Tomasello, com ênfase na característica cooperativa da espécie humana e, principalmente, na possibilidade de compartilhamento de intencionalidade. Dessa forma, buscar-se-á refletir sobre como esses mecanismos (compartilhamento de intencionalidade e cooperação humana) podem influenciar o comportamento linguístico e interpretativo.

2.4 Fechando o capítulo

Este capítulo foi dedicado a discorrer acerca da formação da Linguística Cognitivo-Funcional. Para tanto, iniciamos discutindo alguns pressupostos relacionados à LC – como os processos de categorização – para, na sequência, discutirmos também conceitos pertencentes à LF – como a iconicidade e a importância do uso das formas linguísticas. Esse percurso foi pensando com vistas a deixar claro para o leitor como essa formação se efetivou.

Acreditamos que, ao fim desta seção, seja importante relembrar que a LC e a LF comungam certas concepções acerca das línguas e da linguagem, o que leva a Linguística Cognitivo-Funcional a não considerar a independência da sintaxe – os pesquisadores lançam mão dos aspectos semânticos e/ou pragmáticos na construção das pesquisas. E o mais importante: para essa área de estudo, a estrutura da língua não é algo dado *a priori*, pois emerge do uso que os falantes fazem da língua.

O primeiro objetivo específico deste trabalho, *Estudar possibilidades de articulação de duas perspectivas de descrição linguística de cunho cognitivo e funcional, ou baseado no uso – Linguística Cognitiva e Linguística Funcional – e o cognitivismo social de Michael*

Tomasello, impulsionou-nos na construção deste capítulo e acreditamos que ele foi contemplado, uma vez que apresentamos ao leitor alguns dos principais postulados da LC, da LF e da LFCU, além de propor uma interface de estudo com os estudos de Michael Tomasello.

Essa interface necessita de mais investigações, mas o caminho que propomos aqui é o de considerar a intenção compartilhada como um *catalizador cultural/cognitivo* do comportamento linguístico em uso. Dessa forma, podemos lançar um olhar diferenciado para fenômenos linguísticos mais específicos (como é o caso do processo interpretativo e reanálise de sentenças estruturalmente ambíguas) ou ainda de perspectivas mais amplas, como é o caso dos processos de categorização, gramaticalização, iconicidade linguística etc.

3 O SOCIOCOGNITIVISMO DE MICHAEL TOMASELLO E O COMPORTAMENTO LINGUÍSTICO

O objetivo deste capítulo é apresentar postulados dos estudos de Michael Tomasello, principalmente o compartilhamento de intencionalidade e as características da comunicação humana cooperativa. Tencionamos, dessa forma, corroborar a interface levantada no capítulo anterior entre esses estudos e as pesquisas da LC e da LF no tocante ao comportamento linguístico.

3.1 O desenvolvimento da cognição humana

A discussão envolvendo os caminhos da evolução humana é antiga e marcada por muitas descobertas. As semelhanças e diferenças entre humanos e outros primatas, por exemplo, desde muito vêm sendo destacadas como princípios evolutivos, assim como o tamanho do cérebro, a capacidade comunicativa voluntária, o polegar desenvolvido, entre outros (TOMASELLO, 1999). No entanto, a fonte não se esgotou, pois o campo de estudos dentro dessa área é ainda muito fértil.

Não faz parte do escopo deste trabalho um detalhamento sobre tais estudos, mas nos parece importante apontar alguns aspectos cruciais que ajudam a evidenciar os caminhos do desenvolvimento da cognição humana. Esse desenvolvimento é marcado, principalmente, pela aparição do *Homo sapiens*, que no início disputava espaço com outros hominídeos, bem como por transformações comportamentais e biológicas (HARARI, 2011). Parte dos pesquisadores cognitivos acredita que o conjunto de faculdades (ou habilidades) mentais integrantes de nossa cognição é fruto desse processo de “aperfeiçoamento” e mudança.

Tomasello (1999) relembra que há cerca de 200 mil anos (possivelmente na África), uma população formada pelo gênero *Homo* começou a desenvolver uma trajetória evolutiva diferenciada, ou seja, passaram a viver em diferentes lugares do continente, competirem com outras populações de *Homo* e, conseqüentemente, deram origem a descendentes diferenciados: *Homo sapiens*. O autor reitera também que a diferença temporal entre os antepassados dos primatas não-humanos e os dos humanos é curta quando considerada a partir de uma abordagem evolucionista. Tanto é assim que atualmente seres humanos e chimpanzés compartilham algo como 99% do material genético que os compõe (TOMASELLO, 1999).

Essa rapidez na evolução (200 mil anos) pode ser explicada a partir do mecanismo biológico influenciado por aspectos sociais ou culturais, ou melhor dizendo, “Esse mecanismo

biológico é uma transmissão social ou cultural que funciona em uma escala temporal na qual algumas ordens de importância são mais rápidas que aquelas evoluções orgânicas” (TOMASELLO, 1999, p. 4). Para elucidar o que chama de *transmissão cultural*, o autor utiliza exemplos como o aprendizado dos pequenos chimpanzés e até mesmo dos humanos, que, quando crianças, adquirem convenções linguísticas do grupo ao qual pertencem. Em decorrência dessas observações, Tomasello aponta uma hipótese de evolução cognitiva humana baseada em uma transmissão cultural que, segundo Allan e Souza (2009, p. 162), “[...] permitiria que habilidades e conhecimentos já existentes em certa cultura (humana ou não-humana) fossem transmitidos para membros pertencentes à [sic] mesma cultura.”.

Alguns eventos que configurariam a diferenciação entre os seres humanos e os primatas são apontados por Tomasello (1999) como diferenciações do *Homo sapiens* que ecoariam até os nossos dias:

- (a) Começou a produzir uma infinidade de ferramentas utilizadas para fins específicos. Resultado: algumas populações hoje possuem manufaturas computadorizadas;
- (b) Começou a lançar mão de símbolos para a comunicação e para estruturar sua vida social, sendo que esses símbolos não eram apenas de ordem linguística, mas também artística, como as esculturas nas pedras e pinturas. Resultado: algumas populações criaram formas de escrita, além da própria matemática e das artes;
- (c) Iniciou a prática de certas organizações sociais de ordem cerimonial, como é o caso do enterro, domesticação das plantas e dos animais etc. Resultado: a criação e formalização de religiões, governos, educação, instituições comerciais etc.

Com base nessas reflexões, Tomasello lança o seguinte questionamento: como, em tão pouco tempo, essa estruturação aconteceu? Tal indagação toma ainda um fôlego maior se, segundo o autor, recorreremos às pesquisas de cunho paleontológico, as quais sugerem que, durante dois milhões de anos, não é possível observar grandes contribuições do gênero humano. Essa situação é invertida apenas com o surgimento do *Homo sapiens*, por isso a hipótese do mecanismo cultural “acelerando” o processo cognitivo torna-se proeminente e instigante.

Como mencionado anteriormente, essa transformação rápida e “repentina” – em termos evolutivos – não pode ser explicada a partir da seleção natural, nem mesmo pelo processo de variação genética, pois, segundo o próprio Tomasello, não houve tempo hábil para que tal mudança ocorresse. Nesse sentido, Harari (2011) ressalta que uma das teorias mais aceitas atualmente é a que se refere a mutações genéticas “acidentais” que acabaram por alterar as

conexões internas dos *Homo sapiens*. Ou seja, não se trata de um processo lento de seleção natural a partir de variações genéticas; pelo contrário, foi um processo rápido e que acometeu o *Homo sapiens* de fora para dentro e vice-versa, ou seja, a cognição social se configuraria como um produto de uma adaptação biológica, não simplesmente resultado da evolução no gênero *Homo*.

O posicionamento de Tomasello (e de outros autores pertencentes à *teoria de aquisição de linguagem baseada no uso* ou ainda *linguística cognitivo-funcional*) leva a entender que “[...] a cognição humana é o produto co-evolutivo de adaptações biológicas específicas à cognição primata e de atividades de colaboração relacionadas à cognição cultural” (ALLAN; SOUZA, 2009, p. 162). Esse posicionamento carrega consigo, ainda que implicitamente, uma crítica à tradicional fragmentação entre o que é biológico e entre o que é cultural ao tratar da cognição e da linguagem humana.

Diante disso, Tomasello (1999), baseado em Mundinger (1980) e em Heys e Galef (1996), defende que:

A transmissão cultural compreende um pássaro aprendendo os sons típicos da espécie imitando seus pais, filhotes de ratos comendo apenas alimentos comidos por suas mães, formigas seguindo trilhas de feromônios deixados por seus semelhantes, jovens chimpanzés aprendendo a usar ferramentas práticas dos adultos ao seu redor, crianças humanas adquirindo as convenções linguísticas em seus grupos sociais²⁶. (TOMASELLO, 1999, p. 4).

O pesquisador sustenta que uma hipótese razoável para entender esse fenômeno é a de que as habilidades cognitivas que pertencem hoje aos humanos modernos são fruto de uma transmissão cultural. E mais: essa transmissão cultural humana, diferente do que ocorreu com outras espécies, pôde ser acumulada durante o tempo, o que permite ser entendida como uma “evolução cultural cumulativa”.

Diante desse cenário, Tomasello (1999) utiliza o argumento inicial de que nenhuma das práticas humanas complexas foi criada em apenas um dia e apenas por um indivíduo ou grupo de indivíduos. O que teria acontecido, por hipótese, é a criação de uma versão inicial que foi modificada – melhorada – por outro grupo e, posteriormente, mais uma vez foi alterada por outra geração e assim sucessivamente. Em linhas gerais, Tomasello (1999, p. 5) defende a

²⁶ Tradução livre, no original: “Cultural transmission includes such things as fledgling birds mimicking their species-typical songs from parents rat pups eating only foods eaten by their mothers, ants locating food by following the pheromone trails conspecifics, young chimpanzees learning the tool-use the practices of the adults around them, and human children acquiring the linguistics conventions of the others in their social groups.” (TOMASELLO, 1999, p.4).

hipótese de que os humanos começaram a ser capazes de agrupar certos recursos cognitivos de forma que outras espécies não lograram.

Além disso, o autor sustenta uma aprendizagem social a partir de três propriedades, a saber: imitação, instrução e colaboração²⁷. Essas três propriedades são possíveis, segundo o autor, devido a uma forma especial de cognição social, quer dizer, à capacidade humana de compreender (e reconhecer) seus pares como seres que têm vidas intencionais e mentais como eles próprios. Essa é, em essência, a raiz do que mais tarde ele chamou de compartilhamento de intencionalidade, o que discutiremos mais detalhadamente na seção 3.4, adiante.

A sequência evolutiva, diante do que fora discutido até o momento, poderia ser entendida a partir dos seguintes “passos”: os humanos começaram a desenvolver uma nova forma de cognição social, possibilitando novas formas de conhecimento cultural que, por fim, habilitaram alguns novos processos de sociogênese e evolução cultural cumulativa (TOMASELLO, 1999). Dessa forma, a evolução cultural cumulativa pode ser entendida como a explicação para o fato de muitos humanos começarem a desenvolver comportamentos cognitivos prodigiosos.

Mais importante: a evolução cultural cumulativa garantiu que a ontogênese cognitiva humana ocorresse em um ambiente sempre novo de artefatos e práticas sociais que, a qualquer momento, representou algo parecido com toda a sabedoria coletiva de um grupo social ao longo de toda a história cultural²⁸. (TOMASELLO, 1999, p. 7).

Finalmente, a hipótese do autor é sintetizada por ele mesmo a partir de uma tríade de especificações, a saber:

[...] minha hipótese específica é que essa cognição humana tem as qualidades únicas da espécie porque: - Filogeneticamente - os humanos modernos começaram a desenvolver a habilidade de identificar seus pares, o que levou aqueles a reconhecerem estes como seres intencionais e mentais como si mesmos./ - Historicamente - isso permitiu novas formas de conhecimento cultural e sociogênese, o que levou a artefatos culturais e tradições comportamentais e modificações cumulativas ao longo do tempo./ - Ontogeneticamente - as crianças humanas crescem no meio desses artefatos e tradições socialmente e culturalmente constituídos, o que permite então (a) beneficiar a acumulação de conhecimento e habilidades de seus grupos sociais; (b) adquirir e usar perspetivamente formas cognitivas baseadas e símbolos linguísticos; (c) internalizar certos tipos de discursos interativos sobre

²⁷ Para mais informações ver Tomasello, Kruger e Rother (1993).

²⁸ Tradução livre, no original: “Most importantly, cumulative cultural evolution ensures that human cognitive ontogeny takes place in an environment of never-new artifacts and social practices which, at any one time, represent something resembling the entire collective wisdom of the entire social group throughout its entire cultural history”. (TOMASELLO, 1999, p.7).

habilidades da metacognição, redescrição representacional e pensamento dialógico. (TOMASELLO, 1999, p. 10).²⁹

Em outras palavras, graças ao desenvolvimento da cognição humana³⁰, a nossa espécie passou a reconhecer os seus semelhantes, ou seja, um *Homo sapiens* começou a reconhecer outro *Homo sapiens* como alguém que compartilhava consigo características que os distinguiram dos outros animais. Esse reconhecimento possibilitou um processo cumulativo de práticas culturais e tradições comportamentais dentro do grupo, sendo que tais tradições culturais permitiram às crianças nascidas nesse meio acumular conhecimento e habilidades sociais, adquirir e usar formas linguísticas baseadas em símbolos (aquisição da própria linguagem) etc.

Com o objetivo de explicitar melhor esse desenvolvimento, Tomasello se dedica também a discorrer sobre a Teoria Dual da Herança³¹, segundo a qual as características maduras de muitas espécies de animais seriam resultado tanto de aspectos biológicos quanto culturais. Dessa forma, o autor destaca que a espécie humana pode ser considerada uma espécie prototípica para essa teoria, pois o desenvolvimento de sua cognição, como discutido anteriormente, seria resultado tanto de fatores de ordem biológica quanto de fatores de qualidade cultural.

A partir disso, Tomasello (1999) defende que, no que se refere à cognição, a herança biológica dos humanos é muito semelhante à dos outros primatas, sendo que a diferença está na percepção das crianças humanas que passaram a identificar nas outras pessoas atributos que as aproximavam de si mesmas. Dito de outra forma, há uma capacidade humana de identificar seus pares, e essa capacidade não pode ser apenas explicada pela herança biológica compartilhada com outras espécies. Nas palavras do autor:

Essa identificação não é algo misterioso, mas simplesmente o processo pelo qual as crianças humanas compreendem que as outras pessoas são seres humanos como elas – de uma maneira que os objetos inanimados não são, por exemplo – e elas algumas

²⁹ Tradução livre, no original: “[...] my specific hypothesis is that human cognition has the species-unique qualities it does because: - Phylogenetically – modern human beings evolved the ability to ‘identify’ with conspecifics, which led to an understanding of them as intentional and mental beings like the self. / - Historically – this enabled new forms of cultural behavioural traditions that accumulate modifications over historical time. / - Ontogenetically – human children grow up in the midst of these socially and historically constituted artefacts and traditions, which enables them (a) benefit from the accumulate knowledge and skills of their social groups; (b) acquire and use perspectively based cognitive representations in the form of the linguistic symbols); (c) internalize certain types of discourses interactions into skills of metacognition, representational redescription, and dialogic thinking.” (TOMASELLO, 1999, p.10).

³⁰ Marcuschi (2007, p. 19) utiliza o termo *cognição contingenciada* para se referir à “cognição que se dá diretamente na elaboração mental vinculada a situações concretas colaborativamente trabalhadas na interação contextualizada.” Acreditamos que, em certa medida, esse termo converge com o proposto por Tomasello.

³¹ Originalmente chamada de Dual Inheritance Theory.

vezes tentam compreender as coisas do ponto de vistas das outras pessoas³². (TOMASELLO, 1999, p. 14).

Dessa forma, os seres humanos passam a compreender que os outros seres humanos são também seres com suas próprias intenções. O reconhecimento da intenção individual do outro – a intenção *dele* – e do fato de que ela pode ser parecida com a minha ou não – a intenção do *eu* – é também o que possibilita a formulação de intenção compartilhada e direcionada, ou seja, a intenção do *nós*. Essa intenção compartilhada é, segundo Tomasello (1992), exclusivamente humana.

Tomasello (1992) argumenta também que surgem algumas “vantagens” a partir dessa diferença cognitiva em relação aos outros primatas não humanos, pois ao identificar os outros seres humanos como semelhantes, torna-se possível a criação de artefatos culturais e acumulação histórica, bem como a construção de produtos colaborativos construídos entre os pares.

Em síntese, é pela Teoria Dual de Herança que os seres humanos, espécie prototípica da teoria nos termos de Tomasello, se diferencia das outras espécies ao mesmo passo que mantêm com elas uma ligação, isso porque, segundo o autor, muitas das habilidades cognitivas específicas dos humanos não são diretamente herdadas de uma herança biológica de mão única, mas são resultados de uma “[...] variedade de processos históricos e ontogenéticos que são acionados por um processo exclusivamente humano, capacidade cognitiva biologicamente herdada³³” (TOMASELLO, 1999, p. 15).

Ao fim dessa subseção, acreditamos que seja importante ressaltar mais uma vez que, para Tomasello (1999), o processo que resultou no desenvolvimento da cognição humana tem raízes profundas na transmissão cultural, tanto quanto possui na adaptação biológica (genética) da espécie (*sapiens*). Dessa forma, a perspectiva teórica a que o autor se filia não concorda com o abismo que separa o biológico do cultural, inclusive no que se refere aos aspectos linguísticos, mas defende a existência de um elo que, de certa forma, une e possibilita a conexão direta entre esses dois “mundos”. Tal conexão também alcança a linguagem, já que o sociocognitivismo não ignora que o aparato biológico influi no processamento linguístico, ao mesmo passo que reconhece a importância dos aspectos sociais e culturais nesse mesmo universo.

³² Tradução livre, no original: “This identification is not something mysterious, but simply the process by which the human child understands that other persons are beings like herself – in a way that inanimate objects are not, for example – and so she sometimes tries to understand things from their point of view.” (TOMASELLO, 1999, p. 14).

³³ Tradução livre, no original: “variety of historical and ontogenetic process that are set into motion the one uniquely human, biologically inherited, cognitive capacity” (TOMASELLO, 1999, p. 15).

A subseção que segue traz algumas reflexões acerca da cooperação humana de forma mais específica, considerando o caminho evolutivo percorrido pela espécie humana para lograr cooperar como faz hoje.

3.2 A cooperação humana como resultado evolutivo

Um dos questionamentos basilares e fundamentais acerca da cooperação humana diz respeito ao seu próprio surgimento. Em que momento da história os humanos passaram ao nível de seres cooperativos? Esse questionamento está presente na área da filosofia, pois os filósofos dedicaram, e ainda se dedicam, às reflexões acerca da natureza do homem: ele é bom – colaborativo – por natureza e a sociedade o corrompe (pensamento baseado em Rousseau), ou “o homem é o lobo do homem” (baseado nas reflexões de Hobbes)?

Tomasello (2009) parece encontrar um terceiro caminho para esse “impasse”, ao elaborar uma teoria denominada por ele de *Early Spelke, Later Dweck* – primeiro Spelke, depois Dweck³⁴. Essa teoria sustenta que, próximo do primeiro aniversário, justamente quando começam a aprender a falar, as crianças começam a apresentar alguns comportamentos colaborativos que não parecem ser resultado de ensinamentos recebidos dos pais, ou seja, parecem surgir de forma “natural”. Essa fase é a chamada *Early Spelke*. Na sequência, começam a compreender que atitudes colaborativas são influenciadas por mecanismos de reciprocidade e pela forma com a qual são avaliadas por outras pessoas. Como consequência, “[...] eles começam a internalizar muitas normas culturais específicas sobre como fazer as coisas, como alguém deve fazer as coisas se deseja ser um membro desse grupo³⁵” (TOMASELLO, 2009, p. 4).

Dessa forma, Tomasello (2009) aponta cinco razões que, segundo ele, poderiam servir de indícios para acreditar que a ajuda que os seres humanos prestam a outras pessoas é uma característica humana que surge naturalmente. A primeira diz respeito ao fato desse comportamento se apresentar nas crianças relativamente cedo (crianças de quatro a oito meses já parecem estar dispostas a ajudar); a segunda razão está relacionada à não funcionalidade das recompensas e incentivos dos pais, pois, segundo o autor, esses não parecem aumentar o comportamento de ajuda dos bebês; a terceira se relaciona ao fato de que chimpanzés também

³⁴ *Spelke* e *Dweck* não são traduzidos aqui porque são sobrenomes usados de forma a homenagear a duas amigas de Tomasello que o ajudaram nas discussões acerca dessa “natureza” humana.

³⁵ Tradução livre, no original: “they begin to internalize many cultural specific social norms for how we do things, how one ought to do things if one is to be a member of this group” (TOMASELLO, 2009, p. 4).

apresentam esse comportamento; a quarta razão é que estudos com crianças de culturas mais tradicionais – sem a intervenção tão direta e frequente dos adultos – demonstram que essas crianças parecem colaborar da mesma forma que crianças de culturas ocidentais; e a quinta e última razão diz respeito à presença de uma preocupação empática no ato de ajudar³⁶.

Diante dessas cinco razões, o pesquisador defende que a disposição precoce das crianças em contribuir com os outros não deve ser entendida como uma conduta resultante da influência cultural dos pais e/ou grupo, mas sim de uma capacidade natural para fazê-lo. Em outras palavras, esses cinco motivos servem de indícios para a defesa de uma colaboração humana “natural”, ou seja, resultado de processos evolutivos e que corresponderiam ao primeiro momento da formulação cooperativa da espécie humana. É facilmente observável que esses motivos não apresentam influência de normas sociais ou culturais que acabam por emergir em momento posterior via reciprocidade e atenção ao julgamento alheio, como mencionado anteriormente.

O terceiro motivo, apresentado acima, por sua vez, faz-nos refletir sobre a capacidade de outros primatas também prestarem auxílio quando percebem alguma necessidade. Contudo, como aponta o próprio Tomasello, a prestação de informação é uma forma específica de ajuda na qual apenas as crianças humanas estão envolvidas e uma forma de informar nesse período precoce é por meio dos apontamentos. Essa prática de obter e transmitir informações, segundo as pesquisas de Tomasello e colaboradores, parece ser identificada nas crianças desde o período da ontogênese, o que não acontece com os chimpanzés. Diante disso, podemos nos questionar: o ato de apontar dos bebês possui a mesma funcionalidade de compartilhamento que a versão adulta desse mesmo gesto? Segundo Tomasello (2008), essa é uma questão central a ser estudada, além dos gestos icônicos que são adquiridos e usados pelos bebês, principalmente no processo de transição para a comunicação linguística convencionalizada.

A não relação direta entre colaboração e recompensa é também digna de menção. O autor argumenta a favor da capacidade das crianças, ainda no período da ontogênese, em agirem sem a promessa direta de uma gratificação. Além disso, Tomasello (2009) pondera que até mesmo a capacidade humana de mentir depende desse primeiro momento colaborativo, uma vez que a mentira só consegue existir em um universo de expectativa de colaboração e de confiança mútua.

³⁶ As pesquisas de Tomasello e colaboradores são realizadas, em sua maioria, com macacos e crianças de até quatro anos, em média. Nessas investigações empíricas, busca-se compreender de forma comparativa o comportamento dos primatas humanos e não humanos. Nesse sentido, podemos destacar Tomasello e Call (1997) e Call e Tomasello (1999) como exemplo dessas investigações.

Contudo, ainda que o altruísmo humano não seja diretamente influenciado pelas práticas sociais nos primeiros meses de vida dos bebês humanos, com o passar do tempo e amadurecimento dessas crianças, a situação se diferencia. Dessa forma, Tomasello (2009) salienta que existem dois conjuntos principais de influências do mundo social sobre as crianças. O primeiro grupo diz respeito à interação direta com outras pessoas, possibilitando a construção de experiências e de compreensão acerca das atividades cooperativas, e o segundo compreende os valores e normas do grupo social, que acabam por influenciar a criança de maneira menos direta, ou seja, por meio de modelos, comunicação e instrução.

Ainda que reconheça a importância do altruísmo, Tomasello acredita que é o mutualismo o responsável pelo sucesso das atividades cooperativas, uma vez que é através da colaboração mútua que todos se beneficiam. Por outro lado, o mutualismo pode ser entendido como o início do altruísmo humano. Diante disso, a grande questão a ser entendida, segundo o pesquisador, diz respeito à maneira pela qual podemos nos unir, uma vez que essa tarefa necessita de compreensão e de confiança recíprocas.

A cooperação humana, então, é resultado de três conjuntos básicos de processos, a saber: (i) em um primeiro momento, os seres humanos precisaram desenvolver habilidades e motivações sociocognitivas³⁷; (ii) na sequência, tiveram de se tornar mais tolerantes que os outros primatas, principalmente no que concerne à alimentação; (iii) finalmente, foi necessário desenvolver algumas práticas institucionais e normas sociais dentro dos grupos. Como consequência, o universo de espaços de convivência dos seres humanos é mais expandido que o dos primatas não-humanos, pois “[...] os seres humanos vivem não apenas nos mundos físico e social [...], mas também em um mundo institucional ou cultural criado por eles mesmos, um mundo que é preenchido com todos os tipos de entidades deonticamente fortalecidas³⁸” (TOMASELLO, 2009, p. 54).

Ainda que no universo social de outras espécies existam também atividades colaborativas – animais que vivem coletivamente em grupos – existem diferenças cruciais quando essas atividades são comparadas às formas humanas de colaboração. Nesse sentido, Tomasello (2009) define que as atividades cooperativas compartilhadas necessitam de duas características basilares: (i) é necessário que os participantes comunguem de um mesmo

³⁷ Tradução livre, no original: “early humans had to evolve some serious social-cognitive skills and motivations for coordinating and communicating with others in complex ways involving joint goals and coordinated.” (TOMASELLO, 2009, p. 54).

³⁸ Tradução livre, no original: “[...] human beings live not only in the physical and social worlds [...], but also in an institutional or cultural world of their own making, a world that is populated with all kinds of deontically empowered entities.” (TOMASELLO, 2009, p. 59).

objetivo; (ii) é preciso que os participantes coordenem seus respectivos papéis a serem exercidos dentro da atividade. Outra diferença apontada pelo pesquisador, com base em seus experimentos laboratoriais comparativos, é que as atividades dos grupos dos primatas são realizadas no que ele chama de *I-mode*, ou Modo-eu, enquanto as atividades grupais realizadas por crianças humanas são realizadas no modo *We-mode*, Modo-nós.

Reconhecendo que uma das principais características da comunicação humana é a cooperatividade, Tomasello (2008) defende que se desejamos conhecer e entender suas origens, tanto no que se refere aos aspectos filo quanto ontogênicos, é preciso que nos voltemos à cooperação humana em uma esfera mais ampla, global. Para ele, “[...] a cooperação humana é única no reino animal de várias maneiras, tanto estrutural quanto motivacionalmente³⁹” (TOMASELLO, 2008, p. 6).

Outros primatas não-humanos, como é o caso dos chimpanzés, possuem uma organização colaborativa na realização de algumas atividades específicas, como é o caso da caça. Nesse sentido, como aponta Tomasello, não se trata de uma atividade colaborativa semelhante à humana, pois “[...] embora os macacos entendam o que o outro está fazendo como um agente intencional individual, eles não têm nem as habilidades nem as motivações para formar objetivos conjuntos e atenção conjunta ou outra forma de participar com outros na intencionalidade compartilhada⁴⁰” (TOMASELLO, 2008, p. 177).

Tomasello (2005) percebeu que, comparativamente, os bebês humanos têm a capacidade de criar objetivos comuns e papéis complementares na realização das atividades colaborativas ao passo que os primatas não-humanos não o fazem. Portanto, como aponta Tomasello (2008), ainda que estes possuam habilidades próximas às dos humanos para perceber a intenção individual, eles não têm habilidades nem motivações para a intencionalidade compartilhada.

Para que compreendamos a face biológica do compartilhamento de intencionalidade, podemos nos voltar às reflexões feitas por Tomasello (2014) sobre o pensamento humano. O autor relembra que nossos parentes mais próximos no mundo animal também parecem reconhecer de maneira muito semelhante aos humanos algumas relações do mundo físico e social, incluindo as relações causais e intencionais que estão subjacentes a essas estruturas. Diante disso, o autor menciona “[...] que muitos aspectos importantes do pensamento humano

³⁹ Tradução livre, no original: “[...] human cooperation is unique in the animal kingdom in many ways, both structurally and motivationally.”(TOMASELLO, 2008, p. 6).

⁴⁰ Tradução livre, no original: “[...] whereas apes understand what the other is doing as an individual intentional agent, they have neither the skills nor the motivations to form with others joint goals and joint attention or otherwise participate with others in shared intentionality.” (TOMASELLO, 2008, p. 177).

não derivam das formas únicas de sociabilidade, cultura e linguagem, mas sim algo como a habilidade individual para a solução de problemas dos grandes macacos em geral.” (TOMASELLO, 2014, p. 2).

Fica claro, então, que para o pesquisador as adaptações biológicas resultadas do processo de evolução são fundamentais tanto quanto os aspectos sociais e históricos. Nesse sentido, menciona a importância desse processo dialético entre o que é biológico e social, pois, segundo o autor, ainda que as crianças nasçam preparadas biologicamente para colaborar e se comunicarem, trazem consigo também a possibilidade de aprenderem com os outros, pois

“[...] é apenas no exercício dessas habilidades, na interação social com os outros, durante a ontogenia, que as crianças criam novos formatos representacionais e novas possibilidades de raciocínio inferencial ao internalizarem, de maneira vygotskiana, suas interações coordenativas com os outros no pensamento de si.⁴¹” (TOMASELLO, 2014, p. 6).

Isso resulta, segundo Tomasello, em “uma espécie de cognição e pensamento cooperativos”. Importante mencionar, contudo, que muitas críticas foram feitas a Tomasello e seus colaboradores. Um dos questionamentos recai justamente sobre a possibilidade de um aparato biológico para o compartilhamento de intencionalidade, pois há autores que defendem se tratar de um mecanismo exclusivamente social/cultural. Outro questionamento levantado recai sobre o fato de a intenção compartilhada ser uma característica não exclusivamente humana, ou seja, propõe-se que primatas não-humanos também poderiam compartilhar intencionalidade. Como já apontamos, a resposta de Tomasello para esse questionamento é de que a intencionalidade compartilhada para os humanos é motivada, o que não acontece com as outras espécies. (ÁLLAN; SOUZA, 2009).

É preciso destacar também o que apontam Állan e Souza (2009) a respeito do conceito de motivação em Tomasello, pois como mencionam os autores, esse conceito também é alvo de algumas críticas por não ter sido definido de forma satisfatória por Tomasello e seus colaboradores, uma vez que não apresentaram evidências empíricas que explicassem como essa motivação resultaria na intenção compartilhada.

Sob uma perspectiva evolucionista, Tomasello (2014, p. 44, grifos nossos) resume sua hipótese afirmando que

⁴¹ Tradução livre, no original: “[...] is only in actually exercising these skills in social interaction with others during ontogeny that children create new representational formats and new inferential reasoning possibilities as they internalize, in Vygotskian fashion, their coordinative interactions with others into thinking for the self.” (TOMASELLO, 2014, p. 6).

A proposta atual é que as *origens filogenéticas* da capacidade de participar em conjunto com outras pessoas na atenção conjunta – a primeira e mais concreta maneira pela qual as crianças pequenas criam uma base conceitual comum e, assim, compartilham as realidades com os outros – estão nas atividades colaborativas. É isso que Tomasello (2008) chama de versão "top-down" da atenção conjunta porque é dirigida por objetivos conjuntos⁴².

Ao abordar o tema da Intencionalidade, o filósofo John R. Searle (2002) parece também reforçar o status biológico, pois, como menciona o próprio autor, “[...] não pretendo sugerir que a Intencionalidade é essencial e necessariamente linguística. Ao contrário, parece-me óbvio que os recém-nascidos e muitos animais que, em um sentido ordinário, não possuem uma linguagem nem realizam atos de fala, apresentam, mesmo assim, estados intencionais.” (SEARLE, 2002, p. 07). A diferença está no que o autor considera *estados intencionais*, em uma esfera individual, enquanto Tomasello considera *compartilhamento de intencionalidade*, em uma esfera coletiva e evolucionária.

Além disso, outro aspecto diferenciador entre os seres humanos e outros primatas está relacionado ao estabelecimento das normas sociais, uma vez que estes não apresentam nenhuma norma social enquanto aqueles possuem dois tipos: as normas de cooperação (incluindo as normas morais) e as normas de conformidade (incluindo regras constitutivas). As normas de cooperação são sociais em essência e possuem força, enquanto as normas de conformidade, a seu turno, surgiram, possivelmente, por uma necessidade evolutiva. Nas palavras de Tomasello (2009, p. 93), “Em algum ponto da evolução humana, tornou-se importante que os indivíduos de um grupo se comportassem da mesma maneira; houve pressão para se conformar⁴³”. Por outro lado, há a influência dos aspectos culturais, pois é a partir da cultura que um indivíduo aprende como deve se comportar para pertencer ao grupo. Dessa forma, Tomasello (2009) argumenta que os humanos nascem com uma configuração biológica adaptada para desenvolver a maturidade em um contexto cultural.

A seção seguinte é dedicada a discutir uma das atividades colaborativas mais recorrentes em nosso cotidiano, a própria comunicação. Buscaremos destacar os princípios fundantes da funcionalidade dessa comunicação humana cooperativa, desde os aspectos evolutivos até a constituição das convenções linguísticas.

⁴² Tradução livre, no original: “The current proposal is that the phylogenetic origins of the ability to participate with others in joint attention - the first and most concrete way in which young children create common conceptual ground and so shared realities with others - lie in collaborative activities. This is what Tomasello (2008) calls the "top-down" version of joint attention because it is directed by joint goals.” (TOMASELLO, 2014, p. 44).

⁴³ Tradução livre, no original: “At some point in human evolution, it became important for individuals in a group to all behave alike; there arose pressure to conform.” (TOMASELLO, 2009, p. 93).

3.3 A comunicação humana cooperativa

A compreensão a respeito da constituição e funcionalidade da chamada comunicação humana cooperativa necessita de um entendimento anterior. Para Tomasello (2008), é preciso que busquemos as origens gestuais, pois sua tese é de que as primeiras formas de comunicação exclusivamente humanas são oriundas do ato de “apontar”. Para o autor, esses gestos já englobavam algumas das formas puramente humanas de cognição social, resultando, posteriormente, na constituição e na consolidação das formas linguísticas convencionais.

A proposta de Tomasello para entender a comunicação humana cooperativa é que ela é fruto de uma adaptação, pois está intimamente relacionada às atividades mutualísticas, nas quais os indivíduos que ajudavam estavam, de alguma maneira, ajudando a si mesmos. Além disso, segundo o autor, a proximidade entre as atividades colaborativas e a comunicação humana cooperativa é facilmente percebida ao avaliarmos a infraestrutura que subjaz as duas, pois se trata da mesma recursividade, das mesmas “normas” para o ajudar e compartilhar e, claro, do mesmo compartilhamento de intencionalidade (TOMASELLO, 2008).

Dessa forma, para Tomasello (2008) essa infraestrutura comum do compartilhamento de intencionalidade – tanto nas atividades colaborativas quanto na comunicação – é um forte indício de uma origem evolucionária comum. Em outras palavras, a hipótese de Michael Tomasello é que a comunicação humana cooperativa – desde os primeiros atos de apontar – tenha emergido das próprias atividades colaborativas dos seres humanos.

Como mencionado em momento anterior, a área da Filosofia se dedica também a discutir aspectos da intencionalidade. Searle (2002), por exemplo, conceitualiza Intencionalidade (com letra maiúscula) como “[...] aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo”. Nesse sentido, o autor argumenta que se temos uma crença, um temor ou mesmo o um desejo, tratam-se de eventos direcionados ou seja, cremos, tememos ou desejamos alguma coisa no mundo. Por isso, o autor trata a Intencionalidade como direcionalidade.

Além disso, ainda na formulação de sua teoria sobre a Intencionalidade, Searle (2002) apresenta alguns caminhos para entendermos como ela está relacionada à Teoria dos Atos de Fala. Para o filósofo, “[...] todo estado Intencional compõem-se de um conteúdo representativo em um certo modo psicológico [...]”, ou seja, “Os estados Intencionais representam objetos e estados de coisas, no mesmo sentido em que os atos de fala representam objetos e estados de

coisas (embora, repetindo, o façam por meios diferentes e de um modo diferente).” (SEARLE, 2002, p. 15). Para exemplificar essa relação, pensemos em uma situação em que alguém profere o enunciado *Trouxe o computador*, nesse caso, da mesma forma que esse enunciado se refere a uma coisa no mundo (computador), a crença de que o computador foi trazido também se refere ao mesmo objeto; se solicitamos *João, desligue a luz* há também os mesmos referentes (luz e João) tanto na ordem (ato de fala) como no desejo (Intencionalidade).

Searle (2002) destaca também que uma ação intencional corresponde à satisfação de uma intenção, ou melhor, “Desde esse ponto de vista, tudo quanto pode constituir a satisfação de uma intenção pode ser uma ação intencional” (SEARLE, 2002, p. 113). Além disso, defende que há uma relação muito próxima entre a ação intencional e o que é possível determinar que as pessoas façam. Em outras palavras: só é possível solicitar que alguém realize uma ação intencionalmente, “Uma vez que, quando se dá a uma ordem, apenas é possível ordenar às pessoas que façam coisas que possam fazer intencionalmente e, como efeito, não faz o menor sentido dizer ‘Ordeno-lhe que realize A não-intencionalmente’” (SEARLE, 2002, p. 114).

A aproximação que fazemos aqui entre Tomasello e Searle foi realizada também por Allan e Souza (2011). Para os pesquisadores,

Tomasello e Searle parecem concordar que a intenção é um tipo de atividade consciente e intencional, i.e., dirigida para. Searle (1983, 2004) propôs ainda que a ocorrência de uma ação intencional não necessita ter sido previamente planejada, pois ela já possui uma intenção-na-ação, cujas condições de satisfação são a realização de um movimento/estado do agente. Tomasello parece sugerir algo parecido quando afirma que as habilidades de compreensão de ações intencionais se desenvolvem anteriormente às habilidades de compreensão de ações planejadas (ÁLLAN; SOUZA, 2011, p. 244).

A comunicação humana é revestida de aspectos que a diferenciam substancialmente de outras formas de comunicabilidade. Um desses aspectos é a possibilidade de criação de uma base conceitual comum, ou seja, os humanos têm a capacidade de utilizarem da atenção conjunta, da cultura compartilhada, bem como do conhecimento cultural comum em todas as formas de interação, até mesmo na comunicação linguística convencionalizada (TOMASELLO, 2008).

Dessa forma, podemos entender a comunicação humana como uma ação, sobretudo, cooperativa, na qual os conceitos fundamentais e objetivos comunicativos cooperativos são mutuamente assumidos. Em outras palavras, ela é estruturada pelo que alguns filósofos modernos têm chamado de intencionalidade compartilhada, ou ainda pela “nossa” intencionalidade, na qual o “nós” prevalece de alguma maneira. Essa intencionalidade

compartilhada é base para as atividades colaborativas que envolvem o “nós”, como nos casos de objetivos e intenções comuns, conhecimento mútuo, crenças compartilhadas etc.

A pergunta crucial é: como essa comunicação humana cooperativa pode ter evoluído? Um caminho possível é pensar em uma “vantagem adaptativa”, uma vez que a estrutura subjacente a essa comunicação é praticamente a mesma presente em outras atividades colaborativas. Para Tomasello (2008), há indícios de que essa forma cooperativa de comunicação faça parte de uma ampla adaptação humana para uma vida cooperativa e cultural no geral.

No que se refere especificamente às línguas, Tomasello explica que a hipótese atual é a de que a existência de um contexto de atividades colaborativas, com os participantes podendo compartilhar intenções e atenção – mediadas por formas naturais de comunicação gestual – possibilitou o surgimento evolutivo das convenções linguísticas arbitrárias (TOMASELLO, 2008). Diante disso, “Como parte dessa mesma trajetória evolucionária, os seres humanos também começaram a criar e transmitir culturalmente várias convenções gramaticais organizadas em complexas construções linguísticas que codificavam *tipos* complexos de mensagens para uso em situações comunicativas recorrentes⁴⁴”. (TOMASELLO, 2008, p. 10, grifo do autor).

O pesquisador menciona também que um ponto crucial para qualificar uma forma de comunicação como cooperativa está no comunicador, porque este precisa ter como um de seus objetivos ajudar o destinatário ou compartilhar algo com ele. Uma forma de entender as origens dessa comunicação humana cooperativa é recorrer a uma abordagem psicológica, pesquisando a gênese evolutiva dessa atividade humana. Para tanto, o caminho mais recorrentemente utilizado é observar a comunicação dos primatas não-humanos. Nesse sentido, Tomasello (2008) argumenta que é preciso lançar o olhar sobre a comunicação gestual desses animais em oposição à comunicação vocal.

As exibições vocais dos primatas não-humanos são abordadas pelo autor, relacionando-as, inicialmente, à capacidade desses animais de utilizarem os avisos sobre perigo utilizados por outras espécies, sem produzirem por si mesmo chamadas específicas. Dessa forma, com base em Seyfarth e Cheney (2003), o autor argumenta que esses animais aprenderam, ainda no período da ontogênese, a responderem a essas chamadas de indicação de perigo.

⁴⁴ Tradução livre, no original: “As part of this same evolutionary trajectory, human beings also began to create and pass along culturally various grammatical conventions organized into complex linguistic constructions that codified complex *types* of messages for use in recurrent communicative situations.” (TOMASELLO, 2008, p. 10).

Ainda que possuam essas limitações nas exhibições vocais, os primatas não-humanos conseguem se comunicar entre si a partir de expressões físicas, posturas e gestos manuais etc. Contudo, o pesquisador salienta que há um subgrupo dentro desses sinais aprendido individualmente e que possui certa flexibilidade, chamado pelo autor de *sinais intencionais*. Nas palavras do pesquisador, “Esses sinais gestuais intencionais frequentemente dizem respeito a atividades sociais menos carregadas emocionalmente e de caráter mais urgente, como brincar, amamentar, implorar e cuidar⁴⁵.” (TOMASELLO, 2008, p. 20).

Como mencionado acima, Tomasello defende que nos voltemos aos gestos para humanos não-convencionalizados caso desejemos compreender a linguagem humana. No que se refere ainda a esses gestos, o autor defende que eles podem ser de dois tipos, a saber:

- direcionar a atenção de um destinatário espacialmente para algo no ambiente perceptivo imediato (de maneira lógica)
- direcionar a imaginação de um receptor para algo que, tipicamente, não está no ambiente perceptual imediato, simulando comportamentalmente uma ação, relação ou objeto (iconicamente) (TOMASELLO, 2008, p. 61).

No que se refere ao primeiro tipo, há utilização do que a Linguística Moderna chama de dêiticos, pois a atenção é direcionada pelo comunicador para algo que é possível de ser percebido pelos sentidos. Pensemos em um exemplo: uma criança entra desesperada em casa e pergunta à mãe por sua bola, pois estava no pátio quando a chutou forte demais e ela acabou por entrar pela janela. Sem mencionar uma palavra, porque estava ao telefone, a mãe simplesmente aponta na direção da mesa, pois o brinquedo acabou por ficar embaixo dela depois que entrou pela janela. Nesse caso, o apontamento da mãe em direção à mesa possibilitou que a criança, utilizando de sua visão, encontrasse a bola.

Para o segundo caso, imaginemos que dois universitários (U1 e U2) combinaram de almoçarem juntos no restaurante da universidade. Contudo, U1 necessita ir à Secretaria Acadêmica antes do almoço e envia uma mensagem para o telefone de U2 solicitando que se encontrem perto do restaurante em 30min. Ao perceber a demora para receber resposta, U1 acaba por utilizar outro recurso: passa em frente à sala de U2, que ainda está em aula, e pelo vidro da porta “conversa” com U2 simulando com a mão um telefone. O objetivo nesse caso é

⁴⁵ Tradução livre, no original: “These intentional gestural signals often concern less emotionally charged and evolutionarily urgent social activities such as play, nursing, begging, and grooming.” (TOMASELLO, 2008, p. 20).

direcionar a imaginação de U2, iconicamente, para que então ele pegue o celular e leia a mensagem enviada por U1.

Nos dois exemplos anteriores, podemos perceber que há a presença de uma intencionalidade social. No primeiro caso, há uma reação a um pedido, “Mãe, onde está a bola?”, ao qual a mãe responde apenas apontando que está embaixo da mesa; por outro lado, o comunicador, no segundo exemplo, leva o destinatário a compreender sua intenção – que ele pegue o celular para ler a mensagem – utilizando um recurso referencial. Neste caso, como aponta Tomasello (2008, p. 66), “[...] o trabalho cognitivo extra deve ser feito após o referente ser identificado para a intenção social a ser inferida⁴⁶.”

Ainda sobre o segundo exemplo, a compreensão do gesto de U1 por U2 não está apenas no nível visual de observância do gesto, pois a compreensão de um gesto icônico perpassa pela compreensão da intenção comunicativa subjacente a esse gesto. Além disso, não há uma relação de dependência entre esses gestos icônicos e a língua convencionalizada, pois, como argumenta Tomasello, com base em Goldin-Meadow (1997), as crianças surdas que não ainda foram expostas à língua convencional de sinais criam por si mesmas gestos icônicos para se comunicarem.

A partir dos exemplos que temos discutido até o momento, percebemos que os seres humanos possuem a capacidade de estabelecer formas complexas de comunicação a partir de gestos simples. Tal competência possui na *cooperação* sua justificativa, uma vez que, como defende Tomasello (2008), os seres humanos cooperam uns com os outros a partir de processos de intencionalidade compartilhada. Mais que isso: todo conhecimento compartilhado entre os comunicadores não precisa ser expressado, “Isso é, tudo aquilo que puder ser assumido como compartilhado entre o comunicador e o destinatário, menos precisa ser expressado literalmente⁴⁷.” (TOMASELLO, 2008, p. 79).

O autor enumera os três motivos que levam os humanos a cooperarem nos processos comunicativos. O primeiro, mais óbvio, é percebido também entre a comunicação intencional dos primatas e diz respeito ao desejo de ter a sua necessidade satisfeita, ou seja, “[...] fazer com que os outros façam o que se deseja⁴⁸ [...]” (TOMASELLO, 2008, p. 84). Além disso, os imperativos humanos podem variar entre ordens, pedidos e até mesmo sugestões que deixem

⁴⁶ Tradução livre, no original: “[...] cognitive work must be done after the referent is identified for the social intention to be inferred” (TOMASELLO, 2008, p. 66).

⁴⁷ Tradução livre, no original: “That is, more can be assumed to be shared between communicator and recipient, less needs to be overtly expressed.” (TOMASELLO, 2008, p. 79).

⁴⁸ Tradução livre, no original: “[...] getting others to do what one wants them to [...]” (TOMASELLO, 2008, p. 84).

transparecer o desejo e a solicitação do indivíduo. O segundo motivo tem a ver com o altruísmo, pois muitas vezes os seres humanos oferecem ajuda aos seus pares sem mesmo terem sido solicitados. Por fim, o terceiro diz respeito à necessidade tipicamente humana de compartilhamento de sentimentos e atitudes com os outros.

Existe certa obrigatoriedade que faz com que os humanos sejam comunicativos, pois se uma pessoa optar por não o ser, como aponta Tomasello (2008), parecerá patológico. Além disso, existem regras implícitas que regulam o que podemos solicitar aos outros, pois, caso solicitemos algo considerado não razoável, seremos considerados rudes. Na hipótese de não compartilharmos informações relevantes e/ou apropriadas, acabaremos por sermos taxados de, como o autor define, “socialmente esquisitos” (TOMASELLO, 2008, p. 93) e, por consequência, não lograremos ter amigos e estabelecer laços cooperativos.

Há uma tendência por parte das pessoas de querer entender o que lhes é informado e/ou solicitado pelos seus comunicadores. Para Tomasello (2008, p. 94), quando alguém percebe que o outro está tentando estabelecer uma comunicação e consegue extrair essa informação, geralmente esse entendimento se torna uma resposta, “[...] por exemplo, atender a uma solicitação ou aceitar informações oferecidas ou compartilhar entusiasmo sobre algo – pelo menos em parte porque é isso que o outro quer que se faça⁴⁹.”

Outra questão abordada pelo autor diz respeito à recursividade, pois para que haja a criação de um terreno comum entre os participantes de uma dada situação comunicativa, é imprescindível que ambos vejam, saibam e atendam a coisas que o outro também vê, sabe e atende (TOMASELLO, 2008). Dessa forma, em uma dada situação comunicativa, o receptor ao perceber e identificar a intenção comunicativa do comunicador poderá optar por cooperar ou não, ainda que, como mencionado anteriormente, exista uma espécie de “obrigatoriedade” subjacente à cooperação humana. Dessa forma, segundo Tomasello (2009, p. 98), esse processo cooperativo acaba por diferenciar e particularizar a linguagem humana frente a outras formas de comunicação das outras espécies.

No que se refere especificamente ao que o autor denomina como *convenções comunicativas*, das quais as línguas fazem parte, há também uma necessidade de compartilhamento do terreno conceitual comum, além da atenção conjunta compartilhada entre o comunicador e o receptor (TOMASELLO, 2008). Em outras palavras, enunciados linguísticos necessitam, assim como os gestos naturais, de um terreno conceitual comum, sendo que quanto mais “forte” esse terreno se apresenta, menos informações adicionais são necessárias.

⁴⁹ Tradução livre, no original: “For example, complying with a request or accepting offered information or sharing enthusiasm about something.” (TOMASELLO, 2008, p. 94).

Além disso, o compartilhamento de intencionalidade é o mesmo nos gestos naturais e na modalidade linguística, sendo que os motivos para a comunicação também são os mesmos, ou seja: solicitar, informar e compartilhar, ainda que, como relembra o pesquisador, a comunicação linguística possibilite outros motivos mais elaborados, como descreve a Teoria dos Atos de Fala⁵⁰.

Dessa forma, o autor salienta que a comunicação linguística se utiliza praticamente da mesma infraestrutura de intencionalidade compartilhada empregada no ato de apontar para algo de forma comunicativamente intencional. A diferença basilar entre os gestos naturais e as convenções linguísticas, contudo, está ligada à intenção referencial, mais especificamente ao que o comunicador utiliza para direcionar a atenção do receptor. Além disso, “A criação e o uso de convenções comunicativas compartilhadas pelos seres humanos significam que agora mesmo as formas comunicativas dependem de processos de intencionalidade compartilhada⁵¹”. (TOMASELLO, 2008, p. 104).

Assim, a proposta de Tomasello (2008) é a de que a comunicação humana foi adaptada inicialmente graças a um contexto de atividades colaborativas em que os seres humanos necessitavam ajudar uns aos outros. Além disso, a relação entre essas duas instâncias – atividades colaborativas e comunicação cooperativa – é resultado do compartilhamento da estrutura de recursividade, além dos objetivos, da atenção e de motivos para o compartilhamento de intencionalidade.

Como mencionado em momento anterior, os primatas não-humanos possuem uma capacidade para participarem de atividades colaborativas de forma semelhante aos humanos. Contudo, segundo Tomasello (2008), há uma diferença substancial: o compartilhamento de intencionalidade.

E assim, uma razão importante pela qual os primatas não-humanos participam de atividades colaborativas de maneira semelhante à humana [...] é que apesar de terem habilidades parecidas às humanas para entender a intencionalidade individual, eles não têm habilidades e motivações da intencionalidade compartilhada⁵². (TOMASELLO, 2008, p. 181).

⁵⁰ Para maiores informações sobre a Teoria dos Atos de Fala, o leitor pode visitar Austin (1962), além do próprio Searle (2002).

⁵¹ Tradução livre, no original: “Humans’ creation and use of shared communicative conventions thus means that now even the communicative forms themselves depend on processes of shared intentionality.” (TOMASELLO, 2008, p. 104).

⁵² Tradução livre, no original: “And so, one important reason that nonhuman primates do not participate in collaborative activities in humanlike ways [...] is that although they have humanlike skills for understanding individual intentionality, they do not have human-like skills and motivations of shared intentionality.” (TOMASELLO, 2008, p. 181).

Em outras palavras, a comunicação humana é cooperativa porque possui o compartilhamento de intencionalidade como um constituinte primário. Além disso, essa comunicação cooperativa, segundo Tomasello (2008), envolve três motivos básicos:

- para explicar a concessão de pedidos e o motivo inicial para ajudar, informando, nós invocamos o mutualismo (o pedido é concedido ou a informação é oferecida porque nos ajuda a ambos);
- para explicar a oferta de ajuda informando fora dos contextos mutualísticos, invocamos a reciprocidade e a reciprocidade indireta (a ajuda é oferecida porque aumenta a minha reputação de cooperação para que os outros me queiram como um parceiro cooperativo - e me ajudem em troca); e
- para explicar o compartilhamento de emoções e atitudes, nós invocamos a seleção de grupos culturais (emoções e atitudes são compartilhadas como uma maneira de aumentar a base comum e solidificar a participação em grupos)⁵³. (TOMASELLO, 2008, p. 192).

Outro fato que acaba por influenciar e resultar em um comportamento cooperativo e colaborativo dos humanos está relacionado a algo que já mencionamos anteriormente: expectativas. Segundo Tomasello (2008), a construção de expectativas mútuas de ajuda é de grande valia para a exibição da intencionalidade comunicativa ao mesmo passo que serve de “normativa”, pois é regulada pelo desejo de reciprocidade e, em certa medida, pelos possíveis julgamentos dentro de um grupo. Contudo, como ressalta o autor, essas expectativas não chegam a ser normas porque não possuem um caráter punitivo, mas funcionam de modo a direcionar as atividades cooperativas, inclusive aquelas de ordem comunicativa.

Como os seres humanos são seres culturais, além de sociais, as construções dos grupos resultam também em uma discriminação daqueles que estão fora do grupo, ou seja, há uma marcação explícita para identificar quem pertence ou não à comunidade. Nesse sentido, aquele que não utiliza a mesma língua não está inserido dentro da organização cultural, assim como aquele que diverge no tocante à vestimenta, à alimentação etc. (TOMASELLO, 2008).

A busca pelo pertencimento a esses grupos perpassa pela atenção e adequação a determinadas normas sociais. Tomasello (2008) sugere que essas normas compreendem uma dimensão de imitação/conformidade/solidariedade/associação, resultando em duas consequências significativas para a evolução da cooperação humana. A primeira diz respeito

⁵³ Tradução livre, no original: “• to explain the granting of requests and the initial motive to help by informing, we invoke mutualism (the request is granted or the information is offered because it helps us both)/ • to explain offering help by informing outside of mutualistic contexts, we invoke reciprocity and indirect reciprocity (help is offered because it adds to my reputation for co-operativeness so that others will want me as a cooperative partner—and help me in return); and /• to explain sharing emotions and attitudes, we invoke cultural group selection (emotions and attitudes are shared as a way of increasing common ground and solidifying group membership).” (TOMASELLO, 2008, p. 192).

ao desejo de associação aos outros, relacionando-se a um dos três motivos basilares do modelo de cooperação humana, ou seja, “[...] o desejo de compartilhar emoções e/ou atitudes com os outros⁵⁴” (TOMASELLO, 2008, p. 210).

Ademais, “A segunda consequência da dimensão de imitação/conformidade/solidariedade/associação das coisas para a comunicação concerne ao estabelecimento de normas⁵⁵.” (TOMASELLO, 2008, p. 212). Essas normas relacionadas à comunicação perpassam pelas expectativas mútuas anteriormente citadas e pelas expectativas comportamentais alinhavadas ao pertencimento ao grupo. Dessa forma, há ocasiões que praticamente nos obrigam a comunicarmos informações aos outros.

Um exemplo dessa quase obrigatoriedade pode ser visto no momento em que uma pessoa deixa cair um documento que estava em seu bolso. Imaginemos que se trata de uma sala de aula e que um dos alunos (A1) passa por essa situação enquanto outro aluno (A2) presencia. Ainda que exista um conflito anterior entre essas pessoas, é possível que A2 comunique imediatamente A1 sobre o ocorrido. Caso não o faça, não será punido por uma sanção social, mas isso influenciará a possibilidade de estabelecimento de laços de amizade ou associação dentro desse grupo específico, porque sua atitude omissa poderá ser julgada pelos outros alunos e pelo próprio A1.

No exemplo acima relatado, podemos observar claramente como as expectativas mútuas de comunicação e comportamento agem, influenciadas pelo desejo de pertencimento a determinados grupos. Em outras palavras, o desejo de compor um grupo faz com que as pessoas ajam em conformidade com essas “normas sociais subjetivas”, ou seja, normas não explícitas, mas que influenciam de forma direta o agir e as maneiras de comunicação entre as pessoas.

Outra questão abordada pelo autor é o surgimento da comunicação convencional, perpassando pela estrutura sociocognitiva, social e motivacional da comunicação humana. Para o autor, baseado em Lewis e Brooks-Gunn (1979), as convenções comunicativas possuem duas características definidoras. A primeira é o fato de fazermos algo de determinada maneira porque os outros, aqueles que também pertencem ao nosso grupo, o fazem. Essa é, então, uma prática compartilhada. A segunda característica é a possibilidade de adotarmos uma postura diferente dos outros nessas atividades, ou seja, trata-se de uma postura arbitrária. Contudo, a noção de

⁵⁴ Tradução livre, no original: “the desire to share emotions and/or attitudes with the others” (TOMASELLO, 2008, p. 210).

⁵⁵ Tradução livre, no original: “The second consequence of the imitation/conformity/solidarity/affiliation dimension of the things for communication concerns the establishment of norms.” (TOMASELLO, 2008, p. 210).

arbitrariedade é, segundo Tomasello (2008), relativa e deve ser entendida por meio de um *continuum*.

A tese do autor, então, é de que a arbitrariedade das línguas surge posteriormente, pois defende que mesmo os gestos considerados arbitrários foram em algum momento icônicos/compartilhados. Dito de outra forma, “[...] primeiro vieram as convenções compartilhadas, e depois houve uma espécie de ‘desvio para o arbitrário’ ao longo do tempo histórico⁵⁶.” (TOMASELLO, 2008, p. 219). Dessa forma, o autor argumenta também que a transposição para a comunicação convencional é “paradoxalmente natural”, uma vez que não há um desejo explícito inicial de construir e organizar as convenções linguísticas, fato que ocorre naturalmente.

Em outras palavras, as convenções comunicativas surgem, em um primeiro momento, de forma natural e estão inseridas dentro da comunicação cooperativa iconicamente. Como os seres humanos utilizam dos recursos de imitação para se apropriarem dessas convenções, estes acabam por não compreenderem a relação icônica presente na definição inicial da convenção comunicativa, transformando assim um gesto inicialmente icônico em arbitrário (TOMASELLO, 2008).

A seção seguinte aborda algumas reflexões acerca da influência do compartilhamento de intencionalidade sobre as práticas linguísticas, ressaltando algumas reflexões que Tomasello (2008) tece acerca da dimensão gramatical dentro da comunicação humana cooperativa.

3.4 Implicações possíveis da cooperação e do compartilhamento de intencionalidade para a predefinição do comportamento linguístico

Ao discorrer especificamente sobre a dimensão gramatical, Tomasello reitera que os motivos que levam os seres humanos a cooperarem comunicativamente são o desejo de requerer, informar e compartilhar. O objetivo para o qual se comunica algo é de fundamental importância, pois é a partir dessa definição que se determinam quais são as informações que precisam estar contidas naquilo que é comunicado, além de se estabelecer a organização da estrutura gramatical a ser empregada (TOMASELLO, 2009).

⁵⁶ Tradução livre, no original: “[...] first came shared conventions, and then there was a kind of “drift to the arbitrary” over historical time.” (TOMASELLO, 2008, p. 219).

Esses três motivos acabam, por assim dizer, a determinar qual tipo de sintaxe deverá ser utilizado para que a comunicação se efetive. Dessa forma, Tomasello (2008) indica três tipos de sintaxe, uma para cada objetivo comunicacional. A primeira, denominada “sintaxe simples” é empregada nos casos em que se solicita a alguém que faça alguma coisa, ou seja, um *eu* no aqui e no agora solicitando a um *tu* que realize alguma ação; a segunda, “sintaxe solene”, é utilizada nos casos em que necessitamos informar algo a alguém de forma útil, destacando funcionalmente os participantes em um dado tempo e espaço; a terceira e última é chamada de “sintaxe extravagante” e compreende os casos em que é necessário compartilhar com os outros, de modo narrativo, uma sequência de eventos complexa, com vários participantes.

Como se pode perceber, há certa hierarquia nessa definição, partindo de uma sintaxe “mais simples” até uma considerada “mais complexa”. Além disso, “Essa estruturação foi incorporada em construções gramaticais [...] que foram convencionalizadas em diferentes grupos via gramaticalização e outros processos histórico-culturais⁵⁷”. (TOMASELLO, 2008, p. 245). Dito de outra forma, essa estruturação pode ser entendida como resultado de um decurso mais amplo de compartilhamento de intencionalidade e de comunicação cooperativa, aliados a outra sequência de processos cognitivos. Como consequência, como aponta o próprio autor, “[...] a origem das convenções gramaticais [...] destaca a dialética contínua entre a evolução biológica e cultural⁵⁸”. (TOMASELLO, 2008, p. 245).

O terceiro tipo de sintaxe abordado por Tomasello (2008) é o que mais nos interessa na construção deste trabalho, pois é a partir dessa gramática que podemos entender o uso de algumas convenções linguísticas que funcionam graças ao compartilhamento de informações entre os comunicadores. A primeira convenção linguística abordada pelo autor diz respeito ao julgamento da gramaticalidade dos enunciados, sendo que sua tese é a de que a comunicação cooperativa dos humanos pode influenciar esse tipo de juízo. Em outras palavras, ao ouvir um enunciado que difere do que estamos acostumados a ouvir e a produzir dentro de nossos grupos linguísticos, somos impelidos a tecer apreciações sobre o grau de conformidade dessas construções linguísticas. Ou seja, julgamos se essas construções estão de acordo com aquelas que compartilhamos com os que participam de nossas atividades linguísticas cooperativas.

⁵⁷ Tradução livre, no original: “This structuring was embodied in grammatical constructions [...] which were conventionalized in different groups via grammaticalization and other cultural-historical processes”. (TOMASELLO, 2008, p. 245).

⁵⁸ Tradução livre, no original: “[...] the origin of grammatical conventions [...] highlights the ongoing dialectic between biological and cultural evolution”. (TOMASELLO, 2008, p. 245).

Nesse sentido, o processo interpretativo de sentenças, considerando também essa identificação de gramaticalidade, pode ser diretamente relacionado à intenção compartilhada entre os parceiros comunicativos, uma vez que o uso linguístico, como já destacamos anteriormente, é catalizado pela intenção compartilhada entre os falantes.

Além disso, Tomasello relembra que praticamente todas as culturas utilizam do recurso da narração para compartilharem informações e atitudes sobre os outros (aqueles que estão fora da comunidade) dentro de seus grupos. É nesse sentido que se criam os mitos, as parábolas, as histórias que são repassadas às futuras gerações (TOMASELLO, 2008). A esse respeito, Harari (2011) menciona a criação das “ficções”, “construtos sociais” ou “realidades imaginadas”. Essas realidades imaginadas não devem ser entendidas como mentiras, pois “[...] uma realidade imaginada é algo em que todo mundo acredita e, enquanto essa crença partilhada persiste, a realidade imaginada exerce influência no mundo.” (HARARI, 2011, p. 38). Um exemplo dessa criação é o próprio sistema monetário, o qual, mesmo sendo uma realidade imaginada, é tomado como verdade ao ponto de “ditar as regras” de muitas atividades cotidianas, como é o caso de comprar e vender bens, imóveis e coisas em geral. A própria noção de propriedade depende desse sistema.

Diante dessa situação, Harari (2011) defende também que desde a Revolução Cognitiva nós, os *sapiens*, vivemos imersos em uma realidade dual: de um lado a realidade objetiva, como os rios, as casas, as árvores; e do outro, a realidade imaginada de deuses, instituições, nações etc., sendo que atualmente as realidades imaginadas tomaram tanta força que a própria existência (sobrevivência) da realidade objetiva depende da imaginada.

Tomasello (2008) aponta ainda que a construção dessas narrativas possui dois principais problemas. O primeiro é “relacionar eventos uns com os outros no tempo e acompanhar os participantes desses eventos quando eles são às vezes os mesmos e às vezes diferentes entre os eventos (e desempenhar diferentes papéis em diferentes eventos quando eles são os mesmos)” (TOMASELLO, 2008, p. 284). O segundo, por sua vez, diz respeito à dificuldade de identificar as referências dentro dos eventos. Em alguns casos, o referente é facilmente identificado, como em (4).

(4) Saulo acenou para padre que rezava. (Saulo acenou para o padre/ o padre rezava).

Em outros, nem tanto.

- (5) Mateus acenou para o povo do padre que rezava fervorosamente na igreja. (Mateus acenou para o povo do padre, mas quem rezava fervorosamente na igreja (o povo ou o padre?)⁵⁹).

Na construção da sentença contida em (5), utiliza-se uma sintaxe extravagante, nos termos de Tomasello, sendo que a complexidade da estrutura dificulta a identificação do referente, pois não se trata de uma atividade tão simples identificar a quem diz respeito ao ato de rezar [fervorosamente na igreja]. Esse complexo exercício de rastrear o referente no discurso pode abrigar um mecanismo de estruturação da gramática para esse fim. Nas palavras de Tomasello (2008, p. 286),

Esses exemplos simples apenas arranham a superfície das complexidades do chamado rastreamento de referência no discurso, mas pelo menos ilustram de maneira muito simples algumas pressões comunicativas que podem moldar as gramáticas emergentes (por exemplo, a pressão para encontrar maneiras de acompanhar referentes através de eventos), que podem ser responsáveis por coisas como uma variedade de diferentes formas de pronomes, diferentes classes de substantivos, alguns tipos de marcação de concordância, e assim por diante⁶⁰.

A comunicação linguística muitas vezes é marcada por situações nas quais os sentidos se encontram embaciados. Esse é o caso da ambiguidade, da vagueza, das inferências, dos não ditos etc. Como explicar, então, a comunicação efetiva nesses casos? Como as pessoas conseguem compreender os enunciados de seus parceiros comunicativos diante desses “empecilhos”? Dentro da literatura da LFCU, da LC e da LF existem muitas explicações coerentes que nos ajudam a entender essa dinamicidade interpretativa, mas aqui propomos uma outra via: a intenção compartilhada direciona os falantes durante a interpretação – incluindo o reconhecimento e atribuição de responsabilidades aos referentes.

Mais à frente o leitor encontrará uma breve discussão sobre a teoria de *Garden Path*, capítulo 4, mas gostaríamos de tomar a liberdade para “parafrasear” antecipadamente a ideia principal da teoria: no processo interpretativo, o falante caminha por um labirinto (a própria sentença e seus emaranhados), mas tem consigo um fio condutor que o ajuda na busca pela saída – como o fio mágico de Ariadne –, o terreno conceitual comum e a intenção compartilhada

⁵⁹ A sentença (3) faz parte do grupo de sentenças cujo processo interpretativo será analisado nesta pesquisa. Sua discussão será aprofundada no próximo capítulo.

⁶⁰ Tradução livre, no original: “These simple examples only scratch the surface of the complexities of so-called reference tracking in discourse, but they at least illustrate in a very simple way some communicative pressures that might shape emerging grammars (e.g., the pressure to find ways to keep track of referents across events), which might be responsible for such things as a variety of different pronoun forms, different noun classes, some kinds of agreement marking, and so forth.” (TOMASELLO, 2008, p. 286).

com o interlocutor. Contudo, há situações em que o falante se perde – esse é o caso, por exemplo, das reanálises interpretativas ou mesmo das circunstâncias em que o falante não consegue optar por uma interpretação específica – mas ainda assim pode contar com o suporte da intenção compartilhada em suas escolhas.

Tomasello (2008) argumenta também que as narrativas contadas podem auxiliar no processo de conformidade dentro dos grupos culturais, pois apenas aqueles que pertencem a esses grupos conhecem essas histórias e compartilham entre si as avaliações dos personagens e dos próprios eventos narrados. Ainda sobre o julgamento de gramaticalidade dos enunciados, o pesquisador defende que se trata também de uma instância de normas sociais que organizam o comportamento cotidiano. Dessa forma, as expressões linguísticas mais comuns são ouvidas milhares de vezes enquanto as expressões mais inovadoras não.

O funcionamento das línguas convencionais seria, então, resultado da união de aspectos “naturais” da comunicação cooperativa e da gramática, além da organização comunicativa convencional que é criada e transmitida a outras gerações por via cultural (TOMASELLO, 2008). Mas como a comunicação cooperativa se efetiva? Por meio de construções linguísticas, e essas construções são, segundo o estudioso, estruturas que carregam um significado particular e que são utilizadas em momentos recorrentes de comunicação humana, compreendendo palavras, frases e um padrão abstrato. Dessa forma, as construções que envolvem palavras e frases específicas podem ser transmitidas de forma cultural, por imitação, enquanto as construções abstratas exigem das crianças uma construção a partir de suas próprias experiências individuais (TOMASELLO, 2008).

No nível de compreensão de um enunciado, o autor chama a atenção para o fenômeno de reanálise funcional: os indivíduos que interpretam uma estrutura linguística realizam duas atividades simultâneas, ou seja, buscam compreender o significado geral do enunciado e, além disso, buscam atribuir as responsabilidades a cada um dos constituintes internos do enunciado, e esse segundo movimento pode ser entendido como uma espécie de “atribuição de culpa”, como o próprio Tomasello menciona.

No entanto, é preciso considerarmos uma ressalva importante no que se refere à convencionalização gramatical: ela só pode ser concretizada quando os participantes comungam de um mesmo objetivo de construir uma comunicação bem-sucedida. Nas palavras do pesquisador,

Ou seja, caracterizamos o resultado dos processos de gramaticalização como uma espécie de compromisso entre as necessidades do comunicador e as do destinatário. Esse compromisso só é possível se os dois participantes estiverem trabalhando juntos em direção ao objetivo comum de a mensagem do comunicador ser compreendida

com sucesso pelo destinatário, e cada um dos participantes estiver monitorando o que o outro está fazendo enquanto trabalha em direção a esse objetivo conjunto⁶¹ [...]. (TOMASELLO, 2008, p. 306).

Tomasello (2008) argumenta também que, ainda que os aspectos fundamentais da comunicação humana cooperativa sejam resultados, principalmente, de processos evolutivos, as convenções linguísticas utilizadas pelos humanos em interações comunicativas estão relacionadas também a princípios históricos e culturais, bem como aos de ordem psicológica durante a ontogenia, ou seja, durante o desenvolvimento dos indivíduos.

A partir do que foi exposto até esse momento, é possível percebermos que o fato de sermos seres cooperativos em nossas práticas cotidianas pode influenciar no comportamento linguístico, pois é a partir do compartilhamento de intencionalidade e da comunicação cooperativa que conseguimos distinguir enunciados que soam gramaticais ou não, além de possibilitar a atribuição de “responsabilidades” dos referentes dentro dos próprios enunciados. Dito de outra forma, a comunicação cooperativa e o compartilhamento de intencionalidade possibilitam que consigamos entender os enunciados, atribuindo a cada referente uma responsabilidade dentro do que foi proferido por nossos parceiros comunicativos.

Importante mencionar que a construção das categorias prototípicas e dos MCI – estudados pela LC e apresentados em momento anterior –, necessita também do compartilhamento de intencionalidade aplicado à comunicação cooperativa, uma vez que a possibilidade da criação de uma base conceitual comum, característica apontada por Tomasello (2008) como aspecto diferenciador das línguas humanas em relação a outras formas de comunicação, permite que a construção dessas categorias se efetive. Em outras palavras, os processos de categorização podem ser entendidos sob a luz do compartilhamento de intencionalidade na comunicação humana, pois é através desse campo comum conceitual que os seres humanos conseguem estabelecer uma comunicação efetiva com seus interlocutores, considerando as categorias prototípicas e os MCI compartilhados culturalmente.

A construção de uma categoria prototípica de AVE, por exemplo, como apresentado no capítulo anterior, só é possível se os falantes de determinada língua compartilharem, além

⁶¹ Tradução livre, no original: “That is, we have characterized the outcome of grammaticalization processes as a kind of compromise between the needs of the communicator and those of the recipient. This compromise is possible only if the two participants are working together toward the common goal of the communicator’s message being successfully comprehended by the recipient, and each of the participants is monitoring what the other is doing as they work toward that joint goal [...]” (TOMASELLO, 2008, p. 306).

do código linguístico, a *intencionalidade* e estabelecerem um terreno conceitual comum, como defende o próprio Tomasello (2008).

Além disso, podemos estabelecer uma conexão entre a LF e os postulados de Michael Tomasello quando voltamo-nos à correlação natural estabelecida entre a *forma* e a *função*, ou seja, entre o código linguístico (expressão) e seu *designatum* (conteúdo) – como já mencionamos em momento anterior – e a característica da comunicação humana cooperativa de ser, em alguns casos, não-arbitrária, ainda que existam muitas convenções linguísticas convencionalizadas. Nesse sentido, segundo Tomasello (2008), algumas das formas linguísticas que hoje são consideradas arbitrárias foram, em algum momento, icônicas.

Para a LF, em especial a LFCU, a iconicidade é um princípio basilar, ainda que não se ignore a existência também de signos arbitrários. No caso dos estudos de Tomasello, a iconicidade é também fundamental, pois é a partir dela que o pesquisador e seus colaboradores explicam, inclusive, as diferenças entre os atos de apontar dos primatas não humanos e das crianças. Diante disso, gostaríamos de trazer à baila a possibilidade de analisar a iconicidade sob o viés da intencionalidade compartilhada, pois para, que a iconicidade cumpra seu papel nos usos linguísticos, é necessário um terreno conceitual comum e compartilhado por aqueles que utilizam o signo linguístico.

Além disso, a LF se preocupa, primordialmente, com os fatores colocados em jogo no momento da comunicação entre os interlocutores. Da mesma forma, os estudos que dizem respeito ao compartilhamento de intencionalidade como mecanismo da comunicação humana cooperativa nos dão subsídios para a compreensão dessa dinâmica linguística. Dessa forma, há uma relação facilmente estabelecida entre essas duas áreas de estudo que se preocupam com a língua em uso.

Diante disso, o capítulo seguinte objetiva construir uma releitura de dados obtidos por pesquisas anteriores, sob o prisma dos estudos cognitivos-funcionais e, especialmente, dos estudos sociocognitivistas de Michael Tomasello.

3.5 Fechando o capítulo

Este capítulo foi dedicado às discussões acerca dos principais postulados de Michael Tomasello, principalmente aqueles relacionados ao compartilhamento de intencionalidade e à comunicação humana cooperativa. Nossa compreensão é a de que pesquisas analíticas dentro da Linguística Contemporânea podem ser realizadas de modo a abordarem as relações entre intencionalidade compartilhada e o comportamento linguístico.

O segundo objetivo específico deste trabalho, *Averiguar quais são os modos como o compartilhamento de intencionalidade, um dos pilares do princípio de cooperação humana, pode incidir sobre o comportamento linguístico, em especial sobre os processos de interpretação*, direcionou nossas discussões durante a construção deste capítulo e possibilitou uma investigação aprofundada desse que é um dos pontos basilares de nossa pesquisa.

Acreditamos que esse objetivo foi alcançado, uma vez que demonstramos ao leitor a possibilidade de compreender a intenção compartilhada como um fio condutor dos processos interpretativos, inclusive daqueles nos quais há uma certa opacidade de sentido, como é o caso das ambiguidades, inferências, não ditos etc. Dessa forma, defendemos que nos labirintos interpretativos, é esse fio invisível que possibilita que encontremos, de modo satisfatório, a saída.

4 A INVESTIGAÇÃO LINGUÍSTICA SOB O A ÓTICA DA COOPERAÇÃO E DO COMPARTILHAMENTO DE INTENCIONALIDADE: UMA RELEITURA DE DADOS

Este capítulo será dedicado à construção de uma resenha crítica acerca de duas pesquisas já realizadas sobre o processamento e interpretação de sentenças estruturalmente ambíguas. São elas: *Processamento de sentenças e teoria do labirinto em orações relativas ambíguas no português brasileiro: resultados preliminares* de Gravina e Dionizio (2016) e *A (não)identificação de ambiguidade em sentenças relativas estruturalmente ambíguas: uma análise da possível influência da ativação de frames*, de Dionizio (2016). Com isso, objetiva-se construir uma releitura dos dados ali apresentados sob um outro ponto de vista, ou seja, o ponto de vista da comunicação humana cooperativa e do compartilhamento de intencionalidade.

Dessa forma, nosso objetivo é o de demonstrar, sob o prisma sociocognitivo da linguagem, possibilidades de releitura interpretativa dos dados da primeira pesquisa e das escalas da segunda. Em outras palavras, buscaremos apresentar uma nova forma de interpretar esses dados com base nos postulados de Michael Tomasello e, além disso, proporemos um caminho analítico que viabilize novas investigações sob essa perspectiva teórica.

4.1 Algumas observações iniciais sobre o processo interpretativo de sentenças

As considerações acerca da LC, da LF, da Linguística Cognitiva-Funcional e, claro, dos estudos de Michael Tomasello, que realizamos nos capítulos anteriores, estarão presentes neste capítulo. Contudo, gostaríamos de lançar mão também de outras considerações dentro da vertente cognitiva para compreender o processo interpretativo das sentenças.

Nesse sentido, concordamos com van Dijk (2011) ao defender que uma teoria cognitiva dos usos linguísticos

oferecerá *insights* não apenas sobre os processos e estruturas envolvidos na produção real, compreensão, armazenamento, reprodução e outros tipos de processamento de sentenças e discursos, como também sobre as formas de planejamento, execução e compreensão dos atos de fala. (VAN DIJK, 2011, p. 74).

Nosso objetivo, portanto, é o de apreender como a compreensão e a interpretação da ambiguidade estrutural podem ser analisadas a partir de uma visão sociocognitivista da linguagem, compreendendo também como o compartilhamento de intencionalidade e a

comunicação cooperativa humana podem funcionar como um indício para o processo interpretativo. Concordamos, portanto, com Marcuschi (2007, p. 19) ao defender que o efeito de sentido “pode ser tomado como fruto direto da construção colaborativa de coerência textual num processo cognitivo fundado em interpretações que consideram como relevantes indícios do tipo: atitudes; postura; prosódia; especificidades idiossincráticas; variações sócio-dialetais; estilo; seleções lexicais [...]”. E vamos além: propomos aqui que a intenção compartilhada e o princípio cooperativo na comunicação humana podem ser compreendidos também como indícios para a interpretação de sentenças e enunciados, uma vez que eles servem como instrumentos para a construção de uma coerência colaborativa.

Não se pode negar que a linguagem humana é extremamente complexa, seja por ser simbólica, seja por possuir uma estrutura gramatical subjacente. Ao se referir a essa complexidade, Tomasello (2005) argumenta que são quatro os motivos que a justificam: (i) as pessoas querem falar sobre eventos que envolvem vários participantes; (ii) se o falante deseja comunicar-se efetivamente, deve utilizar de diferentes formas para se referir a diferentes eventos em diferentes circunstâncias; (iii) em alguns casos, os falantes querem ou precisam expressar suas atitudes psicológicas; (iv) quando as pessoas se confrontam todos os dias com essas funções repetidamente, tentam aproveitar a previsibilidade dessas situações comunicativas para criarem atalhos.

O primeiro motivo, por exemplo, relaciona-se ao que já discutimos anteriormente neste trabalho, ou seja, à atribuição de responsabilidades a certos referentes dentro de enunciados. Como já mencionamos, essa não é uma tarefa tão simples, ainda mais quando a ambiguidade entra em ação. Koch (2005) parece concordar com essa definição de complexidade, pois menciona que em um processo de construção e reconstrução de referentes,

intervêm não somente o saber construído linguisticamente pelo próprio texto e os conteúdos inferenciais que podem ser calculados a partir de conteúdos linguísticos tomados por premissas, graças aos conhecimentos lexicais, aos pré-requisitos enciclopédicos e culturais e aos lugares comuns argumentativos de uma dada sociedade, como também os *saberes, opiniões e juízos compartilhados* no momento da interação entre o autor da matéria e o público com quem dialoga e do qual espera concordância. (KOCH, 2005, p. 105, grifos nossos).

Esses “saberes, opiniões e juízos compartilhados”, a nosso ver, estão dentro do que Tomasello chama de *terreno conceitual comum* para o *compartilhamento de intencionalidade*, ainda que essas questões não estejam explicitamente expressas nas sentenças. Trata-se, em realidade, do campo inferencial em ação. Ou seja, o compartilhamento de intencionalidade está alocado naquilo que pode ser inferido a partir de uma construção linguística. Isso se relaciona

também ao quarto motivo levantado por Tomasello acerca da complexidade linguística, ou seja, a criação de atalhos comunicativos. É importante mencionar também que a criação desses atalhos só é possível em um terreno comum, no qual a comunicação humana cooperativa e a intencionalidade compartilhada estejam presentes.

Ao tratar de referência e inferência, Marcuschi (2007) constrói uma análise que julgamos pertinente para o momento. Segundo esse pesquisador, as Ciências Cognitivas atualmente separam o que se convencionou chamar de *referência* – representação mental – e *significação* – exteriorização desse conhecimento “mental”. No entanto, como mencionado por ele, essa distinção resolve apenas uma parte do problema. “A *representação referencial* é aqui tomada como entidade mental que, quando usada para exteriorizar algum tipo de intenção, consciente ou não, geraria *significação* como *conhecimento exteriorizado*.” (MARCUSCHI, 2007, p. 39, grifos no original). O conhecimento exteriorizado está sob a influência de aspectos como a percepção, cultura e ação social, ou seja, está condicionado à própria experiência. No entanto, a relação entre *referência* e *inferência*, segundo o autor, é muito estreita, ao ponto de defender a tese de que “*referir é, em certos casos, inferir*” (MARCUSCHI, 2007, p. 40, grifos no original).

Mas, afinal, o que pode estar implícito e o que deve estar explícito para que um enunciado seja compreensível? Marcuschi (2007, p. 43) argumenta que esses limites são muito difíceis de serem definidos, porque não há uma relação direta entre mundo e língua e, como observaremos mais à frente, “muito daquilo que significamos pelo uso da língua exorbita o âmbito da língua. Mas nem por isso é facilmente destacável da língua”.

Van Hoek (2008, p. 179), ao discutir aspectos relativos à anáfora pronominal, propõe que pensemos na variabilidade interpretativa como um indício construtivo das sentenças, ou seja, “pode ser [...] que algumas sentenças sejam construídas de tal maneira que a perspectiva pretendida seja muito clara, e assim todos os falantes ‘veem’ a concepção do mesmo ponto de vista; outras frases permitem uma variedade de perspectivas diferentes⁶²”. E mais: “A questão interessante são os fatores que impulsionam os falantes a ver uma sentença de uma perspectiva ou outra⁶³”. Defendemos aqui que um desses *fatores interessantes* é a intencionalidade compartilhada, repercutindo na construção de interpretações variadas.

⁶² Tradução livre, no original: “Rather it may be [...] that some sentences are constructed in such a way that the intended perspective is made very clear, and so all speakers “view” the conception from the same point of view; other sentences allow for a range of different perspectives”. (VAN HOEK, 2008, p. 179).

⁶³ Tradução livre, no original: “The interesting question is the factors that impel speakers to view a sentence from one perspective or another.” (VAN HOEK, 2008, p. 179).

Ainda sob essa perspectiva, a autora sugere que a interpretação de uma sentença é construída a partir de um ponto de referência conceitual, quer dizer, sendo o ponto de referência proeminente, é ele que vai funcionar como ponto de partida para o entendimento de uma concepção maior, como a sentença de que faz parte, por exemplo. A questão é: quais seriam os pontos de referência das sentenças utilizadas nas pesquisas que analisaremos a seguir? Defenderemos que, nesses casos, a cooperação comunicativa pode ser entendida como o ponto de referência primordial, pois, ao interpretar um enunciado, é recorrente que busquemos agir em conformidade com a comunicação humana cooperativa. Dessa forma, somos impelidos a optar pelo referente que imaginamos ser o *escolhido* por nosso interlocutor comunicativo, e é sobre ele que projetamos os sentidos, buscando sempre a cooperação como ponto de referência interpretativo.

Na seção subsequente, trataremos de revisitar duas pesquisas já realizadas, com o objetivo de discutir a possibilidade de lançar mão do conceito de *compartilhamento de intencionalidade* e da *comunicação humana cooperativa* para compreender o fenômeno linguístico envolvido nas pesquisas, ou seja, o processamento (Pesquisa 1 – Gravina e Dionizio (2016) e a interpretação (Pesquisa 2 – Dionizio (2016)) de sentenças relativas e estruturalmente ambíguas.

4.2 A pesquisa de Gravina e Dionizio (2016)

A primeira pesquisa a ser revisitada é de Gravina e Dionizio (2016)⁶⁴, a qual buscou investigar o processamento de sentenças relativas estruturalmente ambíguas sob o prisma do Processamento de Sentenças, uma subárea da Psicolinguística. Trata-se de uma pesquisa experimental e está ancorada na Teoria do Labirinto, ou teoria de *Garden Path*, que concebe cada sentença como uma rota cheia de bifurcações pela qual o falante caminha. Se opta por uma bifurcação, ou porta, e não é bem-sucedido, pode ainda voltar e entrar no labirinto para então fazer mais uma escolha. É por isso que essa teoria serve de base para estudos de sentenças ambíguas, pois se considera cada possibilidade de escolha de sentido uma bifurcação. Além disso, uma das principais preocupações dentro da área de Processamento de Sentenças é

⁶⁴ Trata-se de uma Pesquisa de Iniciação Científica (IC), financiada com recursos próprios da Universidade Federal da Fronteira Sul, e realizada durante os anos de 2015 e 2016. A pesquisa contava com a orientação de Aline Peixoto Gravina, professora do Curso de Letras – Português e Espanhol do Campus Chapecó e da bolsista Alice Ribeiro Dionizio, estudante do referido curso à época.

compreender se o *parser*, responsável pelo processamento, funciona da mesma maneira em todas as línguas ou de maneira específica e particular em cada uma.

No que se refere à metodologia empregada na pesquisa, destacamos aqui que o grupo de participantes foi composto por 82 pessoas, cuja idade variou entre 18 e 55 anos. Desses 82 participantes, 50 possuíam o ensino médio completo e os outros 32 possuíam ensino superior completo e foram convidados via meio *online* para responderem a um questionário, também online, no período entre 02 a 16 de dezembro de 2015. Quanto aos materiais e métodos, 22 questões, divididas entre sentenças-alvo e sentenças-distratoras, foram construídas pelas pesquisadoras e utilizadas no questionário. As chamadas sentenças-distratoras foram inseridas a cada duas sentenças-alvo e tinham como objetivo “distrair” o participante. Importante mencionar também que as sentenças foram apresentadas em tela, via google.docs.

A seguir, apresentamos um quadro com todas as sentenças utilizadas na pesquisa de Gravina e Dionizio.

Quadro 3 – Sentenças utilizadas na pesquisa de Gravina e Dionizio (2016)

Tipo de Sentença	Sentença
Alvo	João viu o cachorro do menino que nadava muito bem.
Alvo	Amanda acenou para o povo do padre que rezava.
Distratora	Mateus viu Roberto que foi ao mercado.
Alvo	Esta tarde vi o médico da menina que atende a domicílio.
Alvo	Conversamos com o professor do aluno que ensina muito bem.
Distratora	Carlos acompanhou Joana quando ela precisou ir ao médico.
Alvo	Júlia observou o dono do passarinho que cantava.
Alvo	Marcus viu o cachorro do menino que nadava muito bem na piscina do clube.
Distratora	Iara recebeu uma carta de seu namorado que está na Alemanha.
Alvo	Matheus acenou para o povo do padre que rezava fervorosamente na igreja.
Alvo	Esta tarde vi a paciente do médico que atende a domicílio às terças e quartas.
Distratora	Sebastião ligou para Joana que estava no trabalho.
Alvo	Conversamos com o filho do professor que ensina muito bem as questões de matemática.
Alvo	Felipe observou o dono do passarinho que cantava de sua gaiola.
Distratora	Joana adotou um cachorro que latia muito alto.
Alvo	Daniel viu o dono do cachorro que nadava muito bem.
Alvo	Saulo acenou para o padre do povo que rezava.

Distratora	Sarah anotou todas as tarefas que a professora passou no quadro.
Alvo	Esta tarde vi a paciente do médico que atende a domicílio.
Alvo	Conversamos com o filho do professor que ensina muito bem.
Distratora	Vimos quando o cachorro de Lauren fugiu de casa.
Alvo	Ana observou o dono do passarinho que cantava na varanda.

Fonte: Gravina e Dionizio (2016, p. 191-192).

Após cada sentença, os participantes eram convidados a responderem a uma pergunta aberta. O exemplo apontado no trabalho de Gravina e Dionizio (2016) diz respeito à primeira sentença, cuja pergunta realizada foi “*Quem nadava muito bem?*” Os participantes tinham um espaço aberto no questionário para escreverem suas respostas.

A organização dos resultados e suas respectivas análises é apresentada a partir de dados estatísticos e análises de sentenças por pares comparativos. O primeiro grupo de sentenças apresentado é composto pelas sentenças que se comportaram conforme as predicações de Finger e Zimmer (2005), ou seja, “[...] as orações relativas curtas, [3], [7] e [17], apresentaram preferência pelo sintagma mais encaixado (SN2); e as orações relativas longas, como [4] e [5], apresentaram uma preferência significativa pelo sintagma menos encaixado (SN1)” (GRAVINA; DIONIZIO, 2016, p. 198). A seguir apresentamos a tabela construída pelas pesquisadoras para organizar esses resultados.

Tabela 2 – Sentenças que se comportaram conforme estudos de Finger e Zimmer (2005) – dados de Gravina e Dionizio (2016)⁶⁵

Sentenças	SN1 (%)	SN2 (%)	Outros (%)
[3] Amanda acenou para o povo do padre que rezava.	41.46	52.43	6.1
[4] Esta tarde eu vi o médico da menina que atende a domicílio	75.61	24.39	-
[5] Conversamos com o professor do aluno que ensina muito bem.	70.73	29.26	-
[7] Júlia observou o dono do passarinho que cantava.	25.61	74.39	-

⁶⁵ A numeração das sentenças é a originalmente utilizada pelas autoras.

[17] Saulo acenou para o padre do	29.27.	70.74	-
povo que rezava.			

Fonte: Gravina e Dionizio (2016).

Essa tabela compreende, como dissemos acima, os resultados de sentenças curtas e longas que, segundo as autoras, comportaram-se de acordo com os postulados por Finger e Zimmer (2005) sobre *Early Closure* e *Late Clousure*. Aquilo que gostaríamos de destacar nesse momento são os resultados da sentença [3] e, de forma mais específica, a nota de rodapé incluída no trabalho sobre esses dados.

Houve sentenças que obtiveram respostas inesperadas às perguntas realizadas. Por esse motivo, respostas não esperadas foram classificadas como “outros” em nossas classificações. No caso específico da oração [3], cinco pessoas optaram por dizer que tanto o povo quanto padre rezavam, *o que não desfaz a ambiguidade* e nem responde à pergunta de acordo com o esperado pelas pesquisadoras. (GRAVINA; DIONIZIO, 2016, p. 197, grifos nossos).

Nesse caso gostaríamos de refletir sobre duas questões: ambiguidade e não previsibilidade dos dados. No caso da ambiguidade, acreditamos que essas cinco pessoas representam, justamente, o número de pessoas que, de fato, interpretaram a sentença de forma ambígua. E esse é um dado muito relevante, pois se um participante não consegue desfazer a ambiguidade, é porque a sentença é, de fato, ambígua. No caso da imprevisibilidade dos dados, é importante mencionar que esse é um dos “riscos” ao construir uma investigação de cunho experimental.

Além da sentença [3], há outras construções com esses mesmos antecedentes, *padre* e *povo*, e em grande parte delas, esse comportamento de “indecisão” se repete. Há casos, inclusive, de alternância de preferência⁶⁶. Essa situação nos leva a reanalisar esses dados, pois se trata da comunicação humana cooperativa em uso: os participantes, ao lerem sentenças como a contida em [3], atribuem sentido (ou a responsabilidade ao referente, nos termos de Tomasello), conforme o que acreditam que é esperado que façam. A cooperação é o que direciona a interpretação, mas a ambiguidade é mantida porque, em um universo religioso, tanto *padre* quanto *povo* rezam, por isso não há uma predominância de escolha por determinado antecedente, ao mesmo passo que há um percentual de pessoas que escolhem *os dois*.

⁶⁶ Esse exemplo de alternância será tratado na seção 4.2.

Por outro lado, todas as outras sentenças contidas na tabela apresentam um comportamento semelhante: há uma predominância por determinado antecedente em detrimento de outro. Isso acontece com *menina* em detrimento de *médico*, *aluno* em detrimento de *professor*, *dono* em detrimento de *passarinho* e, ainda, de *padre* em detrimento de *povo* na última sentença. Nesse último exemplo é interessante observar a numeração da sentença, pois como está localizada quase no fim do experimento, é possível que os participantes tenham alternado a resposta devido às próprias repetições de construções com esses antecedentes.

Assim como lançamos mão dos princípios sociocognitivos de Michael Tomasello para analisar a não predominância entre os antecedentes da sentença [3], aqui podemos também fazê-lo: em um terreno conceitual comum, no qual compartilhamos aspectos culturais, intencionalidade e cooperamos comunicativamente, a atribuição de sentidos é regularmente condicionada ao princípio cooperativo: fazemos escolhas, nesse caso atribuímos responsabilidades aos referentes, sempre de modo a satisfazer às premissas da intenção compartilhada e da comunicação humana cooperativa. Dessa forma, optamos pelo que acreditamos ser o desejo de nosso interlocutor na atividade de linguagem.

Como mencionamos anteriormente, o estudo é construído a partir de análises comparativas entre sentenças que apresentam os mesmos antecedentes, mas com uma organização diferenciada. Abaixo apresentamos uma tabela que exemplifica essa comparação.

Tabela 3 – Exemplo de análise comparativa de Gravina e Dionizio (2016)

[1] João viu o cachorro do menino que nadava muito bem.		
Cachorro (SN1)	24/82	29.27%
Menino (SN2)	56/82	68.29%
Os dois	02/82	2.44%
[16] Daniel viu o dono do cachorro que nadava muito bem.		
O dono (SN1)	38/82	46.34%
O cachorro (SN2)	43/82	52.44%
Os dois	01/82	1.22%

Fonte: Gravina e Dionizio (2016, p. 205).

Nessas sentenças, os antecedentes são *cachorro*, *menino* e *dono*. Entre *cachorro* e *menino* (sentença [1]), a diferença é maior se comparada ao segundo caso, no qual *cachorro*

tem uma pequena vantagem em relação a *dono* (sentença [16]). O verbo de ambas sentenças encaixadas é *nadar*, e é a partir dele que gostaríamos de iniciar nossa análise interpretativa. A pergunta inicial que podemos fazer é: quem pode nadar? Tanto *dono* quanto *cachorro* e *menino* o fazem em diferentes circunstâncias, e isso justifica, por exemplo, a presença de percentuais de pessoas optando pelos dois (2.44% na primeira sentença e 1.22% na segunda). É interessante observar, no entanto, que as pessoas optam por um dos dois antecedentes muito mais do que pelos dois. Tal situação, a nosso ver, não significa necessariamente que não identifiquem essas sentenças como ambíguas, pois não se trata de uma relação direta, de 1/1, mas pode significar que estejam buscando um comportamento linguístico cooperativo e, para isso, atribuem a responsabilidade a um dos referentes como imaginam que o interlocutor (nesse caso o próprio experimento) espera que o façam.

Em suas análises, Gravina e Dionizio (2016) mencionam “indícios de interferência de aspectos semânticos dos sintagmas presentes na sentença em relação ao processamento.” (GRAVINA; DIONIZIO, 2016, p. 199). Esses indícios, segundo elas, poderiam ser visualizados nas sentenças que não haviam se comportado conforme o proposto por outros pesquisadores da área em relação ao fechamento adiantado e ao fechamento tardio. Nossa interpretação, no entanto, é diferenciada: a interpretação dessas sentenças, muitas vezes com percentuais de 80%, 90%, pode ser um indício da comunicação cooperativa humana em uso. Ou seja, o compartilhamento de intencionalidade cria um terreno conceitual comum, ou coerência colaborativa nas palavras de Marcuschi (2007), que influencia o processo interpretativo.

A interpretação de sentenças como essas construídas para a investigação de Gravina e Dionizio (2016) é bastante complexa, assim como a própria estrutura das sentenças, e engendra muitas variantes. Assim como aponta Tomasello (2005), há diversas razões que levam os enunciados a se tornarem complexos. No caso da pesquisa, o principal motivo é o próprio objetivo da investigação, o qual direcionou a construção das sentenças. No campo interpretativo, a complexidade é mantida e acentuada pela intenção compartilhada e pela comunicação humana cooperativa que, ao fim e ao cabo, ajudam a entender a dinamicidade desse processo.

É importante salientar também que esse tipo de investigação realizada por Gravina e Dionizio (2016) pode ser adaptada de modo a discutir o compartilhamento de intencionalidade e a comunicação humana cooperativa. Para isso, no entanto, não seria adequada a utilização desse formato de pesquisa e, portanto, seria necessário construir uma metodologia de pesquisa cuja apresentação das sentenças oportunizasse um entendimento maior dos fatores cognitivos e sociais em uso.

Na próxima subseção, continuamos a discutir a influência da intencionalidade compartilhada e da comunicação humana cooperativa ao reinterpretarmos resultados de outra pesquisa.

4.3 A pesquisa de Dionizio (2016)

A pesquisa de Dionizio (2016) é um desdobramento da pesquisa analisada anteriormente⁶⁷. Neste caso, no entanto, a pesquisadora realizou um recorte das sentenças de Gravina e Dionizio (2016) e construiu suas análises a partir de outra linha teórica, a Semântica de *Frames* (SF). Dessa forma, a pesquisadora se propõe a analisar se o que ela chama de *(não)identificação de ambiguidade* pelos participantes da pesquisa prévia, considerando os altos índices de preferência por determinado antecedente em detrimento do outro, poderia ser explicada por uma ativação de *frames*. Para tanto, sistematiza os dados das seis sentenças escolhidas em escalas gradativas de ambiguidade.

As sentenças analisadas por Dionizio (2016) já foram apresentadas ao leitor na introdução deste trabalho e são retomadas a seguir:

(1)

- a. Esta tarde vi o médico da menina [que atende a domicílio].
- b. Esta tarde vi a paciente do médico que [atende a domicílio às terças e quartas].

(2)

- a. Conversamos com o professor do aluno [que ensina muito bem].
- b. Conversamos com o filho do professor [que ensina muito bem].

(3)

- a. Saulo acenou para o padre do povo [que rezava].
- b. Matheus acenou para o povo do padre [que rezava fervorosamente na igreja].

A construção das análises parte, primeiramente, da comprovação de ambiguidade estrutural das sentenças. Para isso, utiliza-se dois recursos: teste das interrogativas (RAPOSO,

⁶⁷ Este estudo resulta de um trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado por Alice Ribeiro Dionizio, sob orientação de Morgana Fabiola Cambrussi, submetido ao Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul, no ano de 2016.

1979) e o recurso de paráfrases. Essa comprovação acerca da ambiguidade estrutural a partir dos testes reforça a tese da pesquisadora acerca da *(não)identificação de ambiguidade*, uma vez que os números percentuais de preferência por determinados antecedentes são, muitas vezes, majoritários. Apresentamos a seguir a representação do segundo teste, teste das paráfrases, pois os quadros construídos trazem também os dados estatísticos de preferência para cada antecedente.

Quadro 4 – Paráfrases do primeiro par de sentenças

	Interpretação	<i>Médico</i> (%)	<i>Menina</i> (%)	<i>Paciente</i> (%)
Sentença A	(i) a pessoa que atende a domicílio e que eu vi esta tarde foi o médico da menina;	75.61%	24.39%	-
	(ii) a pessoa que eu vi esta tarde foi o médico da uma menina que atende a domicílio;			
Sentença b	(iii) a pessoa que eu vi esta tarde e que atende a domicílio às terças e quartas foi a paciente do médico;	93.9%	-	6.09%
	(iv) a pessoa que eu vi esta tarde foi a paciente cujo médico atende a domicílio às terças e quartas.			

Fonte: Dionizio (2016, p. 18).

Quadro 5 - Paráfrases do segundo par de sentenças

	Interpretação	<i>Professor</i> (%)	<i>Aluno</i> (%)	<i>Filho</i> (%)
Sentença A	(i) a pessoa com quem conversamos e que ensina muito bem é o professor do aluno;	70.73%	29.26%	-
	(ii) a pessoa com que conversamos é o professor cujo aluno ensina muito bem;			
Sentença b	(iii) a pessoa com quem conversamos e que ensina muito bem é o filho do professor;	82.93%	-	17.07%
	(iv) a pessoa com quem conversamos é o filho cujo pai é professor e ensina muito bem.			

Fonte: Dionizio (2016, p. 20).

Quadro 6 - Paráfrases do segundo par de sentenças

	Interpretação	<i>Padre</i> (%)	<i>Povo</i> (%)	<i>Os dois</i> (%)
--	---------------	---------------------	--------------------	-----------------------

Sentença a	(i) a pessoa para quem Saulo acenou e que rezava era o padre do povo;	29.27%	70.73%	-
	(ii) a pessoa para quem Saulo acenou era o padre cujo povo rezava;			
Sentença b	(iii) as pessoas para as quais Matheus acenou e que rezavam fervorosamente na igreja eram o povo do padre;	54.9%	42.7%	2.4%
	(iv) as pessoas para as quais Matheus acenou eram o povo cujo padre rezava fervorosamente na igreja.			

Fonte: Dionizio (2016, p. 20).

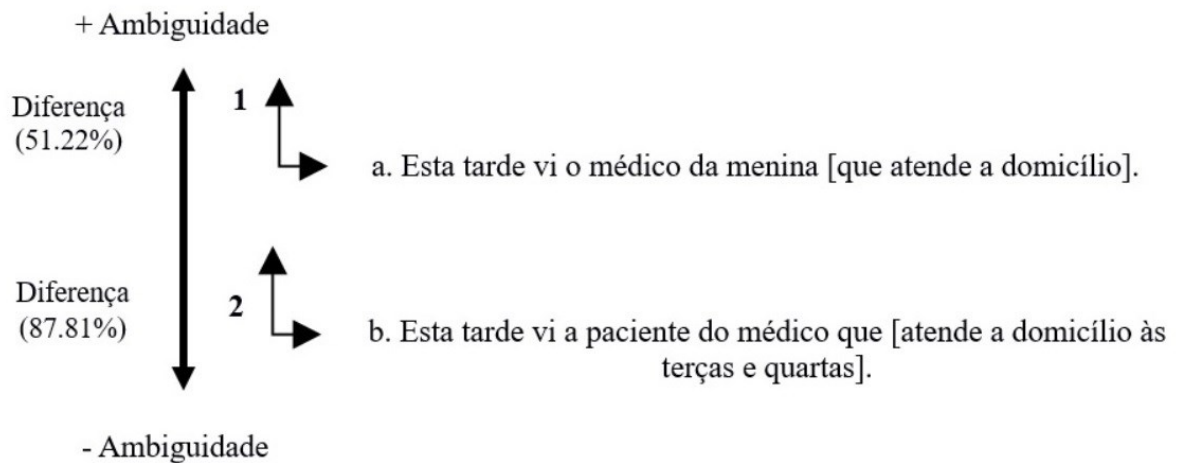
Com base nesses dados e testes de ambiguidade, a investigação buscou construir análises ancoradas na Semântica de *Frames* e, como mencionado em momento anterior, a principal tese é a de que, em alguns casos, os participantes não identificaram ambiguidade nas sentenças graças ao processo de evocação de *frames*. Ao analisar a interpretação do primeiro par de sentenças, por exemplo, a pesquisadora salienta que o antecedente *médico* é preferível em função de *menina* e *paciente* graças ao processo de conceptualização do mundo e, nesse caso em particular, graças ao fato de médico se adequar mais facilmente à posição de pessoa que atende.

Dionizio se propôs também a construir escalas gradativas para sistematizar a interpretação das sentenças. Dessa forma, além das três escalas, uma para cada par, construiu uma escala geral, englobando todas as seis sentenças. A metodologia utilizada para a construção das escalas é explicitada pela pesquisadora

Para a construção de nossas escalas, utilizaremos os dados quantitativos resultantes dos julgamentos nas sentenças, considerando a diferença entre os percentuais de preferência por determinado antecedente. Por exemplo, a sentença [...] apresenta os percentuais de 75.61% para médico e 24.39% para menina, e a diferença entre esses dois percentuais (75.61%-24.39%) corresponde a 51.22%. Quanto maior essa diferença, menos ambígua é sentença, uma vez que apresenta uma preferência mais absoluta em relação a um dos antecedentes em detrimento do outro. (DIONIZIO, 2016, p. 25).

Passamos agora a apresentar essas escalas e discutir as possibilidades de (re)análises que elas suscitam.

Figura 5 – Escala gradativa do primeiro par de sentenças

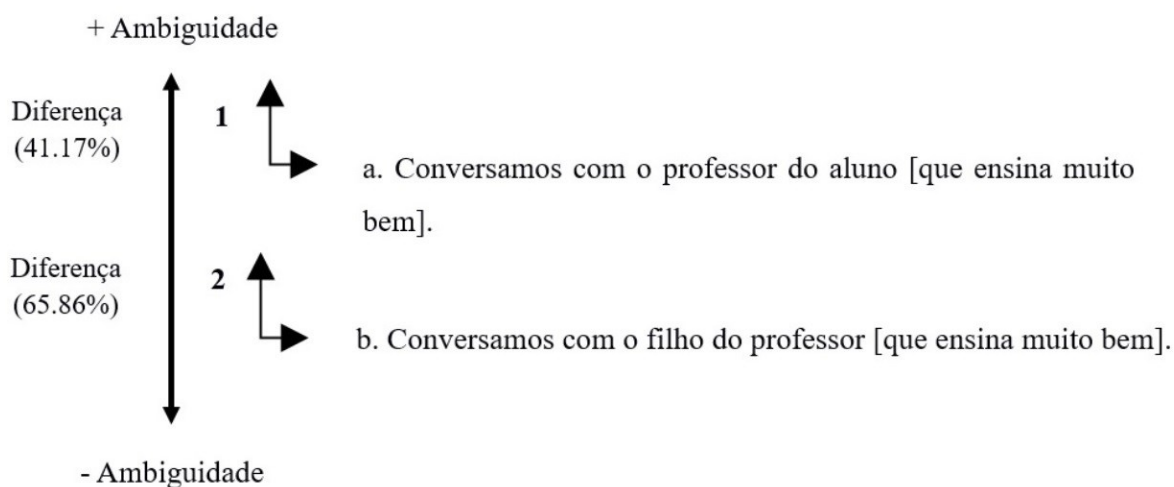


Fonte: Dionizio (2016, p. 26).

Essa primeira escala representa a interpretação do par de sentenças, demonstrando que há preferência por um antecedente (nesse caso, *médico*) em detrimento dos outros dois (*paciente* e *menina*), o que pode ser entendido como indício para uma interpretação que está, por assim dizer, sendo construída para além dos limites da sentença. A construção da escala está pautada nos dados extraídos da primeira pesquisa, analisada anteriormente, e nas interpretações de Dionizio (2016) acerca do que considera evocação de *frames*. Nossa interpretação, por outro lado, se concentra mais na influência da comunicação humana cooperativa no processo interpretativo, uma vez que a sentença considerada mais ambígua na escala é a que possui os antecedentes *médico* e *menina* enquanto a menos ambígua possui o mesmo antecedente *médico*, mas em concorrência com *paciente*.

Dessa forma, propomos observar esse fenômeno sob um prisma diferenciado: no campo inferencial, onde a intencionalidade compartilhada também se faz presente, há uma direcionalidade interpretativa que objetiva a satisfação do princípio de colaboração linguística ou, nas palavras de Marcuschi (2007), da inferência colaborativa. Diante disso, a escala gradativa representa essa direcionalidade, apontando para o fato de que, no caso de *médico* e *paciente*, a escolha é mais transparente do que entre *médico* e *menina*, pois aquele que interpreta leva em conta o que acredita ser a direção mais acertada para a interpretação, ou seja, *o médico atende a paciente* e não o contrário. Essa direção é, como já mencionamos em momento anterior, resultado do compartilhamento de intencionalidade e da comunicação humana cooperativa, permeados pelos aspectos culturais que revelam que o ato de *atender* frequentemente é realizado pelo *médico*, dificilmente pela *paciente* e, em circunstâncias muito específicas, pela *menina*.

Figura 6 – Escala gradativa do segundo par de sentenças



Fonte: Dionizio (2016, p. 26).

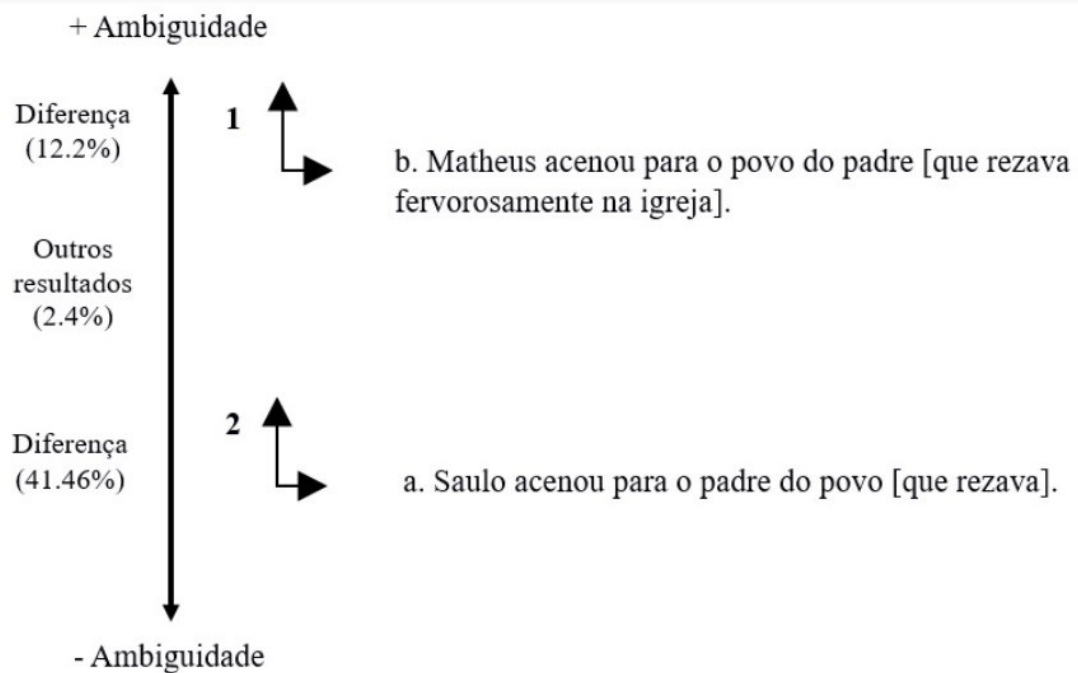
No caso do segundo par de sentenças, a pesquisadora defende que também se trata de uma evocação de *frames*, uma vez que *professor* é a preferência nos dois casos, ou seja, é preferível em relação ao *aluno* e ao *filho*. Nesse caso, atribui-se a ativação do *frame* ao antecedente *professor*, o que justificaria a sua preferência, pois

O verbo ensinar pode ser utilizado em muitas ocasiões, incluindo o ensino formal e o informal. No entanto, a presença do antecedente professor possivelmente induziu o falante a uma interpretação para o cenário formal, no qual é difundida culturalmente a ideia de que o professor é aquele que ensina, conforme mencionamos. (DIONIZIO, 2016, p. 22).

Como no caso anterior, acreditamos que o processo interpretativo dessas sentenças precisa ser analisado para além da própria sentença. Retomemos o que propõe Marcuschi (2007) acerca do fato de significarmos linguisticamente muito mais que a própria língua, ou seja, não há como ignorar que a comunicação humana cooperativa carrega consigo processos de construção do terreno conceitual comum, ou seja, no terreno comum daqueles que participaram da pesquisa, quem ensina é o *professor*, não é o *aluno* e muito menos o *filho do professor*, o que justifica a preferência por aquele antecedente em detrimento destes. Nesses termos, defendemos que a preferência tão marcada por um antecedente demonstra que os aspectos ambíguos da sentença, oriundos de sua estrutura sintática, são neutralizados pelo compartilhamento de intencionalidade (mecanismo da cognição social) e pela comunicação humana cooperativa.

Diante disso, a segunda escala construída apresenta também a “concorrência” entre os antecedentes *professor*, *filho* e *aluno*, sendo que nos dois casos a preferência recai sobre *professor*. Esse caso, a nosso ver, aproxima-se do que discutimos antes, acerca da escala anterior, pois a comunicação humana cooperativa funciona sob o prisma do direcionamento dado pela intenção compartilhada. Nesses termos, interpretamos determinadas sentenças a partir do que acreditamos que seja o desejado por nossos parceiros comunicativos. Há, portanto, um esforço cooperativo que nos leva a buscar entender os enunciados a partir do ponto de vista que acreditamos ser o esperado de nós.

Figura 7 – Escala gradativa do terceiro par de sentenças



Fonte: Dionizio (2016, p. 27).

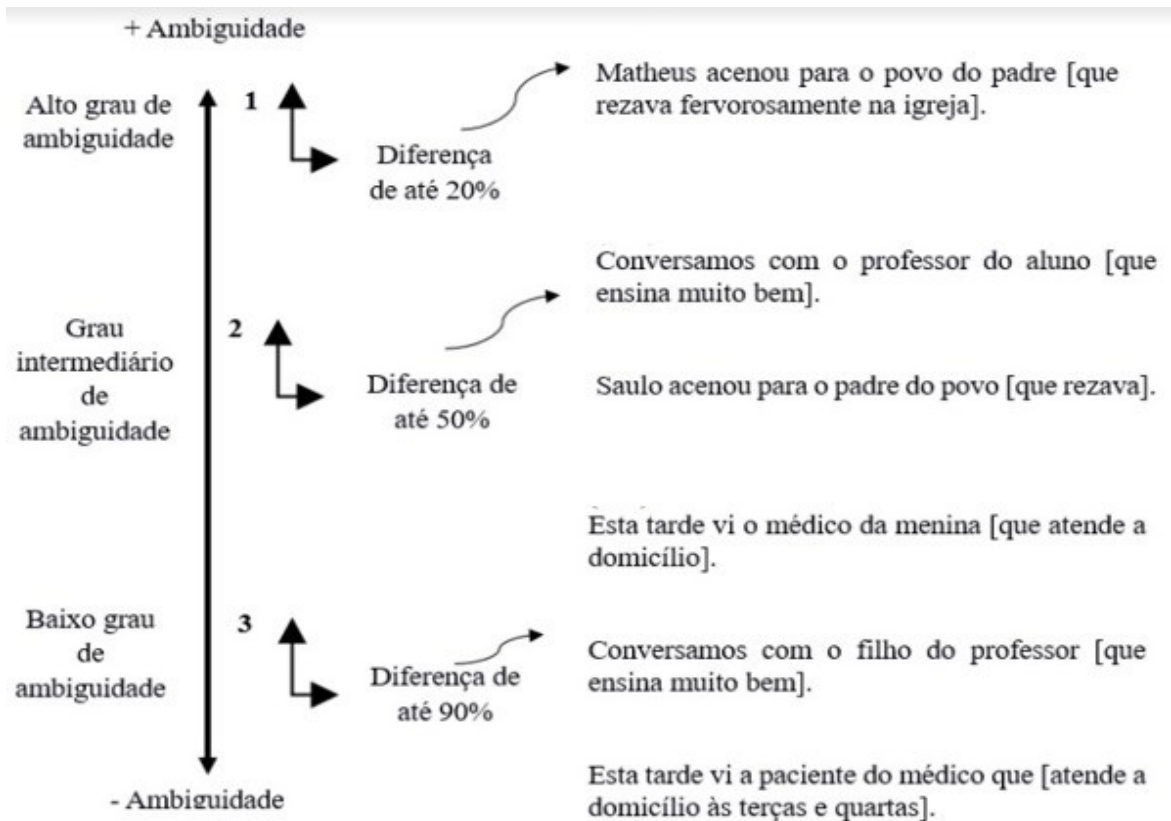
A terceira escala construída na pesquisa apresenta um par de sentenças que possui particularidades que não estão presentes nas escalas anteriores. Como mencionado no estudo, há uma alternância de preferência quando as sentenças são comparadas: na primeira, a preferência recai sobre *povo* e na segunda sobre *padre*. No caso de *povo*, a preferência é mais significativa (70.73%), enquanto a preferência por *padre* beira os cinquenta e cinco por cento (54.9%). No caso da segunda sentença, não há como desconsiderar que 2.4% dos participantes optaram por dizer que *os dois* rezavam na igreja. É interessante observar também que, na

pesquisa de Gravina e Dionizio, discutida anteriormente, é justamente em uma sentença com esses antecedentes que 6.1% dos participantes também optaram por indicar “pelos dois”.

Nesse caso, é possível que o compartilhamento de intencionalidade nos ajude a compreender de forma mais satisfatória esse comportamento linguístico, pois ainda que se trate de uma alternância de antecedentes, o terreno comum é o mesmo: há um povo, há um padre, alguém reza na igreja. Ou seja, quando o assunto é rezar, pode ser o *povo*, pode ser o *padre* ou pode ser *os dois*, porque todos esses antecedentes podem ser encaixados em um terreno comum de religiosidade e tal entendimento nos ajuda a compreender, inclusive, a alternância, pois ela não é capaz de “arrastar” a interpretação para fora desse terreno conceitual comum. Importante mencionar que a escala parece refletir essa leitura, pois mesmo os dados matemáticos da diferença entre um antecedente e outro, resultado da subtração utilizada na metodologia, não são tão elevados.

Graças a essa alternância entre os antecedentes, acreditamos que seja possível a construção de uma releitura acerca da tese da *(não)identificação de ambiguidade* defendida na pesquisa, uma vez que consideramos que não se trata de uma simples *não identificação*, mas sim uma *neutralização da ambiguidade* em favorecimento da comunicação humana cooperativa: atribui-se os sentidos àquele referente que acreditamos que seja o escolhido/indicado/esperado/direcionado por nosso interlocutor.

Figura 8 – Escala geral das sentenças



Fonte: Dionizio (2016, p. 27).

A última escala a ser analisada abarca as seis sentenças juntas, permitindo uma visualização mais sistematizada acerca dos processos interpretativos. A construção considerada menos ambígua, com base na escala gradativa geral, possui como antecedentes *médico* e *paciente*; como já mencionamos, a análise realizada pela pesquisa a partir da Semântica de *Frames* parte da evocação de um *frame* de atendimento de saúde, no qual o *médico* atende a *paciente*, ou seja, no campo semântico e interpretativo não se trataria de uma construção ambígua.

Por outro lado, a sentença considerada mais ambígua contém os antecedentes *povo* e *padre*, o que reforça a tese de que o campo semântico, ou *frame*, no qual esses termos são encaixados não é alterado, ou seja, trata-se do mesmo evento de *rezar fervorosamente na igreja*, independente de que essa atividade seja realizada pelo *padre* ou pelo *povo*. Dionizio (2016), para justificar essa ambiguidade mais acentuada, vale-se também de considerações acerca de *povo* como coletivo religioso, ou seja, trata-se do povo de deus que pode estar professando sua fé (rezando) na igreja.

A comunicação humana cooperativa, permeada pelo compartilhamento de intencionalidade, necessita que os falantes estejam dispostos a estabelecerem uma comunicação efetivamente produtiva, ou seja, é fundamental que todos os envolvidos em uma ação comunicativa cooperem para que ela seja bem-sucedida. Nesse sentido, a atribuição de responsabilidade a partir de uma construção perpassa por esse empenho cooperativo, pois é imprescindível que aquele para quem a mensagem/narração é direcionada busque rastrear os referentes, atribuindo-lhes as responsabilidades dentro do terreno conceitual comum e, assim, estará compartilhando intencionalidade e colaborando para a construção efetiva de sentidos.

Essa atribuição de responsabilidade, como já viemos discutindo na construção deste trabalho, não se configura como uma atividade simples, é complexa, assim como as línguas humanas. Um recurso linguístico para atribuir responsabilidade é localizar, anaforicamente, a quem o pronome se relaciona. Essa discussão acerca da recuperação pronominal é também realizada por Van Hooke (2008), e a pesquisadora salienta que o falante utiliza o pronome apenas quando tem certeza de que seu interlocutor será capaz de recuperar a informação. No caso dessas sentenças estruturalmente ambíguas, o pronome relativo não possibilita essa recuperação tão facilmente, por isso acreditamos que nos casos em que há uma preferência significativa por um antecedente e não outro, não se trata de uma recuperação pronominal pura e simplesmente, mas sim de um processo interpretativo imerso em um terreno conceitual comum e que ultrapassa a significação expressa pelas escolhas lexicais utilizadas na construção das sentenças.

Diante disso, é possível conceber o que a pesquisa trata por *(não)identificação de ambiguidade* como resultado da comunicação humana cooperativa no processo interpretativo. Assim como aponta Searle (2002), a Intenção é uma ação direcionada, ou seja, a direção apontada pela intenção compartilhada é “mais forte” que a própria ambiguidade sintática. Há, portanto, a compreensão da ação intencional comunicativa, o que leva a um “amortecimento” da ambiguidade. Em suma, as formas de interpretação ocorrem dentro de um terreno conceitual comum, no qual os indivíduos compartilham uma cultura e organização social semelhantes que os levam a atribuir/direcionar, de modo geral, a responsabilidade de *atender* ao médico, de *ensinar* ao professor e de *rezar* ao padre e/ou ao povo (os dois). Temos, assim, os graus de ambiguidade expressos pela própria escala geral de Dionizio (2016).

4.4 Fechando o capítulo e abrindo novos caminhos

Este capítulo buscou apresentar possibilidades de releitura de resultados da análise linguística empreendida em duas pesquisas anteriormente realizadas utilizando a interface teórica dos estudos funcionais em linguística, especialmente no que se refere à visão cognitiva-funcional e à visão sociocognitivista dos estudos de Michael Tomasello. Como mencionamos ainda na introdução, não havíamos encontrado uma proposta semelhante de diálogo, o que nos levou a investigar por esse caminho.

O objetivo a ser alcançado neste capítulo, *Propor uma releitura dos dados de duas pesquisas acerca do processamento e interpretação de sentenças estruturalmente ambíguas, com base nas possibilidades de articulação entre os estudos funcionais e os estudos de cognição social levantadas pela pesquisa*, foi o que nos orientou nas discussões empreendidas aqui. Acreditamos, dessa forma, que ele foi alcançado, uma vez que os dados dessas duas pesquisas foram discutidos sob o ponto de vista teórico da interface levantada na construção da pesquisa.

Além disso, acreditamos que um novo caminho investigativo possa ser construído, uma vez que essa abordagem necessita ser mais explorada a partir de outras investigações. Nesse sentido, é necessária a construção de um percurso metodológico específico, com vistas a refletir esse diálogo teórico, o que, infelizmente, não tivemos condições de construir aqui. Deixamos, portanto, o caminho aberto para novas pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos ao final deste percurso de pesquisa, acreditamos que os objetivos elencados para a estruturação desta investigação foram alcançados, uma vez que discutimos como a intenção compartilhada, componente da comunicação humana cooperativa, pode servir de catalizador em processos interpretativos, ao mesmo passo que investigamos a possibilidade de diálogo teórico entre os estudos funcionais e as pesquisas de Michael Tomasello.

A pergunta que nos propomos a responder nesta pesquisa era: *O processo interpretativo de sentenças relativas ambíguas pode ser compreendido sob o viés cognitivo do compartilhamento de intencionalidade e da comunicação humana cooperativa?* Diante do que viemos discutindo na construção desta dissertação, acreditamos que a resposta parra essa indagação é positiva, uma vez que percebemos que a intencionalidade compartilhada e as características da comunicação humana cooperativa agem sobre o processo interpretativo, criando um terreno conceitual comum e direcionando as escolhas interpretativas e a atribuição de sentidos.

Nossa hipótese inicial foi concebida de acordo com esse questionamento, pois acreditávamos que o compartilhamento de intencionalidade poderia influenciar o processo interpretativo de sentenças estruturalmente ambíguas. A construção da investigação demonstrou que, de fato, essa intenção compartilhada pode ser entendida como um estímulo no processo de construção de sentidos, além de a própria comunicação humana cooperativa influenciar nesse percurso, uma vez que, na tentativa de sermos colaborativos com nossos parceiros linguísticos, construímos os sentidos com base nesse objetivo. Em outras palavras, atribuímos os sentidos com base no que acreditamos que seja esperado de nós nos mais diversos eventos linguísticos.

No caso dos dados das pesquisas analisadas nesta dissertação, percebemos que seus resultados indicam a possibilidade de estar em jogo uma tentativa de atribuir sentidos ao antecedente que se acredita ser o “correto”, o “esperado” por aquele que interpreta. A atribuição de responsabilidade é permeada pelo terreno conceitual comum, no qual a intencionalidade compartilhada direciona a interpretação e o falante, considerando a necessidade de colaborar com seu parceiro, atribuindo os sentidos conforme essa direcionalidade.

Como mencionamos na introdução deste trabalho, a escrita da dissertação foi conduzida em concordância com os objetivos do trabalho. O objetivo geral, *Investigar se o compartilhamento de intencionalidade, um princípio da cognição social, pode influenciar no*

processo interpretativo de sentenças estruturalmente ambíguas, por exemplo, esteve presente na construção de toda a dissertação, ao passo que os objetivos específicos – (i) Estudar possibilidades de articulação entre duas perspectivas de descrição linguística de cunho cognitivo e funcional, ou baseado no uso – Linguística Cognitiva e Linguística Funcional – e o cognitivismo social de Michael Tomasello; (ii) Averiguar quais são os modos como o compartilhamento de intencionalidade, um dos pilares do princípio de cooperação humana, pode incidir sobre o comportamento linguístico, em especial sobre os processos de interpretação; (iii) Propor uma releitura dos dados de duas pesquisas acerca do processamento e interpretação de sentenças estruturalmente ambíguas, com base nas possibilidades de articulação entre os estudos funcionais e os estudos de cognição social levantadas pela pesquisa – nortearam a escritura do capítulo 2, 3 e 4, e foram devidamente retomados a cada finalização de capítulo.

A principal contribuição que buscamos oferecer com este estudo diz respeito à proposta de interface teórica entre os estudos funcionais, correspondendo aqui aos estudos em LFCU, e os sociocognitivistas de Michael Tomasello. Dessa forma, nosso trabalho buscou demonstrar que é possível a construção do diálogo entre os estudos da LFCU e os estudos de Michael Tomasello acerca da intenção compartilhada. Para isso, discutiu-se como os processos interpretativos são também sensíveis à intenção compartilhada, uma vez que esta se dá em um terreno conceitual comum e está alocada na comunicação humana que, segundo Tomasello, com base em Grice, é essencialmente cooperativa.

Dessa forma, alguns pontos de intersecção são levantados, como é o caso da iconicidade, da formulação das categorias, dos motivos que levam os falantes a atribuírem responsabilidades a determinados antecedentes etc. Os estudos funcionalistas tratam da influência cultural nos processos interpretativos e na própria criação e utilização das categorias. Nossa proposta foi a de discutir como a intenção compartilhada e a comunicação humana cooperativa podem também ser trazidas à baila para se compreenderem esses fenômenos.

Em outras palavras, a aproximação que propusemos nesta pesquisa perpassa princípios basilares da LC e da LF, bem como princípios da visão sociocognitista da linguagem. Esta visão, por exemplo, já tem sido empregada por muitos pesquisadores no Brasil, mas ainda não havíamos encontrado uma investigação que se propusesse a discutir a visão sociocognitivista de Tomasello, relacionando-a especialmente aos estudos em LFCU e aplicando-a a uma investigação linguística. Ainda que o próprio pesquisador discuta aspectos sobre as línguas, seu foco está localizado principalmente nos processos de aquisição, por isso nossa contribuição foi a de levantar possibilidades para se expandir essa perspectiva, por acreditarmos ser possível

utilizar os estudos do pesquisador em consonância com os postulados da LFCU para compreender o comportamento linguístico além do processo de aquisição.

Dessa forma, buscamos construir uma espécie de transposição teórica dos estudos de Michael Tomasello, alindo-os às premissas da LFCU, de modo a aplicar essa interface em uma reanálise de dados de duas pesquisas linguísticas. Como consequência, observamos ser possível essa perspectiva de pesquisa, pois possibilita um delineamento mais amplo do fenômeno linguístico estudado.

Sabemos que existem outras esferas do comportamento linguístico, além dos processos interpretativos aqui estudados, que podem ser discutidas sob esse viés teórico, ou seja, percebemos que ainda há muito a ser feito. Nesse sentido, as discussões acerca do diálogo entre os estudos da Linguística Cognitivo-Funcional e os estudos de Michael Tomasello podem ser alargadas e, assim, repercutirem na construção de outros estudos com foco em diferentes fenômenos linguísticos, abrangendo, inclusive, aspectos de ordem pragmática.

Portanto, o caminho não está fechado. É necessário que outras investigações sejam realizadas, com vistas a discutir outros fenômenos linguísticos a partir dessa mesma interface investigativa. Tal realização ajudará tanto na compreensão de fenômenos linguísticos particulares quanto no aprofundamento dessa transposição teórica que iniciamos aqui. Além disso, é importante a construção de uma metodologia que esteja de acordo com o diálogo arquitetado.

REFERÊNCIAS

- ÁLLAN, Sylvio; SOUZA, Carlos Barbosa Alves de. Intencionalidade em Tomasello, Searle, Dennett e em abordagens comportamentais da cognição humana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 27, n. 2, p. 241-248, abr.jun./2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n2/a15v27n2.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.
- _____. O modelo de Tomasello sobre a evolução cognitivo-linguística humana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 25, n. 2, p.161-168, jun. 2009. Disponível em: <http://www.ufscar.br/ecce/wp-content/files_flutter/1271046397_16_1_1_4_Artigo_Arquivo.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.
- AUSTIN, John. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.
- BURKE, Peter. Problemas da história cultural. In: BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BYBEE, Joan. *Language, use and cognition*. New York: University of Cambridge, 2010.
- _____. Cognitive processes in grammaticalization. In: TOMASELLO, Michael (Ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. v. 2. New York: Psychology Press, 2008. p. 145-167.
- _____. Language use as part of Linguistic Theory. In: BYBEE, Joan. *Phonology and Language Use*. New York: University of Cambridge, 2004. p. 1-18.
- CALL, Joseph; TOMASELLO, Michael. A nonverbal false belief task: the performance of children and great apes. *Child Development*, v. 70, n. 2, mar./abr., 1999. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-8624.00028>>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. In: SOUZA, Edson Rosa de (Org.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 17-42.
- DIONIZIO, Alice Ribeiro. *A (não)identificação de ambiguidade em sentenças relativas estruturalmente ambíguas: uma análise da possível influência da ativação de frames*. 2016. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1493>>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- DIRVEN, René; FRIED, Vilém. *Functionalism in Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1987.
- FILLMORE, Charles J. Frame semantics. In *The Linguistic Society of Korea*. (org) *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin, 1982.
- _____. Frames and the semantics of understandig. *Quaderni di Semantica: Rivista Internazionale di semantica teorica e applicata*, v. 7, n. 2, 1985. p.222-254.
- FERRARI, Lilian. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2016.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; COSTA, Marcos Antonio; CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. Cap.2. p. 21-45.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, Maria Maura; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica (Org.). *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2013. Cap. 1. p. 13-39.

FONTAINE, Jacqueline. *O círculo linguístico de Praga*. São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1978.

GIVÓN, Talmy. The adaptive approach to grammar. In: GIVÓN, Talmy. *The Genesis of Syntactic Complexity: diachrony, ontogeny, neuro-cognition, evolution*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2009. p. 19-37.

_____. Language as a biological adaptation. In: GIVÓN, Talmy. *Bio-Linguistics: The Santa Barbara lectures*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 2012. Cap. 1. p. 1-29.

_____. Metodologia: Sobre a natureza criptoestruturalista da gramática transformacional. In: GIVÓN, Talmy. *A compreensão da gramática*. São Paulo: Cortez, 2012b. Cap. 1. p. 13-65. Tradução de: Maria Angélica Furtado da Cunha; Mário Eduardo Martelotta; Filipe Albani.

GOLDIN-MEADOW, Susan. The resilience of language in humans. In: SNOWDON, Charles T.; HAUSBERGER, Martine. (Ed.). *Social influences on vocal development*. New York: Cambridge University Press, 1997. p. 293-311.

GRAVINA, Aline Peixoto; DIONIZIO, Alice Ribeiro. Processamento de sentenças e teoria do labirinto em orações relativas ambíguas no português brasileiro: resultados preliminares. *Working Papers em Linguística*, v. 17, n. 1, p.181-211, dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2016v17n1p181/33235>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

GRICE, H. Paul. Logic and Conversation. In: GRICE, H. Paul. *Studies in the way of the words*. Cambridge: Harvard University Press, 1991. p. 22-40.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2011.

HEYS, Cecilia M.; GALEF, B. G Junior. *Social learning in animals: the roots of culture*. New York: Academic Press, 1996.

IZQUIERDO, Iván et al. Memórias e Amnésia. *Revista USP*, n. 98, p. 9-16, jun./jul./ago., 2013. (Dossiê Memória). Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/69221/71685>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

IZQUIERDO, Iván. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KATO, Mary A. Formas de Funcionalismo na Sintaxe. *Delta: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, [s.l.], v. 14, n. , p.145-168, 1998. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-44501998000300011>. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501998000300011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 dez. 2017.

KATZ, Jerrold J.; FODOR, Jerry A.. The Structure of a Semantic Theory. *Linguistic Society Of America*, Washington, Dc, v. 39, n. 2, p.170-210, jun. 1963. Disponível em:

<http://oltk.upol.cz/wp-content/uploads/2010/10/fodor+katz-structure_of_sem_theory.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.

KOCH, Ingedore G. Villaça. A construção sociocognitiva da referência. In: MIRANDA, Neusa Salim; NAME, Maria Cristina (Org.). *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p. 95-107.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University Of Chicago Press, 1987.

LEWIS, Michael; BROOKS-GUNN, Jeanne. *Social cognition and the acquisition of self*. New York: Plenum, 1979.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; ALONSO, Karen Sampaio. Funcionalismo, cognitivismo e a dinamicidade da língua. In: SOUZA, Edson Rosa de (Ed.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 87-106.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; KENEDY, Eduardo. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, Mária Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. Cap. 1. p. 11-17.

MACHADO, Patrícia Miranda. *Gramática das Construções e Morfologia: um estudo sobre a rede de Construções Superlativas Sufixais de Desencontro do Português*. 2015. 173 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Cap. 2. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1292>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

MARCHESAN, Ani Carla. *As relativas livres no português brasileiro*. 2012. 227f. Tese (Doutorado) – Curso de Letras, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Cap. 1. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100448>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

MORATO, Edwiges Maria. Aspectos sócio-cognitivos da atividade referencial: as expressões formulaicas. In: MIRANDA, Neusa Salim; NAME, Maria Cristina (Org.). *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p. 79-94.

MUNDINGER, Paul. Animal cultures and a general theory of cultural evolution. *Ethology and Sociology*, v. 1, n. 3, p. 183-233, set.1980.

NEVES, Maria Helena de Moura. Uma visão geral da gramática funcional. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p.109-127, 1994.

RIBEIRO, Ilza; FIGUEIREDO, Cristina. Relativas. In: LOBO, T. ; OLIVEIRA, K. (Org.). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: Edufba, 2009. p. 208-250. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/48/pdf/lobo-9788523208882-07.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

ROSCH, Eleanor. Principles of Categorization. In: ROSCH, Eleanor; LLOYD, Barbara B. (Ed.). *Cognition and Categorization*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1978. p. 27-48.

RUMELHART, David Everett. Notes on a schema for stories. In: BROWN, Daniel G.; COLLINS, Allan (Eds.). *Representation and understanding: Studies in cognitive science*. New York: Academic Press, 1975.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas: revista de estudos linguísticos*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p.23-39, 1997. Disponível em: <<https://veredas.ufjf.emnuvens.com.br/veredas/article/view/530>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

_____. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: Revista de estudos linguísticos*, Juiz de Fora, v. 1, n. 3, p.61-79, 1999. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo35.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).

SEARLE, John. *Intencionalidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SEYFARTH, Robert M.; CHENEY, Doroty L. Signalers and receivers in animal communication. *Annual Review of Psychology*, v. 54, n.1, p. 145–173, 2003.

SILVA, Augusto Soares da. A Linguística Cognitiva: uma breve história e um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa Humanidades*, v. 1, p. 59-101, 1997.

STERNBERG, Robert J. Memória: modelos e métodos de pesquisa. In: STERNBERG, Robert J. *Psicologia Cognitiva*. São Paulo: Cengage Learning, 2010. Cap. 5. p. 153-188.

TOMASELLO, Michael. *A Natural History of human thinking*. Massachusetts: Harvard University Press, 2014.

_____. *Why we cooperate*: based on the 2008 Tanner lectures on human values at Stanford University. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2009.

_____. *Origins of human communication*. Cambridge: The MIT Press, 2008.

_____. *Constructing a language*: a usage-based theory of language acquisition. Massachusetts: Harvard University Press, 2005.

_____. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

_____. *First verbs*: a case study of early grammatical development. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. *The new psychology of language*, v. 1. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

TOMASELLO, Michael; CALL, Josep. *Primate Cognition*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

TOMASELLO, Michael; KRUGER, Ann Cale; RATHER, Hilary Horn. Cultural Learning. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 16, n. 3, p. 495-552, 1993.

VAN DIJK, Teun A. Contexto e Cognição: frames do conhecimento e compreensão dos atos de fala. In: VAN DIJK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 74-98.

VAN HOEK, Karen. Pronouns and point of view: cognitive principles coreference. In: TOMASELLO, Michael (Ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. v. 2. New York: Psychology Press, 2008. p. 169-194.